



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS AMBIENTAIS

LUCIANA OLIVEIRA SOUSA

**O PARQUE MUNICIPAL DA SERRA DO PIRIPIRI:
CONTRADIÇÕES E DESAFIOS NA RELAÇÃO COM A CIDADE
DE VITÓRIA DA CONQUISTA - BA**

PORTO SEGURO
2022

LUCIANA OLIVEIRA SOUSA

**O PARQUE MUNICIPAL DA SERRA DO PIRIPIRI: CONTRADIÇÕES E DESAFIOS
NA RELAÇÃO COM A CIDADE DE VITÓRIA DA CONQUISTA - BA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Ciências e Tecnologias Ambientais da Universidade Federal do Sul da Bahia e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, com vistas à obtenção do título de mestre(a) em Ciências e Tecnologias Ambientais.

Orientador(a): Prof(a). Dr(a). Alessandra Buonavoglia
Costa Pinto

Coorientador(a): Prof(a). Dr(a). Ione dos Santos Rocha
Cabral

PORTO SEGURO
2022

Catálogo na Publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)
Sistema de Bibliotecas (SIBI)

S725p Sousa, Luciana Oliveira, 1975 -
O Parque Municipal da Serra do Piripiri: contradições e desafios na relação com a cidade de Vitória da Conquista - BA. / Luciana Oliveira Sousa. – Porto Seguro, 2022.
134 f.

Orientadora: Profa. Dra. Alessandra Buonavoglia Costa-Pinto
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Sul da Bahia.
Centro de Formação em Ciências Ambientais. Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias Ambientais. Campus Sosígenes Costa.

1. Conflitos. 2. Gestão Ambiental Pública. 3. Parque Municipal da Serra do Piripiri. 4. Plano de Manejo. 5. Vitória da Conquista - Bahia. I. Costa-Pinto, Alessandra Buonavoglia. II. Título.

CDD – 363.70071

Elaborado por Lucas Sousa Carvalho - CRB-5/1883

LUCIANA OLIVEIRA SOUSA

**O PARQUE MUNICIPAL DA SERRA DO PIRIPIRI: CONTRADIÇÕES E DESAFIOS
NA RELAÇÃO COM A CIDADE DE VITÓRIA DA CONQUISTA - BA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Ciências e Tecnologias Ambientais da Universidade Federal do Sul da Bahia e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, com vistas à obtenção do título de mestre(a) em Ciências e Tecnologias Ambientais.

Orientador(a): Prof(a). Dr(a). Alessandra Buonavoglia Costa Pinto

Coorientador(a): Prof(a). Dr(a). Ione dos Santos Rocha Cabral

Este trabalho foi submetido à avaliação e julgado aprovado em: 27/08/2022.

BANCA EXAMINADORA

Dr. Leonardo Evangelista Moraes
UFSB

Dr. Marcos Eduardo Cordeiro Bernardes
UFSB

Dr^a. Deise Danielle Neves Dias Piau
IFBA

ORIENTADORA

Dr^a. Alessandra Buonavoglia Costa Pinto
UFSB

CO-ORIENTADOR(A)

Dr^a. Ione dos Santos Rocha Cabral
IFBA

PORTO SEGURO

2022

Dedico este trabalho àqueles que acreditam no bem comum e se esforçam em construir dias melhores para todos os seres da criação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela oportunidade que Sua misericórdia dirigiu à mim, aos meus pais – Luis Carlos e Ana, pela dedicação e pelos estímulos aos meus estudos, aos meus filhos – Luisa, Helena e Pedro Lucas, pela compreensão nas ausências, ao meu esposo Paulo Roberto, pelo companheirismo e parceria, aos meus irmãos, Luciano e Luana, pelos momentos em família, aos colegas de trabalho e amigos da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Vitória da Conquista, aqui representados por Danusia, Francisco e Cledson, ao grupo Superação, nas figuras de Chris e Grazi, pelo apoio de sempre, aos irmãos de caminhada do Núcleo Espírita Jesus de Nazaré e aos professores e professoras do IFBA/VCA, da UFSB e do IFBA/Porto Seguro, pelos esclarecimentos e, sobretudo, pelo conhecimento construído, com especial gratidão à Alessandra e Ione, minhas queridas orientadoras e aos professores e professoras que aceitaram compor as bancas de qualificação e defesa.

“Sempre há que se começar a viver de novo.”
Joanna de Ângelis, 2002.

SOUSA, Luciana Oliveira. **O parque municipal da Serra do Piripiri: contradições e desafios na relação com a cidade de Vitória da Conquista – Ba.** Orientadora: Alessandra Buonavoglia Costa-Pinto. Co-orientadora: Ione dos Santos Rocha Cabral. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciências e Tecnologias Ambientais) – Universidade Federal do Sul da Bahia; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, Porto Seguro, 2022.

RESUMO

Diversas e multifacetadas são as variáveis presentes e necessárias à compreensão das questões ambientais na atualidade. Para além dos desafios locais, a reverberação dos impactos ambientais alcança longas distâncias, antes inimagináveis, não respeitando fronteiras, nem diferenças culturais, econômicas, étnico-raciais e ou de quaisquer espécies. As Unidades de Conservação (UC) foram instituídas com o objetivo de, entre outros, promover a conservação de ecossistemas e proteger a biodiversidade de modo representativo em toda a extensão nacional. Nessa perspectiva, foi instituído no município de Vitória da Conquista, o Parque Municipal da Serra do Piripiri (PMSP), em 1996, cuja gestão é objeto deste estudo, com o objetivo central analisar as aproximações e distanciamentos entre a proposta de gestão ambiental do Parque e o executado (políticas públicas implementadas), sob a ótica de diferentes sujeitos sociais – do poder público à sociedade civil, em consonância com o eixo Gestão, política e manejo ambiental do Programa de pós graduação em ciências e tecnologias ambientais – PPGCTA da Universidade Federal do sul da Bahia – UFSB, em associação com o Instituto Federal de Educação, ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA. A realização de um diagnóstico permitiu: I. Compreender o modelo de gestão ambiental proposto pela Prefeitura de Vitória da Conquista para a UC; II. Verificar a relação entre as ações propostas e as ações implementadas pelas políticas públicas para a gestão ambiental da UC – 2019 a 2021; III. Analisar a percepção do gestor e dos usuários do Parque a respeito dos objetivos propostos na criação da UC e as ações implementadas; IV. Compreender a relação entre a cidade e o Parque, e; V. Identificar as aproximações, distanciamentos, contradições e desafios da gestão ambiental na implementação de políticas públicas na UC. Para tanto, as metodologias estudo de caso, análise do discurso do sujeito coletivo, análise de conteúdo e revisão bibliográfica foram norteadoras para a obtenção e análise dos dados, que, correlacionados com a pesquisa de campo, auxiliou na elaboração desta dissertação, considerando necessidades e possibilidades do PMSP e de sua administração, sem perder de vista a dinâmica entre a UC e a cidade. A pesquisa oportunizou a compreensão do modelo de gestão aplicado como inapropriado, vez que existem riscos de inviabilização dos objetivos de sua criação ao longo do tempo, conforme confirma a análise orçamentária. Uma matriz SWOT (forças, fraquezas, ameaças e oportunidades) e a apresentação das percepções e considerações dos usuários e visitantes do Parque corroboraram os achados, servindo de fundamento para a seção: Perspectivas e recomendações. As indicações para reversão dos aspectos negativos perpassam pela viabilização da participação social na gestão e aumento dos recursos necessários à promoção da educação ambiental crítica/emancipatória, bem como na qualificação/ampliação das ações de fiscalização/monitoramento. Entre as forças enumeradas, a percepção dos usuários como sendo um lugar importante e relevante, embora estes usuários não residam no entorno, sendo este um aspecto que nos reporta à necessidade de aprofundamento do estudo quanto a percepção ambiental, noutra oportunidade.

Palavras-chave: conflitos; gestão ambiental pública; parque municipal da Serra do Piripiri; plano de manejo; Vitória da Conquista-BA.

SOUSA, Luciana Oliveira. The municipal park of Serra do Piripiri: contradictions and challenges in the relationship with the city of Vitória da Conquista – Ba. Advisor: Alessandra Buonavoglia Costa-Pinto. Co-advisor: Ione dos Santos Rocha Cabral. 2022. Dissertation (Master's in Environmental Sciences and Technologies) – Federal University of Southern Bahia; Federal Institute of Education, Science and Technology of Bahia, Porto Seguro, 2022.

ABSTRACT

Several are multifaceted and the variables present and necessary to the understanding of environmental issues today. In addition to the local challenges, the reverberation of environmental impacts reaches long distances, previously unimaginable, without respecting borders, nor cultural, economic, ethnic-racial differences and or of any species. The Conservation Units (UC) were established with the objective of, among others, promoting the conservation of ecosystems and protecting biodiversity in a representative way throughout the country. From this perspective, the Serra do Piripiri Municipal Park (PMSP) was created in the municipality of Vitória da Conquista in 1996, whose management is the object of this study, with the central objective of analyzing the approximations and distances between the proposed environmental management of the Park and executed (implemented public policies), from the perspective of different social subjects from public authorities to civil society, in line with the Management, policy and environmental management axis of the Postgraduate Program in Sciences and Technologies of the Federal University of Southern Bahia — UFSB, in association with the Federal Institute of Education, Science and Technology of Bahia – IFBA. The realization of a diagnosis made it possible to: I. Understand the environmental management model proposed by the Municipality of Vitória da Conquista for the UC; II. Check the relationship between the proposed actions and the actions implemented by public policies for the environmental management of the UC - 2019 to 2021; III. Analyze the perception of the Park's manager and users regarding the proposed objectives in the creation of the UC and the implemented actions; IV. Understand the relationship between the city and the Park, and; V. Identify the approximations, distances, contradictions, challenges of management and in the environmental implementation of public policies in the UC. For that, the case study methodologies, collective subject discourse analysis, content analysis and bibliographic review were guiding for the obtaining and analysis of data, which, correlated with the elaboration research, helped considering the needs and possibilities of the PMSP and of your administration, without losing sight of the dynamics between the UC and the city. The research provided an opportunity to understand the management model applied as inappropriate, since there are risks of making the objectives of its creation unfeasible over time, as confirmed by the budget analysis. A SWOT matrix (strengths, weaknesses, threats and opportunities) and presentation of the perceptions and considerations of users and visitors to the Park corroborated the findings, serving as the basis for the section: Perspectives and recommendations. The indications for reversing the negative aspects permeate the feasibility of social participation in the management and increase of the resources necessary for the promotion of critical/emancipatory environmental education, as well as in the qualification/expansion of inspection/monitoring actions. Among the listed forces, the perception of users as being an important and relevant place, although these users do not live in the surroundings, which is an aspect that reports to us the need to deepen the study regarding the environmental perception, in another opportunity.

Keywords: conflicts; public environmental management; Parque Municipal da Serra do Piripiri; management plan; Vitória da Conquista-BA.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Localização de Vitória da Conquista no Estado	22
Figura 2 –	Localização de Vitória da Conquista no TI 20	23
Figura 3 –	Linha do tempo	28
Figura 4 –	Limites do PMSP	40
Figura 5 –	Zoneamento do PMSP	41
Figura 6 –	Mapa de localização do PMSP	42
Figura 7 –	Hidrografia	43
Figura 8 –	Espécies endêmicas e ou vulneráveis à extinção encontradas no PMSP	44
Figura 9 –	Rodovias estaduais e federais que entrecortam e ou margeiam o PMSP	66
Figura 10 –	Situação da UC na malha urbana e vias de acesso ao PMSP	67
Figura 11 –	Aspectos visuais de bairros do entorno da UC e daqueles em que residem a maioria dos visitantes (zonas sul e leste)	68
Figura 12 –	Estrutura organizacional da SEMMA	70
Figura 13 –	Atrações turísticas instaladas no PMSP	74
Figura 14 –	Respostas do órgão gestor quanto ao planejamento da gestão do PMSP	77

LISTA DE QUADROS, GRÁFICOS E TABELAS

Quadro 1 –	Macrotendências em educação ambiental	49
Quadro 2 –	Resumo metodológico aplicado à pesquisa	56
Quadro 3 –	Estrutura organizacional por cargos em comissão	69
Quadro 4 –	Macroobjetivos constantes em PPA relacionados ao Meio Ambiente (2010 a 2025)	78
Quadro 5 –	Valores orçamentários destinados à SEMMA após a publicação do Plano de Manejo do PMSP	83
Quadro 6 –	Exposição da execução orçamentária da SEMMA – Planejado X Executado (2019 a 2021)	84
Quadro 7 –	Despesas com pessoal lotado na área do PMSP – SEMMA (2019 a 2021)	86
Quadro 8 –	Observações de respondentes agrupadas por similaridade	104
Quadro 9 –	Matriz SWOT 	110
Gráfico 1 –	Evolução do número de reuniões do COMMAM (2007-2001)	37
Gráfico 2 –	Densidade demográfica	63
Gráfico 3 –	Evolução na coleta de resíduos sólidos na cidade de Vitória da Conquista considerando o volume recebido no Aterro municipal (2011 a 2020)	64
Gráfico 4 –	Evolução no nº de ligações para abastecimento de água nos bairros situados no entorno do PMSP (2006 a 2020)	72
Gráfico 5 –	Evolução no cadastro de Imóveis situados no entorno do PMSP (2014 a 2020)	72
Gráfico 6 –	Monitoramento da execução dos programas do plano de manejo do PMSP	80
Gráfico 7 –	Demonstrativo da evolução orçamentária das despesas planejadas da SEMMA (2010 a 2022)	81
Gráfico 8 –	Quadro geral de servidores X Fiscais municipais	89
Gráfico 9 –	Atividades de Educação Ambiental (2019)	91
Gráfico 9-A	Detalhamento EA formal	91
Gráfico 10 –	Visitas com monitoramento do educador ambiental	93
Gráfico 11 –	Visitas sem monitoramento do educador ambiental	94
Gráfico 12 –	Área do PMSP visitada	99
Gráfico 13 –	Quantidade de visitas ao PMSP	99
Gráfico 14 –	Grau de importância atribuído ao PMSP	101
Gráfico 15 –	Motivação para reconhecimento da importância do PMSP	102
Tabela 1 –	Valores absolutos das despesas orçamentárias planejadas para a SEMMA (2010 a 2025) e incremento FINISA	82

LISTA DE SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEF	Caixa Econômica Federal
CEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
CETESB	CETESB - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental
CO ₂	Dióxido de carbono
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
FINISA	Financiamento da Infraestrutura e Saneamento
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFBA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
ONG	Organização Não Governamental
PIB per capita	Produto Interno Bruto por pessoa
PIB	Produto Interno Bruto
PMSP	Parque Municipal da Serra do Piripiri
PNUD	Programa das Ações Unidas para o Desenvolvimento
PPGCTA	Programa de Pós-graduação em Ciências e Tecnologias Ambientais
RAPPAM	Rapid Assessment and Priorization of Protected Area Management
RDS	Regiões de Desenvolvimento Sustentável
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SWOT	Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats
TI	Território de Identidade
UC	Unidade de Conservação
WWF	World Wide Fund for Nature
ZEE	Zoneamento Econômico Ecológico

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	18
3 OBJETIVOS.....	53
4 METODOLOGIA.....	54
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	63
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
7 PERSPECTIVAS E RECOMENDAÇÕES	118
REFERÊNCIAS	120

APRESENTAÇÃO DA PESQUISADORA

Sou Luciana Oliveira Sousa, mulher, mãe, esposa e servidora pública municipal. Estudei em escola pública, me graduei numa universidade pública – a faculdade de Administração da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, local em que muito além da formação profissional, tive a oportunidade de me formar como pessoa que se preocupa com pessoas e com os seres da criação. Na maternidade me realizei como pessoa humana, capaz de amar incondicionalmente e de alimentar a fé, principalmente durante as tempestades mais tormentosas. Posso afirmar que sou uma apaixonada por toda expressão de vida, que pulsa na natureza, criada por Deus e por isso mesmo, fui me moldando pelos conhecimentos libertadores, na política, na filosofia e na religião. Tomei parte em movimentos populares, ONGs, coletivos e demais ambientes de aprendizado e luta. Ingressei no serviço público em 2003, com a perspectiva de atuar na área administrativa. Inicialmente fui levada ao trabalho de apoio aos contratos, compras e processos administrativos, mas, em 2007 fui convidada a fazer parte da equipe de servidores da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA. Naquela oportunidade a SEMMA reunia pouco mais de 60 servidores e iniciava sua estruturação: foi instituído o Código Municipal de Meio Ambiente, a Agenda 21 – da qual eu fiz parte da escrita, como cidadã, vez que ainda não era servidora pública à época da composição do documento – fervilhava e suas diretrizes estavam em sintonia com as ações do executivo municipal que buscavam seu cumprimento; o Parque Municipal da Serra do Piripiri era um equipamento público que reunia grandes expectativas, com a Sede recém inaugurada e uma equipe dedicada e dinâmica. Em 2012 fui designada para outras tarefas, noutras Secretarias municipais, sempre em cargos de gestão, pautando minha atuação pela máxima que aprendi ao ingressar no serviço público: Servir sempre a quem mais precisa do serviço público. Ocorre que, em 2017, após a mudança de gestão do Partido dos Trabalhadores para o Movimento Democrático Brasileiro retornei, à convite, para a SEMMA e as dificuldades no manejo e na gestão do Parque acenderam em mim a vontade de compreender, identificar, mensurar enfim os porquês destas dificuldades. O sentimento de pesquisadora impulsionou a formulação de uma proposta de pesquisa que culminou na aprovação e acesso ao Programa de Pós Graduação em Ciências e Tecnologias Ambientais, onde, finalmente pude promover as investigações necessárias para identificar as aproximações e distanciamentos da e na Gestão ambiental do Parque, seus conflitos e contradições com o intuito de colaborar para o estabelecimento de um novo olhar, um novo processo que efetivamente promova a proteção necessária à Serra do Piripiri.

1 INTRODUÇÃO

As Unidades de Conservação fazem parte de uma estratégia planejada para recuperar, preservar e conservar amostras de ambientes naturais, que para além de aspectos naturais, hidrológicos, geográficos, biológicos, visivelmente os de flora e fauna, perpassam por elementos e envolvem variáveis antropológicas, socioculturais e econômicas, entre outros. Nas cidades de médio porte os desafios ambientais são grandes, vão desde o gerenciamento dos resíduos sólidos até a gestão ambiental como um todo.

A relação entre a cidade de Vitória da Conquista e o Parque Municipal da Serra do Piripiri traz em seu bojo conflitos relacionados à ocupação e ao uso do solo, intimamente relacionados a conjuntura social, política e econômica. Destarte haja preocupação normatizada em recuperar, preservar, conservar e proteger a área estabelecida como Parque Municipal da Serra do Piripiri e um discurso dos usuários no mesmo sentido, os esforços traduzidos em políticas públicas ainda são insuficientes e as ocorrências contrárias aos objetivos de criação da UC (ocupações irregulares, extração de minerais e de vegetação, captura de animais e coleta de exemplares de flora endêmicos) são repercutidas nas falas dos visitantes do parque quando manifestam suas observações sobre a UC e registradas em ações de fiscalização, além de reverberar entre servidores de diferentes setores da Secretaria Municipal do meio ambiente.

O Parque Municipal da Serra do Piripiri foi a primeira área protegida no município conquitense, tendo-se em conta sua altitude e a vulnerabilidade em que se encontrava por ser alvo de atividades de mineração, especialmente na retirada de materiais para construção civil, tornando a área suscetível à descaracterização e colocando em risco os ecosserviços oferecidos. Para além, as ocupações irregulares para fins de moradia se tornavam uma ameaça cada vez mais concreta, da qual não somente as políticas municipais de meio ambiente e habitação se mostrariam suficientes, mas ao contrário iriam requerer posturas mais coerentes e ações mais eficazes que envolvessem outras secretarias e outros conhecimentos, vez que, não há como tratar das questões ambientais, que são multifacetadas e diversas, sem perpassar pelas questões humanas e sociais.

Elevada à categoria de Unidade de Conservação no ano 2007 mediante a publicação do Código municipal de meio ambiente por meio da Lei municipal 1.410/2007, o local que era uma Área de Proteção Ambiental - APA desde 1996, teve a área protegida ampliada, passou a ser um equipamento público de interesse coletivo e objeto de ações da gestão

ambiental municipal de modo mais efetivo, diante da instalação de uma Sede administrativa no parque. Se a gestão pública como um todo traz em seu bojo desafios cotidianos, a gestão ambiental ainda mais os apresenta. Numa cidade de médio porte, com crescimento populacional ascendente e expansão imobiliária em pleno curso, as demandas e questões ambientais se tornam desafios crescentes ao gestor público e a busca de soluções que atendam às necessidades humanas sem aumentar a vulnerabilidade ambiental, se mostra não só como um desafio, mas igualmente, uma grande geradora de oportunidades para a criatividade e a inovação na gestão.

Nesse diapasão, tem-se o conteúdo ora apresentado, no qual o objetivo de analisar as aproximações e distanciamentos entre a proposta de gestão ambiental do Parque Municipal da Serra do Piripiri e o executado (políticas públicas implementadas), sob a ótica de diferentes sujeitos sociais – do poder público à sociedade civil – foi o principal motivador. Em busca desse objetivo, foram enveredados esforços no sentido de revisar a literatura pertinente, num arcabouço alcançável dentro dos parâmetros metodológicos, promover a escuta de atores sociais e do poder público, bem como se debruçar sobre as normativas estabelecidas para a gestão da Unidade de Conservação.

Como resultados, foi possível verificar que o modelo de gestão ambiental proposto pela Prefeitura de Vitória da Conquista para a UC Parque Municipal da Serra do Piripiri é o da gestão direta, exercida pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SEMMA, sendo que há um roteiro para a gestão formulado por meio de Plano de Manejo publicado no ano 2019, sendo estabelecido este ano como marco inicial para algumas análises. Ocorre que, as proposições contidas no plano de manejo da UC não estão refletidas diretamente nos instrumentos de planejamento (PPA e LOA), nem traduzidas em ações implementadas pelas políticas públicas para a gestão Ambiental da UC, o que implica num distanciamento entre o planejado e o executado.

Numa das respostas obtidas por meio de questionário, foi informado sobre os objetivos propostos na criação da Unidade de Conservação que estes “além de não serem claros, parecem não ser bem compreendido por todos” e estão distanciados das ações implementadas, em razão de limitações estruturais, orçamentárias, conjunturais e de pessoas. Tendo sido enfatizada a ausência de informações científicas, atualizadas e sistematizadas sobre o PMSP, dificultando o monitoramento da efetividade das ações e corroborando a necessidade da pesquisa em comento.

De acordo com os resultados obtidos na pesquisa de campo, os usuários do Parque do Piripiri compreendem a importância e relevância da Unidade de Conservação, identificam os

objetivos propostos na criação da Unidade de Conservação e relatam situações que distanciam a realidade do planejado. Importa dizer que, os usuários do PMSP (respondentes), em sua maioria, não residem nas proximidades da UC e que mantém relações de visitação para fins, principalmente, de lazer. (Questionário dirigido aos usuários, visitantes e pesquisadores), 2021)

Embora evidentes no Plano de Manejo, os pressupostos e diretrizes da política nacional de meio ambiente, estas não são traduzidas objetivamente nas metas estabelecidas pelo executivo municipal em seu planejamento plurianual posterior à elaboração e publicação do referido documento, quais sejam: PPA 2018/2021 e PPA 2022/2025. As aproximações acontecem no campo das ideias, mas os distanciamentos estão evidentes na ausência de ações efetivas, o que é referendado por afirmativas coletadas em questionários aplicados aos visitantes e usuários do Parque Municipal da Serra do Piripiri e pelo observado nos orçamentos anuais, comparando as destinações financeiras aos programas planejados no período compreendido entre 2007 e 2021. Importante dizer que este intervalo de tempo foi escolhido por ser o ano 2007 o ano da elevação do Parque à condição de Unidade de Conservação e o ano 2021, último exercício financeiro finalizado até a publicação deste estudo.

As contradições estão refletidas nas práticas cotidianas, especialmente na existência de uma zona de conflito identificada no Plano de Manejo, sem ações planejadas e ou executadas para mitigação ou cessão dos impactos ambientais frente à instalação/manutenção de equipamentos públicos discrepantes (à exemplo da instalação do anel rodoviário e a manutenção de uma usina de asfalto no interior da poligonal do parque). Na esfera da sociedade civil, embora tenha sido abrituído o conceito de “alta importância” pela comunidade, os discursos dos usuários refletem comportamentos de vandalismo (presença de resíduos sólidos descartados irregularmente) e predação (extração de minérios, vegetação e captura de animais silvestres).

Os desafios residem na conciliação dos interesses econômicos dos atores sociais às necessidades de investimento demandadas para a gestão e o manejo do Parque, não só financeiros e orçamentários, mas políticos e sociais. O monitoramento de atividades ilegais ou irregulares é dificultado pelas limitações do órgão gestor e a mudança de comportamento dos atores sociais que vandalizam ou predam o patrimônio ambiental demanda sensibilização e educação para a cidadania ambiental, as quais, por sua vez, demandam investimentos públicos e privados, cada vez mais escassos.

Os achados da pesquisa, permitiram a formatação de uma matriz SWOT que reflete as forças, as fraquezas, as ameaças e as oportunidades existentes. O resultado da análise dos discursos proferidos nos questionários aplicados, somado com as anotações da matriz, permitiu elencar proposições e recomendações, as quais em síntese, se encaminham para a viabilização da participação social na gestão e no aumento dos recursos necessários à promoção da educação ambiental crítica e emancipatória, bem como à qualificação/ampliação das ações de fiscalização e monitoramento, no campo da educomunicação, da gestão estratégica e operacional (pessoas, finanças, infraestrutura), do gerenciamento (planejamento e administração geral), da tecnologia da informação e do gerenciamento de riscos.

Estruturado em 7 (sete) seções, quais sejam: 1 introdução; 2 fundamentação teórica; 3 objetivos; 4 metodologia; 5 resultados e discussões; 6 considerações finais e 7 perspectivas e recomendações, o estudo e seus achados permitiu alcançar a principal meta que o impulsionou: promover investigações para identificar as aproximações e distanciamentos da e na gestão ambiental do Parque Municipal da Serra do Piripiri, seus conflitos e contradições, desafios e soluções.

Assim, a aderência à área de concentração do programa de pós graduação em ciências e tecnologias ambientais se justifica, principalmente no que tange à formação de pessoas para o gerenciamento do meio ambiente de modo sustentável, o que, neste trabalho, coaduna com a linha de pesquisa Gestão, política e manejo ambiental, vez que, persegue-se o objetivo de fomentar a utilização de instrumentos de gestão em consonância com as tecnologias disponíveis e a aplicação de mecanismos legais na solução de problemas ambientais por meio do aperfeiçoamento da gestão ambiental.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 As cidades e a cidade Vitória da Conquista

Sobre a formação das cidades, Santos (1989, p. 41) diz que “[...] O fenômeno humano é dinâmico e uma das formas de revelação desse dinamismo está, exatamente, na transformação qualitativa e quantitativa do espaço habitado [...]”. Nesse diapasão, Segaud (2017) diz que o espaço habitado está para além da fisionomia geométrica, sendo um fruto de uma construção social, resultante da origem de cada indivíduo somada aos valores, práticas e saberes do seu coletivo. Para Rolnik (1991, p. 12), “[...] a cidade é antes de mais nada um ímã, antes mesmo de se tornar local permanente de trabalho e moradia [...]”.

Os três autores coadunam pensamentos na direção de ser a cidade algo vivo, mutante e fruto de relações – das planejadas (idealizadas) e efetivas (resultantes de ações, reações, fazeres e não fazeres). Tais pensamentos podem se desdobrar em demandas, necessidades prementes e ou factuais, as quais influenciarão e determinarão constantes construções, desconstruções e reconstruções das e nas cidades, com reflexos nelas e para além delas.

Bitoun (2003, p. 299-301) enfatiza na dinâmica da formação das cidades uma “contradição original” relacionada com “o modo de apropriação do solo”. Para ele, as incursões das pessoas sobre o espaço geográfico se dão sob as premissas sociais, ou seja, a partir dos anseios da sociedade acerca das ocupações e os usos que serão dados a cada parcela territorial, mediante as imposições do mercado imobiliário ou “mercado das terras”. Destaca a naturalização da ocupação dos melhores terrenos – a exemplo daqueles com maior facilidade de construção – por parte dos mais poderosos, enquanto aqueles que demandam maiores investimentos e melhores técnicas para uma melhor ocupação, permanecem destinados às camadas sociais mais pobres. É nesta contradição que reside o entendimento de que as pessoas mais pobres são responsáveis pela degradação ambiental, ao ocuparem áreas de vulnerabilidade ambiental e objeto de proteção (encostas, topos de morro, mananciais, entre outros).

Há que se observar, também, a necessidade humana do contato com a natureza. Henrique (2009) aponta problemáticas oriundas das pressões por moradia sob a perspectiva do consumo, vez que o mercado imobiliário faz da natureza uma mercadoria que aumenta o valor de troca de empreendimentos imobiliários quando controlada e cuidada, enquanto que o abandono ou ausência de manutenção de áreas com cobertura vegetal desvaloriza os imóveis e precariza as moradias, fazendo das necessidades coletivas de direito à cidade e à natureza variáveis de especulação e acumulação, as mais das vezes apontadas em diferentes instrumentos de planejamento das cidades.

No tom do planejamento das cidades como sendo um meio de evitar, dirimir e ou solucionar potenciais conflitos e demandas existentes no relacionamento das pessoas com e no meio ambiente, a Nova Agenda Urbana, estabelece que:

[...] as cidades podem ser a fonte de soluções dos desafios enfrentados pelo mundo atualmente, em vez de sua causa. Se bem planejada e administrada, a urbanização pode ser uma poderosa ferramenta para o desenvolvimento sustentável tanto para países desenvolvidos quanto para países em desenvolvimento [...]. (ONU Habitat, 2019, p. 8).

A partir de 1988, diante da Constituição Federal, o município passou a ter seu papel como gestor ambiental melhor definido quando, no art. 23 – incisos VI e VII, restou compartilhada a proteção ambiental entre os entes Federal, Estadual e Municipal, além da definição das competências municipais, no momento em que o Art. 30 estabeleceu como sua alçada “[...] legislar sobre os assuntos de interesse local [...]”, sem perder de vista que o Art. 225 da Carta Magna impôs ao poder público e à coletividade o dever de proteger o meio ambiente visando garantir a sadia qualidade de vida. (BRASIL, 1988)

Para além da carta magna, o Estatuto da Cidade – Lei federal 10.257/2001 – preconiza o zoneamento e a qualidade ambiental das cidades, conforme se vê no artigo 2º, incisos I e II, que enfatizam a função social da cidade:

[...] Art. 2º...

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano; [...] (BRASIL, 2001)

Nota-se nos dois dispositivos legais a recomendação explícita da participação social na gestão para fins de alcance e realização de uma gestão democrática, na qual sejam compartilhados direitos e deveres, conforme cada esfera de atuação, visando sobretudo a sadia qualidade de vida, para as presentes e as futuras gerações, fazendo da cidade um lugar que muito além da moradia e da sobrevivência, seja um locus de vida e realizações individuais e coletivas, dotando o espaço e a governança de sentido social e político muito além do exercício de poder.

Nesta perspectiva, a ocupação inicial das terras que hoje compõem o município de Vitória da Conquista, ocorreu na encosta da Serra do Piripiri, margeando o Rio Verruga e sua microbacia, a partir da incursão de bandeirantes portugueses na busca de um caminho que ligasse o litoral e o Sertão (MEDEIROS, 2015), tal ocupação que tinha como protagonistas a aristocracia colonial e suas representações, na atualidade, avança para as áreas mais íngremes, sendo ocupadas por frações da classe trabalhadora mobilizada em antigas ocupações.

A cidade é classificada como capital regional B (IBGE, 2018) e, desde a fundação, desempenha um papel de centralidade. A formação do município de Vitória da Conquista não difere em muito de outras cidades do interior brasileiro. O povoamento foi iniciado a partir de demandas de bandeirantes portugueses que buscavam um caminho melhor entre o litoral e o

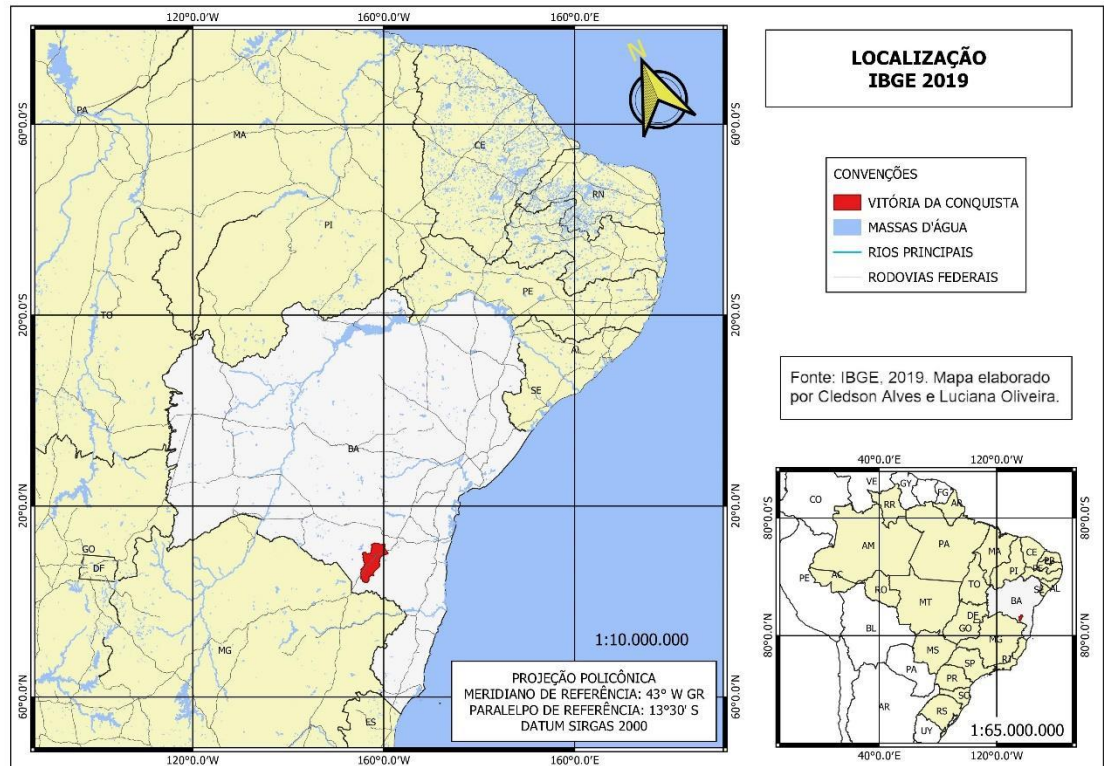
sertão baiano. Com o tempo, a passagem de tropeiros com produtos diversos, além de animais (gado, principalmente), foi fazendo surgir os arruamentos e as primeiras construções, por volta dos anos 1780. Uma vez estabelecido o povoamento, o arraial foi elevado à categoria de vila em 1840 e, no ano 1891, houve a emancipação política. (MENEZES, 2010)

Na primeira metade do século XX, a cidade se desenvolveu, distritos rurais foram estabelecidos, a energia elétrica, o telégrafo e outras características urbanas foram incorporadas à Sede, que, àquela época já fazia correr pelo estado a fama de “cidade grande”. No ano de 1963 foi construída a rodovia BR 116 e com ela consolidou-se a vocação de cidade pólo. Nos anos 1970 a cidade foi beneficiada com programas de fomento à cafeicultura por meio das políticas públicas de financiamento para atividades agrícolas na geração de commodities, mas, o crescimento econômico esbarrou na crise cafeeira da década de 1980 e a sociedade conquistense teve que criar e fortalecer outras alternativas econômicas, fazendo-o com a participação de migrantes oriundos de diferentes localidades, o que impulsionou o estabelecimento definitivo de um pólo de serviços regional. (PMVC, 2020)

A partir dos anos 1990 e início do século XXI, consolidado o pólo de serviços – sobretudo o comercial, foram ampliadas a indústria, os serviços de saúde e de educação. Tudo isso, refletiu no aumento da pressão antrópica sobre o meio natural, demandou novos serviços e impulsionou o crescimento imobiliário e a expansão urbana – especialmente com a instalação de núcleos urbanizados em meio rural e o estabelecimento de condomínios fechados e loteamento de chácaras nos arredores da Sede. (PMVC, 2020; ROCHA, 2019; SANTOS, 2019)

Atualmente Vitória da Conquista é considerada uma cidade de porte médio, que localizada no interior da Bahia, conforme figura 1, exerce grande influência sobre os municípios instalados no seu entorno, o que gera um imaginário de ser esta uma capital regional, com uma população flutuante que busca o atendimento de suas necessidades na cidade e influencia de maneira decisiva a composição de seu Produto Interno Bruto – PIB e, por conseguinte, cria reflexos na economia local e regional. O Estado da Bahia, para fins de planejamento do governo estadual, foi dividido em 26 regiões denominadas RDS no ano 2014 e, em 2018, este redistribuiu os municípios em 27 territórios de identidade considerando aspectos econômicos e culturais para além das características geográficas antes utilizadas como parâmetros de regionalização e, tendo em vista a divisão econômica em uso na atualidade, a cidade integra o Território de Identidade Sudoeste Baiano, tratado adiante e ilustrado na Figura 2.

Figura 1 - Localização Vitória da Conquista no Estado



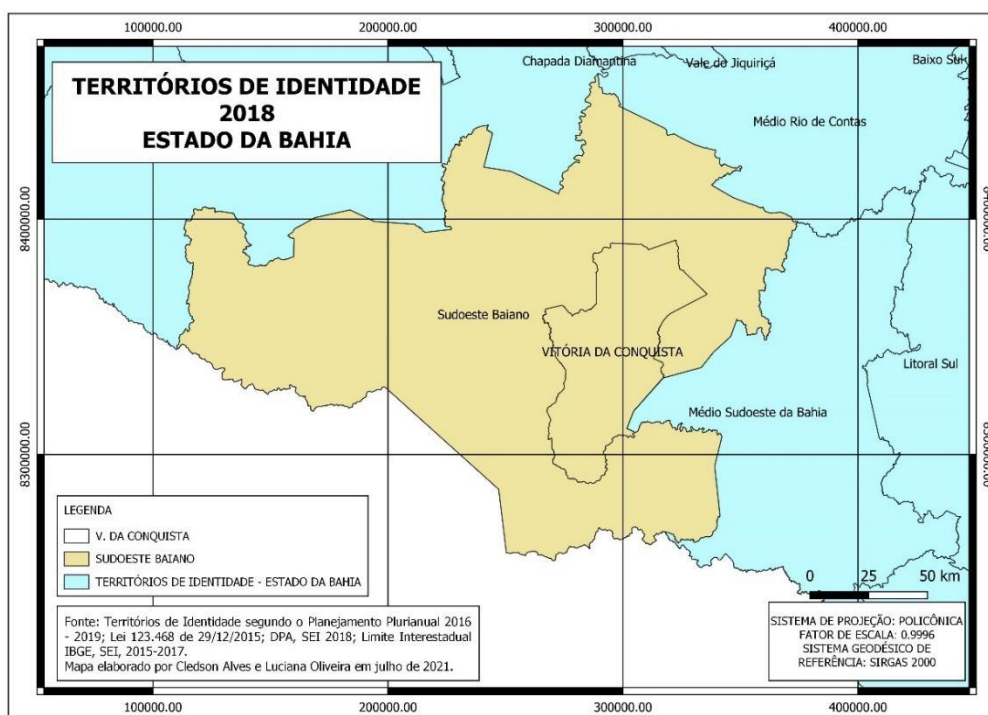
Fonte: IBGE, 2019. Elaboração: Alves e Oliveira, 2021.

Recordando que as cidades são formadas pelas pessoas que nela habitam e se relacionam, na busca em atender às suas demandas individuais e coletivas, bem como a perspectiva da sustentabilidade na transformação das cidades em lugares melhores para se viver, surge a necessidade de compreender quais as características intrínsecas aos atores sociais, construtores destas cidades e que fundamentarão suas ações e reações no âmbito cultural, econômico e religioso, entre outros, com consequências no meio em que eles vivem e convivem.

Carvalho (2016) ao tratar da formação do sujeito ecológico traz à tona conflitos e diferenças entre os conceitos de Desenvolvimento sustentável, sustentabilidade, sociedades sustentáveis e práticas sustentáveis, os quais fundamentam a contraposição à ideia de sociedade sustentável versus o foco da sustentabilidade como sendo paradigma de desenvolvimento. Seus estudos implicam no protagonismo necessário ao sujeito para que ocorra a transição para uma sociedade sustentável, vez que o planejamento reflete princípios, valores e comportamentos de quem o elabora.

Nesse sentido, o governo da Bahia avançou em seu planejamento, redimensionando a divisão econômica do estado, deixando as RDS e formatando os Territórios de identidade - TI, conforme dito, os quais levam em conta não só a ideia de meio ambiente como conjunto de recursos naturais escassos e ameaçados pela sociedade, demandando relações ser humano-natureza para além das relações de consumo e exploração, mas também aspectos culturais e religiosos que se somam às características naturais e econômicas para dar lugar a um novo modelo de divisão territorial para fins de atuação do governo em todo o estado, onde se observa que Vitória da Conquista integra o TI 20, que é composto por outros 23 municípios, para os quais Vitória da Conquista exerce uma função de centralidade, conforme a figura 2:

Figura 2 – Localização da cidade de Vitória da Conquista no TI 20



Fonte: SEI, 2018; IBGE, SEI, 2015-2017. Elaboração: Alves e Oliveira, 2021.

Tratando um pouco mais da regionalização geoeconômica, para fins de compreensão dos instrumentos de gestão, importa dizer que a cidade integra a Zona Ecológica Econômica (ZEE) Planalto da Conquista e o semiárido brasileiro (Figura 3). De acordo com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, o semiárido brasileiro compreende 1.262 municípios e ocupa cerca de 12% do território nacional. Tem como características principais a alta vulnerabilidade à seca (pluviosidade média abaixo dos 800mm/ano), índice de aridez em 0,5 e

risco de seca maior de 60%. (BRASIL, sd). Tais aspectos fazem de algumas cidades da região inóspitas e influenciam na migração de suas populações.

Medeiros (2015) e Cabral (2017) indicam a migração regional como fator de povoamento e expansão da população em Vitória da Conquista. As populações que ocuparam as faixas de zona urbana que margeiam a Serra do Piripiri têm origens em lugares e contextos diferenciados, desde municípios vizinhos e precários, outras regiões da Bahia que passaram por crises econômicas desencadeando novos fluxos de migração e até mesmo, de outros estados. (MENEZES, 2010; FERRAZ, 2001)

A cidade de Vitória da Conquista exerce forte influência nas regiões sul e sudoeste da Bahia. Os municípios que se limitam com Vitória da Conquista são: Anagé, Barra do Choça, Belo Campo, Cândido Sales, Encruzilhada, Itambé, Planalto e Ribeirão do Largo. Na zona rural, há 11 distritos: Bate Pé, Cabeceira da Jiboia, Cercadinho, Dantelândia, Iguá, Inhobim, José Gonçalves, Pradoso, São João da Vitória, São Sebastião e Veredinha. A sede está organizada em 24 bairros: Alto Maron, Ayrton Senna, Bateias, Boa Vista, Brasil, Campinhos, Candeias, Centro, Cruzeiro, Distrito Industrial, Espírito Santo, Felícia, Guarani, Ibirapuera, Jatobá, Jurema, Lagoa das Flores, Nossa Senhora Aparecida, Patagônia, Primavera, Recreio, São Pedro, Universidade e Zabelê.

Os bairros Cruzeiro, Guarani, Nossa Senhora Aparecida, Primavera e Zabelê estão situados no entorno da UC em estudo, tendo sido o primeiro registrado no ano 1972 e os demais na década de 1980, todos se caracterizam por terem alta densidade populacional inversamente proporcional à renda média, inferior a 2,5 salário mínimo. A formação e a ocupação destes bairros se deu por meio de loteamentos populares, assentamentos, ocupações e conjuntos habitacionais de origem pública (CABRAL, 2017; PMVC, 2020; IBGE, 2010).

Situada no Planalto da Conquista, numa área de 3.254,186 km², o município tem como biomas a Caatinga e a Mata Atlântica, numa importante faixa de transição ecossistêmica possui, ainda, uma vegetação característica denominada Mata de Cipó. Vitória da Conquista liga o litoral ao sertão baiano, as regiões sul-sudeste do Brasil ao Norte-Nordeste. Possui variações altimétricas entre 800 e 1.125m, implicando em variações de temperatura e das condições edafoclimáticas. As menores temperaturas podem alcançar 6° (no inverno) e as maiores dificilmente ultrapassam os 31°. (BARBOSA; VEIGA; SILVA, 2019)

O município integra a região semiárida do nordeste brasileiro, com uma grande variação de temperatura todos os dias (MAIA; LIMA; PINTO, 2017) e uma situação altimétrica relevante, implica em vulnerabilidades e potencialidades ambientais bem característicos, aumentando a necessidade de uma gestão ambiental efetiva, que leve em conta

os aspectos naturais, econômicos e culturais, de maneira multidisciplinar, holística e ampliada, para além de suas fronteiras territoriais, o que configura um “desafio ecológico”, conforme Sirkis (2005) e demanda um melhor e mais abrangente planejamento.

De acordo com o McKinsey Global Institute (2016) o planejamento urbano deve se dar em consonância com as necessidades das pessoas que formam a cidade, considerando consumo, demandas sociais, econômicas e culturais. Para Barros; Azevedo; Dias; Oliveira (2017), é no planejamento urbano que se fundam as áreas verdes numa cidade, sendo estas objeto de atuação principalmente da Secretaria de Meio Ambiente, no município de Vitória da Conquista. Na formulação de respostas às demandas ambientais e aos conflitos que surgem em razão da pressão antrópica sobre a natureza, por meio do planejamento das cidades, há que se observar a Nova Agenda Urbana, que estabelece que as soluções dos desafios estão na própria dinâmica da cidade, evidenciadas no seu planejamento. (ONU Habitat, 2019)

O município de Vitória da Conquista estabeleceu sua política ambiental, introduzindo serviços e instituindo a estrutura organizacional necessária a municipalização da gestão ambiental: Primeiro a ideação, gestada ainda na Secretaria de Expansão Econômica na década de 1990, que resultou na criação da Secretaria Municipal do Meio Ambiente no ano de 1992, sob influência dos ditames da Rio 92. A estruturação do Sistema Municipal do Meio Ambiente resulta de perspectivas e diretrizes estabelecidas nos documentos da Agenda 21 municipal, quais sejam “A Conquista do futuro: Cenários para o desenvolvimento sustentável”, volumes I e II (GUIMARÃES, 2004), refletidas no Código Municipal do Meio Ambiente – Lei municipal nº 1.410/2007 (VITÓRIA DA CONQUISTA, 2007).

Assim, a gestão ambiental municipal, tem como órgão regente a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, criada em 1992, responsável pelo desenvolvimento e execução da política ambiental municipal por meio dos setores que a compõem, contando ainda, com o Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMMAM, criado em 2001, como órgão consultivo e deliberativo integrante do Sistema Municipal do Meio Ambiente e, com o Fundo Municipal de Meio Ambiente – FAM, criado em 1992. As atividades realizadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente devem ser pautadas no supracitado código municipal de Meio Ambiente, para além do quanto descrito na Lei nº 691/1992 que a instituiu. (VITÓRIA DA CONQUISTA, 1992; 2007.)

2.2 Relações sociais e ambientais

Das e nas relações sociais e ambientais são representadas interações de ordem social, econômica, cultural e religiosa, entre outros. Nesse panorama, considerando a estruturação social brasileira, têm-se destaque o viés econômico como impulsionador das relações.

Brandão & Siqueira (2020), apontam o Brasil como um lugar subdesenvolvido e, mais recentemente, um lugar em desenvolvimento. Reverberando este entendimento ao Estado da Bahia e, conseqüentemente à cidade de Vitória da Conquista, importa compreender o que seja subdesenvolvimento, o que para Leff (2009, p. 28-29) é

[...] o efeito da perda do potencial produtivo de uma nação, devido a um processo de exploração e espoliação que rompe os mecanismos ecológicos e culturais, dos quais depende a produtividade sustentável das suas forças produtivas e a regeneração de seus recursos naturais. [...] também implica o efeito acumulativo dos custos ecológicos e desaproveitamento de um potencial ambiental que seria produzido por meio da revalorização e do uso integrado dos recursos produtivos de uma formação social – e de cada região geográfica particular – harmonizando suas condições ecológicas, tecnológicas e culturais. [...]

Ramos (2006), sobre desigualdades socioespaciais, conclui que o entendimento de que as populações mais pobres exerceriam maior pressão sobre os recursos naturais é resultante de convenções internacionais. Caldeira; Sekula; Schabib (2020) apontam a concentração da emissão de CO₂, em função das práticas de produção e consumo, à Inglaterra, Alemanha, França, Itália e Estados Unidos (do início do século XIX até 1960), ao Japão, Austrália, América Latina e Índia (1960) e à China (1975), cumulativamente.

2.3 Conflitos e soluções – A formação da agenda ambiental

SIRKIS (2005, p. 215-221) trata de um “desafio ecológico das cidades”, qual seja o de reconhecer que há no ambiente construído uma “ecologia urbana”, que para além da paisagem, [...] envolve a sustentabilidade econômica, social, energética das relações humanas e daquelas entre o ambiente natural e o ambiente construído [...] e destaca: [...] o maior problema eco-urbanístico do sul do planeta é a cidade informal das favelas, loteamentos clandestinos e similares [...], sendo que as soluções perpassam pelo planejamento/gestão e mobilidade urbana, integração da cidade formal com a cidade informal e a associação da gestão das águas e dos resíduos.

De acordo com o McKinsey Global Institute (2016, p. 7) “As cidades precisam concentrar seu foco nos cidadãos”, justificado pelo fato de que, se nos 50 anos anteriores houve um forte crescimento na urbanização das cidades, a tendência mundial é de formação

de bolsões de crescimento em áreas específicas. Isso implica no aumento do consumo, das demandas sociais, econômicas e culturais com forte pressão sobre o meio urbano e, por conseguinte, na necessidade de planejamento urbano. (MCKINSEY GLOBAL INSTITUTE, 2016)

Bitoun (2003, p. 299-301) apresenta a expressão do Planejamento urbano em duas modalidades, participativo e estratégico – de controle do desenvolvimento urbano (até a década de 1980). Santos (2006), compreende que urbanização, desenho urbano e carências das populações são resultantes de processos históricos, permeados por subprocessos econômicos, políticos, sociais e culturais. Para Barros; Azevedo; Dias; Oliveira (2017), é no planejamento urbano que se fundam as áreas verdes numa cidade:

[...] A existência de áreas verdes no espaço urbano coloca-se como importante por uma série de fatores, dentre eles, a influência na qualidade ambiental da cidade, que, por sua vez, exerce um papel fundamental na qualidade de vida da população cidadina. Nesse sentido, ressalta-se o papel do poder público nas suas três esferas de tomada de decisão (municipal, estadual e federal) que, por meio da execução de um planejamento urbano adequado, tem a responsabilidade de provimento e difusão daquelas áreas no contexto da cidade. [...]. (BARROS; AZEVEDO; DIAS; OLIVEIRA, 2017. p. 72)

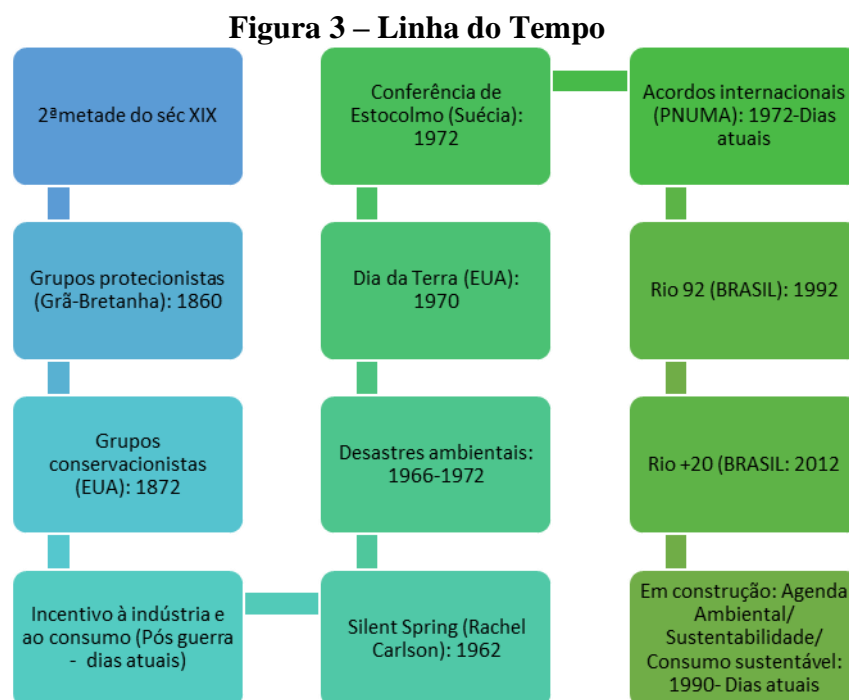
No contexto do planejamento e do gerenciamento de conflitos, surgem as Unidades de Conservação (UC), que foram instituídas com o objetivo de, entre outros, promover a conservação de ecossistemas e proteger a biodiversidade de modo representativo em toda a extensão nacional. (BRASIL, 2000) Ocorre que, a proximidade com o meio urbano/urbanizado é um dos maiores desafios enfrentados na Gestão de Unidades de Conservação, sendo imprescindível a participação das populações do entorno para o alcance dos objetivos que fundamentaram a criação das UCs. (SESTREN-BASTOS, 2017).

A criação das UCs pode ser compreendida como uma resposta ao fato de que fatores ambientais (fauna, flora, corpos hídricos, solo, entre outros) foram encarados como fonte de recursos inesgotáveis (ALVES, 2020). Apesar do desflorestamento e dos plantios ininterruptos ocorridos ainda entre os Sumérios, os gregos e outros povos antigos (PERLIN, 1992; DIAMOND, 2007), os alertas sobre as consequências danosas que poderiam ocorrer diante disso não ganharam força e foi somente na segunda metade do século XIX que o movimento ambientalista e uma nova maneira de pensar as relações entre o homem e a natureza ganharam importância. (POTT; ESTRELA, 2017)

A percepção de conflitos entre as ações antrópicas e o meio natural toma corpo a partir das dificuldades surgidas com o advento da Revolução Industrial, momento em que houve um

aumento da exploração dos recursos naturais e sua capacidade de renovação (resiliência) passou a ser a cada dia mais pressionada. A Inglaterra desflorestada e tomada por fumaça e fuligem chamou a atenção, não só dos naturalistas, mas também da sociedade científica que começou a se debruçar sobre questões relacionadas à saúde e poluição, associando as atividades antrópicas e a degradação ambiental, com a saúde humana. (FURTADO; PRIORI; ALCÂNTARA, 2015)

Importante reconhecer alguns fatos históricos (linha do tempo) que favoreceram a formação do pensamento ambientalista, os quais podem ser reunidos na figura 3 abaixo:



Fonte: Elaborado pela autora, 2022. (McCormick, 1992; ROCHA, 2015; Calixto, 2018.)

Nesse ínterim, encontra-se uma das alternativas como sendo a da conservação ambiental, disseminada a partir da década de 1970 – por meio de John Muir e do Sierra Club, seguido por Aldo Leopold e “La Ética de La Tierra”, fundamentados na biologia da conservação e que inspiraram, entre outros, a criação de unidades de conservação. (MCCORMICK, 1992) A partir de 1972, os modos de produção e consumo passaram a ser reorganizados e as questões ambientais começaram a ser consideradas no planejamento e execução das atividades humanas em resposta às crescentes pressões de ambientalistas que culminaram numa estruturação da legislação reguladora dos processos produtivos (JAPIASSU; GUERRA, 2017). A legislação ambiental se aperfeiçoou, somando

conhecimento científico e valores sociais cada vez mais pautados nos custos ambientais, gerando uma nova perspectiva para as relações entre as pessoas e os recursos naturais (MOREIRA; JUNQUEIRA JUNIOR; SOUSA; MOREIRA; BALIZA, 2021). Na década de 1980, se intensificaram os diálogos sobre as questões ambientais e a organização de pessoas para a criação de uma agenda ambiental na tentativa de solucionar conflitos ambientais, os quais passaram a ser entendidos como reflexos das situações econômicas. (ONU PNUMA, 2020). É sabido que são as pessoas, por meio do exercício da cidadania que criam e impulsionam as mudanças que norteiam as sociedades. (LEFF, 2016)

Silva e Mello (2021, p. 152), ao tratar de conflitos socioambientais em UCs, afirmam que:

[...] À vista de conflitos socioambientais em UCs envolvendo populações tradicionais, vê-se "uma colisão de direitos constitucionais fundamentais", o caminho para dirimir as problemáticas daí decorrentes é o "da harmonização, tanto no caso de área de conservação (uso sustentável) quanto no de preservação ambiental (proteção integral). [...]

Do achado se depreende a necessidade de diálogo entre as partes, poder público e sociedade civil, em busca de soluções equalizadoras, considerando a proteção ambiental e a justiça social, que são pilares fundamentais e necessários à gestão ambiental e ao alcance da sustentabilidade, vez que açambarcam valores e diretrizes voltados à economia, ao meio ambiente e à sociedade, além de serem facilitadores da governança que, em última análise, está relacionada com a percepção ambiental e poderá implicar na maior ou menor sensação de segurança das e nas UCs e no seu entorno.

Ferreira e Nóbrega (2022), enxergam as UCs como espaços que além de proteger áreas naturais, servem de espaços para lazer e recreação das pessoas, estejam elas nas proximidades, sejam visitantes e ou turistas e fazem uma ressalva quanto ao contexto de vulnerabilidade quando as áreas estão situadas em meio urbano e num ambiente com histórico de violência e vão além, ao afirmarem que:

[...] Os aspectos intrínsecos à violência estão presentes na sociedade e consistem no uso da força, violação de direitos e privação da liberdade individual e coletiva. Notá-se ainda aspectos tangíveis e intangíveis nos quais é possível visualizar as naturezas do seu conceito, podendo ser física ou psicológica. No entanto, percebe-se de acordo com estudos e relatórios publicados que é no cenário urbano que se observa os efeitos da criminalidade, de maneira crescente, o que provoca na sociedade um sentimento constante de medo e insegurança, principalmente em virtude da segregação social e espacial em que existe uma parte da população detentora de um alto nível de poder aquisitivo, que, reside em localidades com padrões de infraestruturas básicas e, consequentemente, desfrutando e alto padrão de

qualidade de vida. Entretanto, é comum visualizar nas cidades, lugares periféricos que não possuem o mínimo de serviço básico e condições de sobrevivência para as pessoas que ali residem. De acordo com Peixoto et al (2008, p. 9) as áreas protegidas inseridas nas malhas urbanas das grandes metrópoles testemunham a evolução das cidades e interagem com problemas de ordem social e habitacional, valores culturais e arquitetônicos. [...] (FERREIRA; NÓBREGA, 2022. p. 7)

Em recente levantamento sobre as motivações de processos de redução de tamanho, recategorização ou descrição de unidades de conservação (PADD, em inglês), foram identificadas que as principais ameaças sofridas pelas UCs na Amazônia brasileira são: 1º) Obras de infraestrutura (Transporte e geração de energia) e 2º) Conversão do Uso do Solo (Desmatamento, queimadas, atividades agropastoris, mineração, ocupações humanas por avanço das cidades). (WWF Brasil, 2019).

Defendo que a ação das pessoas fundamental para a construção da realidade social mediante atitudes ecologicamente norteadas. Carvalho (2016) ao tratar da formação do sujeito ecológico, que é justamente o ator social imbuído da vontade de agir e viver da forma mais harmoniosa com o meio ambiente, traz à tona conflitos e diferenças entre os conceitos de Desenvolvimento sustentável, sustentabilidade, sociedades sustentáveis e práticas sustentáveis, os quais fundamentam a contraposição à ideia de sociedade sustentável versus o foco da sustentabilidade como sendo paradigma de desenvolvimento. Seus estudos implicam no protagonismo necessário ao sujeito para que ocorra a transição para uma sociedade sustentável, vez que o planejamento reflete princípios, valores e comportamentos de quem o elabora.

Importa dizer que os conflitos ambientais não diminuem em razão do desenvolvimento econômico, ao contrário, podem se acirrar e, ainda, a pressão sobre os recursos naturais se dá em grande parcela por implicações relacionadas ao consumo (ALIER, 2006). Tal compreensão está em sintonia com os achados de Henrique (2009)

Surgiram, na década de 1990, movimentos que buscam alinhar o consumo e a produção à agenda ambiental, sob a denominação de desenvolvimento sustentável, “tecnologias mais limpas de produção” são desenvolvidas e estimuladas, dando visibilidade ao que, já em 1972, era estabelecido como “nosso futuro comum”. A percepção de que muitos recursos naturais estariam se esgotando, ou sofrendo tais alterações em suas características e disponibilidade que impediriam sua exploração ou utilização, fez com que diferentes eixos da sociedade se mobilizassem para um melhor planejamento e mais adequado gerenciamento no uso de tais recursos. (CALIXTO, 2018)

No entanto, os acordos firmados ao longo do tempo, não evoluíram no sentido de serem cumpridos em sua totalidade, tendo muitas vezes, etapas importantes sido adiadas ou mesmo ignoradas pelos signatários. A Conferência Rio +20 deixou isso muito claro, ao reeditar como propostas, intenções que já haviam sido estabelecidas e firmadas 20 anos antes. Considerada um fracasso para muitos, houve quem a apontasse como importante momento de reconhecimento da frutificação de sementes outrora lançadas em razão da participação recorde de movimentos sociais durante o evento, em programações paralelas à oficial (que reunia os chefes de estado). Diretrizes ali estabelecidas ou reafirmadas e mesmo ampliadas, como os Objetivos do Milênio (em ampliação aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS) são um exemplo de paradigmas norteadores para o planejamento ambiental em diferentes esferas (social, econômica, cultural e política). (MEDEIROS, 2012; IPEA, 2018)

2.4 Gestão Ambiental na esfera pública

A interação humana com o meio natural indubitavelmente provoca alterações nas condições originais nas duas esferas, humana e ambiental (DREW, 2010). Diante disso, tendo em vista as necessidades que tal relação faz surgir, tem-se a gestão ambiental como área dedicada à criação, viabilização e execução de políticas, projetos, programas, ações e instrumentos com vistas a melhorar as interações humanas com o meio natural. Para tanto, a gestão ambiental compreende, em síntese, as seguintes áreas: 1) Sistema de Gestão Ambiental; 2) Gestão de resíduos sólidos; 3) Estudos de aspectos e impactos ambientais; 4) Matriz energética; 5) Gestão de recursos hídricos e 6) Emissão atmosférica e mercado de créditos de carbono. (PHILLIP JR., 2014)

No escopo do gerenciamento das cidades está a Gestão Ambiental pública. São instrumentos da gestão ambiental, na esfera pública: 1 – Instrumentos de comando e controle – Padrões ambientais; Banimentos e Restrições; Licenciamento ambiental; Avaliação de impacto ambiental e Estabelecimento de restrições ao uso do solo; 2) Instrumentos econômicos – Impostos, taxas, subsídios, licenças negociáveis, depósitos reembolsáveis. (CETESB, 2017)

O planejar se relaciona com o futuro, está imbuído de mecanismos e instrumentos que visam estabelecer meios de se alcançar objetivos e metas definidas, sendo uma tarefa do gerenciamento. Gerenciar diz respeito aos atos de organizar, planejar e executar ações num setor ou campo específico, está normalmente relacionada com atividades operacionais para o cumprimento daquilo que a Administração estabelece para a gestão da Organização. (DUARTE, 2015)

O planejamento ocorre por meio do levantamento de dados, organização das informações, estabelecimento de diretrizes, premissas, instrumentos, técnicas e processos que serão aplicados numa determinada área ou empreendimento, resguardando-o de possíveis danos ambientais, prevendo medidas mitigadoras, sempre que possível, numa perspectiva de sustentabilidade. Tal ferramenta (planejamento) permite definir um processo mais assertivo para a gestão ambiental, pois, ao se debruçar sobre aspectos sistêmicos e integrados, bem como aspectos e impactos ambientais, permite ao gestor tomar melhores decisões e escolher alternativas mais eficazes para o cumprimento e alcance dos objetivos institucionais ou organizacionais. (SANTOS, 2004)

O planejamento ambiental é um processo contínuo, o qual deve estar sempre em busca de atualização e aprimoramento para que seus resultados sejam cada vez mais efetivos, positivos e duradouros, evitando incertezas, externalidades, e minimizando os riscos de potenciais danos ambientais, afastando o quanto possível a degradação da qualidade ambiental e a poluição, bem como, prevendo ações mitigadoras aos danos inevitáveis. (AGUIAR, 2016)

As principais fases do planejamento ambiental correspondem ao Diagnóstico, Estabelecimento de diretrizes, procedimentos e técnicas aplicáveis às ações necessárias ao alcance dos objetivos e metas, Elaboração de programas de execução e monitoramento, bem como atividades avaliativas e de replanejamento. Os principais instrumentos previstos em lei e que podem nortear/auxiliar o planejamento estão relacionados com a legislação em vigor, no estabelecimento de padrões de qualidade (por meio de Normas técnicas e Resoluções), no zoneamento ambiental, na avaliação de impacto ambiental, no licenciamento e revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras e ainda ao incentivo à aplicação das chamadas tecnologias mais limpas, a criação de espaços protegidos e sistemas de informações que reúnam dados atualizados. (AGRA FILHO, 2014)

As principais ferramentas são os diagnósticos (estudos prévios), que devem reunir estudos ambientais, econômicos e sociais. Os diagnósticos embasam e são apresentados em planos ambientais ou planos de manejo, conforme o caso. Os estudos de impactos ambientais e a elaboração do Relatório de Impacto Ambiental, são instrumentos aplicáveis aos empreendimentos com maior probabilidade de promover alterações no ambiente em decorrência da execução de atividades ali realizadas, sendo previstas a participação e o controle social na elaboração e no monitoramento destes documentos. Para alguns casos, se aplicam, ainda os Estudos de Impacto de Vizinhança e Audiências públicas, que são ferramentas que ampliam a efetividade do planejamento. (SANCHEZ, 2020)

O instrumento indispensável de planejamento numa UC é o Plano de Manejo da unidade e o principal modelo é o da gestão compartilhada (WALKER, 2010 apud LEUZINGER, 2016). A legislação que trata do Plano de Manejo estabelece, entre outros, que este seja elaborado com a participação da sociedade. Para que a efetiva participação social aconteça, se faz necessário que os atores sociais envolvidos estejam sensibilizados e dispostos a atuar em benefício da coletividade, o que importa haver uma percepção ambiental norteadora e um conjunto de valores pautados nos princípios éticos que orientam a gestão ambiental, sejam eles: o bem comum, a valorização da vida, a racionalidade, a sustentabilidade, a justiça social e a preservação/conservação do patrimônio ambiental. (LEFF, 2016)

Bezerra, Carvalho, Lyra e Frutuoso (2018), ao tratar da construção de políticas públicas afirmam:

[...] A construção de políticas públicas deve ser realizada considerando os princípios da democratização e descentralização de decisões. No caso específico da política pública voltada à gestão de unidades de conservação, estas decisões envolvem a instituição de conselhos gestores e a elaboração e implementação de planos de manejo. Estes instrumentos, definidos pelo SNUC, merecem uma revisão na forma como são elaborados e constituídos, priorizando-se a construção coletiva como forma de garantir a transparência e o controle social e de legitimar as ações que serão implementadas [...] (BEZERRA; CARVALHO; LYRA; FRUTUOSO, 2018. p. 126)

Dias, Gomes, Batista e Campiolo (2018), ao falar da legitimidade de uma UC, informam que legitimidade da criação de uma Unidade de Conservação, no Estado Democrático de Direito é verificável a partir do nível de participação popular para a criação e implantação de uma UC, sendo que quanto maior o nível de participação, maior a legitimidade e melhores as possibilidades de alcance dos objetivos e metas em razão da efetividade da gestão alcançável quando ampliada e qualificada a participação social.

Um pressuposto que se apresenta para a operacionalização da UC é o da co-gestão, o que implica numa busca de gestão na qual a construção do modelo e o planejamento de tal gestão se dá de maneira compartilhada, levando-se em conta os interesses e objetivos de todos os atores envolvidos, numa base colaborativa, reunindo representações de órgãos públicos, gestores e a população local, onde seja estabelecida uma participação equitativa, possibilitando o compartilhamento das responsabilidades. (LEUZINGER, 2016)

Em síntese, o planejamento ambiental deve cumprir o ciclo PDCA (SCHEWART, 1939 apud SOARES, 2019), conforme descrito a seguir:

- Planejar = Seleção dos fatores, das variáveis e de indicadores para avaliação de desempenho ambiental, mediante objetivos e metas estabelecidos;
- Fazer = Execução das ações planejadas para o alcance de objetivos e metas, incluindo coleta de dados, análise e conversão dos dados coletados, avaliação da informação gerada, emissão de relatórios e comunicação entre os pares;
- Checar e agir = Análise crítica e melhoria da avaliação de desempenho ambiental.

Para “chegar e agir” tem-se o monitoramento da qualidade na gestão ambiental, o qual deve seguir as diretrizes estabelecidas na política nacional do meio ambiente e poderá utilizar, ainda, instrumentos correlatos, sendo possível ampliá-lo com a aplicação do quanto estabelecido nas normas da série ISO 14000 da Organização Internacional de Normatização (International Organization for Standardization – ISO), que são dirigidas à gestão ambiental, especialmente no que se refere ao estabelecimento de indicadores – ISO 14001, os quais estão agrupados em duas categorias: 1 - Indicadores de desempenho ambiental - IDA e 2 - Indicadores da condição ambiental - ICA. Os indicadores de desempenho ambiental podem ser de desempenho gerencial - IDG ou de desempenho operacional - IDO. (SEIFFERT, 2017).

Com o uso destes, o processo de gestão se torna mais transparente e a possibilidade de participação da comunidade em processos decisórios, aumenta as chances de sua efetividade e ainda permite a sensibilização para a cidadania ambiental, refletida nos processos participativos de gestão (MENEZES; STRUCHEL, 2019). O processo participativo na tomada de decisão ambiental é fruto dos movimentos ambientalistas que ganharam força a partir da década de 1972, com os alertas da Conferência de Estocolmo, bem como com a ampliação do conhecimento sobre as questões ambientais por meio da divulgação de estudos e achados do meio científico que corroboraram ou refutaram alertas proferidos por naturalistas e ambientalistas, tanto no meio acadêmico, técnico e profissional, como entre as pessoas comuns, às comunidades e sociedades em geral, trazendo tais questões para o cotidiano das pessoas. Regulamentado por meio de convenções e acordos que culminaram em legislações, normas e resoluções, o processo participativo se inicia como consultivo e alcança o nível deliberativo em diferentes esferas de poder. (LOUREIRO; PEREIRA; ACCIOLY; COSTA, 2016)

Na Política Nacional de Meio Ambiente – PNMA, instituída pela Lei federal nº 6.938/81, os princípios ali estabelecidos, conforme o art. 2º, estão relacionados ao desenvolvimento sustentável e à informação ambiental, os quais implicam na consciência pública, na transparência e na educação ambiental, estando intimamente ligados à participação social para o cumprimento do dispositivo legal quanto aos seus objetivos, por meio dos instrumentos previstos no art. 9º. O próprio SISNAMA, que é o Sistema Nacional do Meio Ambiente, prevê em sua composição a participação social ao designar como órgão consultivo e deliberativo sobre a política nacional de meio ambiente, o Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, além de incluir órgãos seccionais e locais, cuja composição prevê representações do poder público e da sociedade civil, por meio de comitês, câmaras técnicas, grupos de trabalho, grupos assessores, entre outros. (BRASIL, 1981)

Num dos instrumentos para o cumprimento da política nacional de meio ambiente, o Licenciamento Ambiental, regulamentado pela Resolução CONAMA 237/1997, a participação social ocorre desde o momento do diagnóstico (ao serem levantados dados e informações sociais, culturais, econômicos, por exemplo), até a autorização para emissão da licença, depois de realizadas audiências públicas, ou mesmo, submetidos os processos aos Comitês ou Conselhos, conforme o caso. É válido lembrar que a lei magna, a CF 1988, no art. 225, partilha a responsabilidade sobre o meio ambiente entre poder público e a sociedade, sendo que essa partilha se efetiva através dos meios de participação social regulamentados e, ainda, pela expressividade dos movimentos ambientais que, a partir dos anos 1972 se ampliaram, albergando causas sociais e, na década de 1980, ascenderam às diversas classes sociais sob diversas bandeiras, refletindo o caráter integrador de suas questões e demandas. (BRASIL, 1988; BRASIL, 1997).

A importância da participação social na governança pública está diretamente relacionada com a busca pela efetiva garantia de direitos, ao possibilitar que as comunidades potencialmente afetadas participem das decisões tomadas, por meio da consulta em audiências públicas para fins de implantação de empreendimentos, por exemplo, ou ainda, quando organizadas integram os Conselhos e os Comitês, como ocorre na gestão ambiental (conselhos municipais/estaduais: CEPRAM – Lei estadual nº 7.799/2001), na gestão de bacias hidrográficas (Lei federal nº 9.433/1997 e Lei estadual nº 9.843/2005), na gestão de unidades de conservação (Lei federal nº 9.985/2000), entre outras.

Nesse diapasão, as Unidades de Conservação - UC, para além do importante papel de salvaguardar os ecossistemas, possibilitar os ecosserviços e resguardar a biodiversidade, surgem como oportunidade de exercício da cidadania ambiental ao ter como indicação a

gestão participativa, conforme preconizam as diretrizes da Lei federal nº 9.985/2000. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC é o documento basilar na gestão de espaços protegidos em território nacional. A construção do SNUC foi idealizada ainda na década de 1960, quando surgiram as primeiras iniciativas visando o planejamento e a proteção sobre áreas de relevância ambiental. Isso demonstra uma construção de muitas mãos, o que é positivo, mas um movimento tardio e dificultado ao longo de 40 anos, até sua publicação.

É possível que a lentidão muitas vezes identificada entre a ideação e a efetivação das políticas ambientais estejam ligadas à percepção ambiental da sociedade sobre os objetos das políticas. Krzysczak (2016, p. 14), informa que existem diferentes percepções de meio ambiente:

- [...] a) Como Natureza: que precisa ser apreciada, respeitada e preservada. Nessa concepção antropocêntrica, o comportamento com o ambiente é determinado pelas próprias necessidades e interesses humanos. Esta visão é explicada pela própria história da humanidade, onde sempre nos colocamos como seres mais evoluídos, capazes de explorar, modificar e melhorar o ambiente. Por meio desta visão a natureza é vista como uma esfera separada ou justaposta à sociedade humana;
- b) Como Recurso: para ser gerenciado;
- c) Como Problema: para ser resolvido;
- d) Como meio de vida: não trazendo sentimento de pertencimento ao meio de vida;
- e) Como Sistema: para ser compreendido a fim de serem tomadas decisões;
- f) Como Biosfera: relacionando-o com um local para ser dividido; [...]
- g) Como Projeto Comunitário: no qual relaciona o meio ambiente como algo no qual precisamos nos comprometer.

No que tange à participação social na política ambiental, na contramão do quanto se construiu nos últimos 50 anos contados a partir do ano 1972, a partir do ano 2019 algumas perdas foram se somando, tendo culminado no mês de março do ano 2022 mediante alteração na composição do CONAMA, conforme se segue:

- [...] Art. 1º (...)
- VII - oito representantes de entidades ambientalistas de âmbito nacional inscritas, há, no mínimo, um ano, no Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas - Cnea, mediante carta registrada ou protocolizada junto ao Conama;
- § 10. Os representantes a que se refere o inciso VII do **caput** terão mandato de dois anos e serão escolhidos por sorteio bienal, vedada a participação das entidades ambientalistas detentoras de mandato. [...] (BRASIL, 2022)

Tais alterações no CONAMA, sem adentrar nas modificações funcionais do órgão, implicam na redução da participação popular, ao arrepio do dever constitucional de proteção

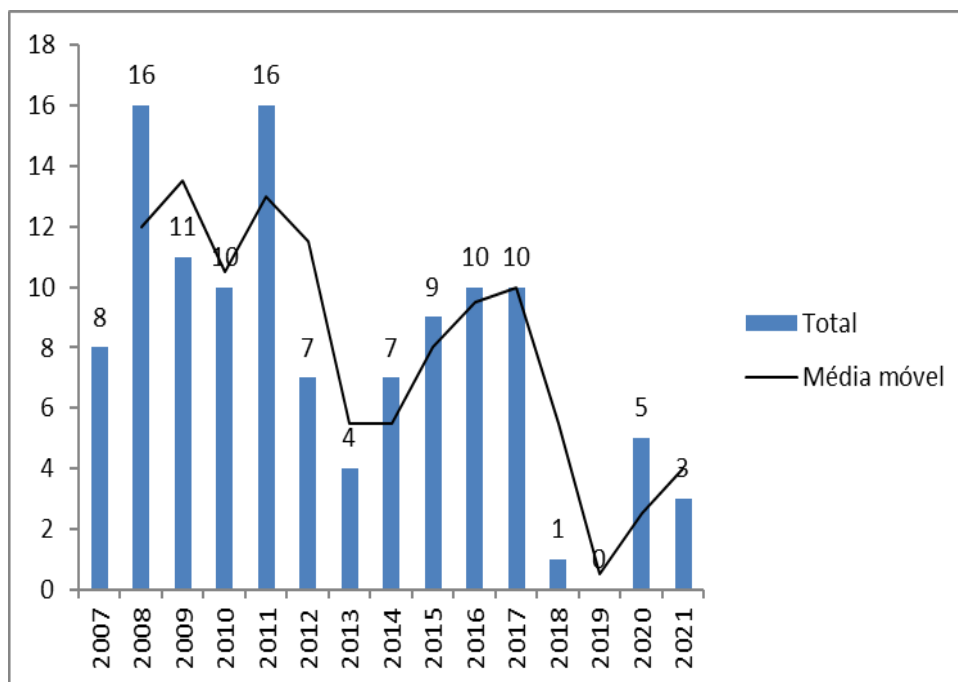
eficiente ao meio ambiente, vez que compromete a democracia participativa, princípio fundamental e razão de ser do órgão colegiado e que norteia as principais políticas de meio ambiente, com ênfase ao SNUC que é o principal conjunto de diretrizes e normas a fundamentar essa pesquisa.

Para Albuquerque, Sousa e Oliveira (2022), o CONAMA perdeu sua principal razão de ser, sugerindo o que chamaram de “Perversão do direito”:

[...] a participação no CONAMA, após Decreto 9.806/2019, passou a ser meramente informativo, caracterizando-se pelo adensamento da disparidade, em razão da diminuição da representatividade da sociedade civil e do crescimento da representatividade do Governo Federal. [...] a hipótese de perversão do Direito na modalidade de fuga do direito, o que é reforçada pela ausência de reuniões no ano corrente, e pela última pauta selecionada para debate no Conselho, que tratou em sua totalidade de revogação de Resoluções protetivas ambientais, suspensas até o momento pelo STF, onde também tramita ação sobre a constitucionalidade da alteração da composição do próprio CONAMA [...] (ALBUQUERQUE; SOUSA; OLIVEIRA, 2022. pg. 163)

No âmbito municipal, ainda não se observa a reverberação das decisões exaradas pelo executivo federal no que se refere à composição do Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMMAM, vez que não foram promovidas alterações na legislação correlata, conforme observa-se no Decreto de nomeação de conselheiros para o período 2022/2024, o qual manteve o quantitativo de assentos inalterado. No entanto, analisando as atas de reunião do Conselho lavradas no período 2007/2021, observa-se um declínio no quantitativo de reuniões realizadas a cada ano, conforme apresenta o gráfico 1, que se segue:

Gráfico 1 – Evolução do nº de Reuniões do COMMAM – 2007/2021



Fonte: VITÓRIA DA CONQUISTA/SEMMA/GEVIP, 2007-2022. Organizado pela autora, 2022.

Para além da participação social, para a efetiva implementação da política ambiental faz-se necessária a disponibilização de recursos financeiros, humanos e infraestrutura. Silva, Anunciação e Araújo (2020) alertam que

[...] A escassez de recursos financeiros e humanos está entre os principais entraves que dificultam, enfraquecem e/ou impedem a Gestão Ambiental [...] Nesse viés, torna-se primordial avançar na Gestão Ambiental participativa, à luz da Educação Ambiental crítica, de modo que se possa envolver atores sociais que convivem com os efeitos da injustiça ambiental, pois são negados os direitos de usar os recursos que ajudaram a conservar no passado. As estratégias de EA podem contribuir para dirimir os conflitos e evitar que atinjam patamares mais elevados, bem como qualificar os atores sociais excluídos com vistas para participação no processo decisório das UCs." pg. 215

Para suprir a escassez de recursos financeiros, o ente público elabora os instrumentos de planejamento (Plano plurianual - PPA, Lei de diretrizes orçamentárias - LDO e Lei do orçamento anual - LOA) e, a partir destes, direciona valores aos órgãos que o compõe, por meio de dotações orçamentárias. Uma vez planejado o direcionamento de recursos para o cumprimento da política ambiental na esfera pública, diretrizes comuns à gestão pública devem ser observadas. Uma delas diz respeito à vinculação das despesas, sendo que estas ocorrem

em etapas, conforme o planejamento dos programas, atividades e ações: 1) empenho; 2) liquidação e 3) ordem de pagamento. De acordo com o Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, para a devida ordenação da despesa, o empenho é documento basilar e sua emissão deve seguir o quanto informado no Manual do ordenador de despesa (CNMP, 2014. pg. 10), conforme abaixo:

[...] Para cada empenho será extraído um documento denominado "Nota de Empenho", que indicará o nome do credor, a especificação da despesa, a importância da despesa, a dedução desta do saldo da dotação orçamentária própria e demais dados necessários ao controle da execução orçamentária e o acompanhamento da programação financeira. (art. 21 da Lei 4.320/64 e IN/DTN nº 10/91) [...] (CNMP, 2014. pg. 10. grifo nosso)

Para melhor detalhar a despesa empenhada, importa compreender o que é a especificação da despesa: [...] descrição e/ou enumeração exaustiva e minuciosa das características de determinado conjunto de coisas, de um projeto etc. [...] (OXFORD, 2022)

No âmbito municipal, o órgão ambiental é a SEMMA, ao qual cabe o planejamento e a execução da política ambiental, bem como o ordenamento das despesas. O Código Municipal do Meio Ambiente – Lei municipal nº 1.410/2007, estabelece a política municipal do meio ambiente, com suas diretrizes e normatizações. Nele, estão indicadas 3 (três) unidades de conservação: I. O Parque Municipal da Serra do Piripiri; II – O Parque Municipal Urbano da Lagoa das Bateias e III – O Parque Municipal Urbano da Lagoa do Jurema e dispostos os regulamentos de gestão e das atividades a serem desenvolvidas.

2.5 A Serra do Pipiri

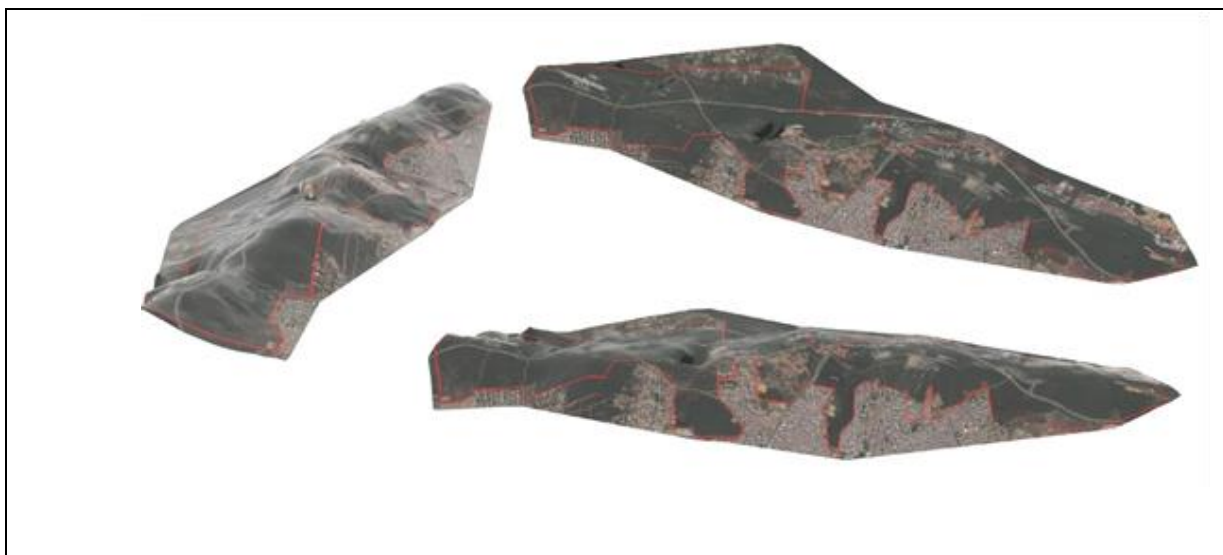
No município de Vitória da Conquista, a primeira Unidade de Conservação criada remonta ao ano 1996, quando foi declarada preservada a Serra do Periperi, numa área de 500ha (5km) – Decreto municipal 8.595/96, a qual foi ampliada para 1000ha (10km²) por meio do Decreto municipal nº. 9.326/98 e no ano 1999, por meio do Decreto Municipal nº 9.480/99 restou protegida além da Serra, o seu entorno, na porção mais ao norte do município abrangendo cerca de 1300ha, categorizada como Área de Preservação Ambiental (APA). O principal argumento para sua proteção à época foram a topografia e elevação e a constante ameaça de degradação por parte de mineradores, os quais instalaram lavras de mineração para retirada, principalmente, de areia, saibro, cascalho e pedra. (VITÓRIA DA CONQUISTA, 1996; 1998; 1999)

Embora a denominação do Parque presente na legislação que o criou esteja grafada como Serra do Periperi e nos seus decretos de ampliação a grafia surja como sendo Peri-peri, outras publicações apresentam o nome Piripiri. Silva, Leal & Corrêa (2018), esclarecem a presença na literatura de diferentes nomes para a mesma localidade:

A Serra do Piripiri recebe este nome devido a expressão indígena piri, topônimo que significa junco, taquara ou brejo e a ao pronunciar piripiri estaria formando o substantivo composto da palavra, ou seja, um conjunto de juncos. Apesar da Unidade de Conservação ser registrada como “Periperi”, o substantivo correto segundo os pesquisadores Ruy Medeiros e Marcelo Flores é com “i”. A prefeitura entrou com o pedido de mudança na escrita, pois o termo remete as raízes da região sudoeste e do município e acaba diferenciando do Periperi, famoso bairro da capital da Bahia, Salvador. (SILVA; LEAL; CORRÊA, 2018. p. 3)

No ano 2007, a área protegida na citada Serra foi recategorizada, desta vez como Unidade de Conservação Municipal a partir da Lei Municipal nº 1.410/2007 e denominada Parque Municipal da Serra do Piripiri (PMSP), com o objetivo expresso de proteção à vegetação nativa, fauna, nascentes e a topografia, bem como de recuperação de áreas degradadas e controle de processos erosivos e, ainda, ordenamento do uso e ocupação do solo, seus limites compostos por bairros da Sede municipal nas vertentes sul, leste e oeste, bem como, zona rural e distrito industrial na vertente norte, estão ilustrados na figura 4 abaixo. Importa dizer que o traço em vermelho corresponde à poligonal do Parque e os traços em cinza revelam o Anel Rodoviário, a Estrada da Batalha e a BR-116: (VITÓRIA DA CONQUISTA, 2019, p. 13).

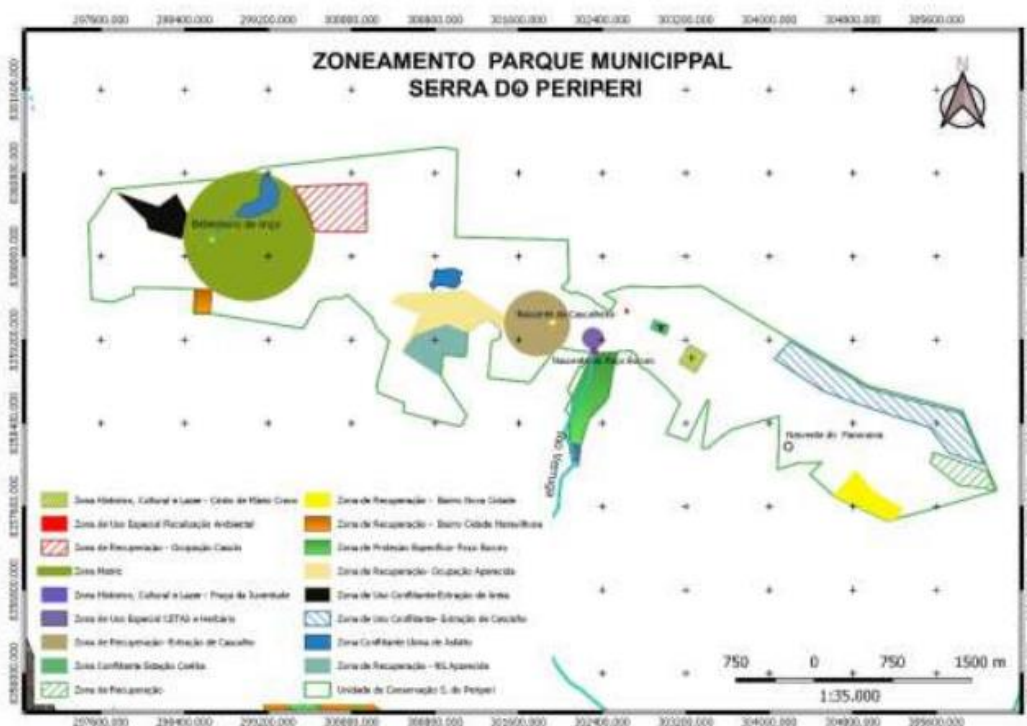
Figura 4 – Limites do Parque Municipal da Serra do Piripiri



Fonte: Vitória da Conquista, 2019. p. 14 (Reprodução)

Tendo em vista a regulamentação contida na Lei nº. 9.985/2000, art. 2º, XVIII, a delimitação da Zona de Amortecimento corresponde ao entorno da Unidade de Conservação e visa normatizar as atividades humanas ali realizadas. Considerando o Parque Municipal da Serra do Piripiri, de acordo com o Plano de Manejo, os bairros situados no entorno são: Zabelê, Primavera, Guarani, Cruzeiro e Nossa Senhora Aparecida. Assim, a zona de amortecimento estabelecida corresponde à faixa contígua a estes bairros, iniciando na delimitação da poligonal e avançando para o interior deste, conforme figura 5. (VITÓRIA DA CONQUISTA, 2019, p. 20-21)

Figura 5 - Zoneamento do PMSP

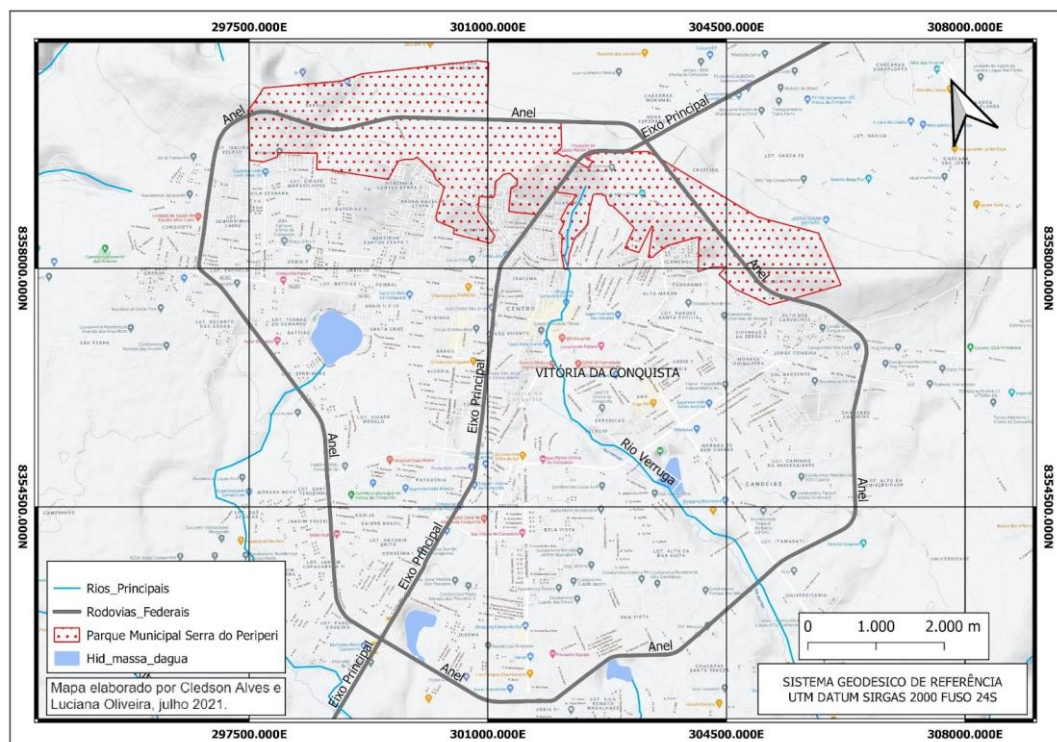


Fonte: Vitória da Conquista, 2019. Plano de manejo, pg. 78 (Reprodução)

Vale salientar que em bairros como o Primavera, parte da ocupação é decorrente de programas de habitação popular do município e no Zabelê, a ocupação inicial resulta das políticas habitacionais do governo do estado, pelo programa URBIS. Nos demais bairros se verifica a ocorrência de ocupações irregulares (FERRAZ, 2001). Para além dos bairros situados no trecho urbano do entorno do PMSP, há ainda o trecho intermediário – formado pelas ocupações marginais ao Anel Rodoviário Jádriel Matos – construído depois da

qualificação da Serra do Piripiri como Unidade de Conservação e que correspondem aos Assentamento Casulo, Bebedouro da Onça, Fazenda Olho D'Água e Povoado de Batalha (VITÓRIA DA CONQUISTA, 2019, p. 12). A localização do PMSP está retratada na figura 6, abaixo:

Figura 6 - Mapa de localização do Parque Municipal da Serra do Piripiri



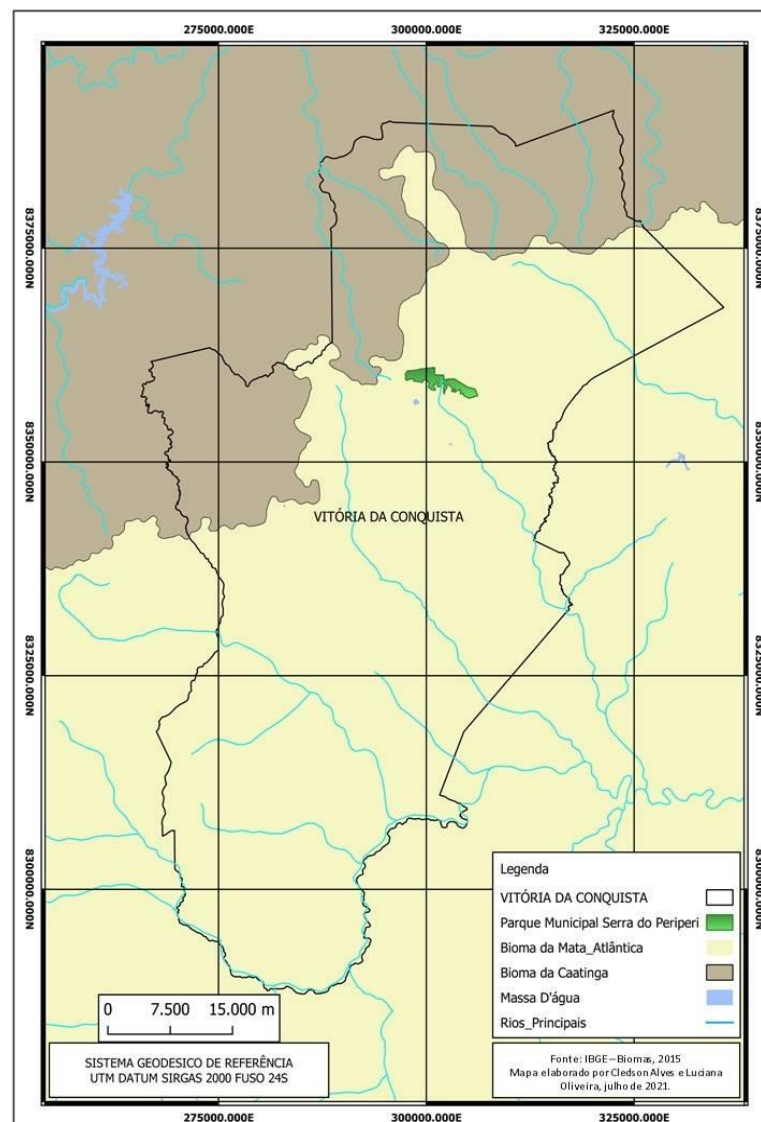
Fonte: SIRGAS, 2000. Elaboração: Alves e Oliveira, 2021.

É importante dizer que, o contorno em cinza presente na figura 12 acima, corresponde exatamente ao Anel Viário Jadel Matos, uma via com circulação permanente de caminhões e outros veículos a qual atravessa o Parque, fazendo comunicação com várias vias, o que amplia ainda mais a sua vulnerabilidade, não só pelo efeito de borda, mas pela facilidade de acesso para os mais diversos usos. Para além, se faz perceber as vias que liga o PMSP aos bairros do entorno.

De acordo com o Plano de Manejo do Parque Municipal da Serra do Piripiri (PMVC, 2019), tratando dos aspectos ambientais, faz-se necessário conhecer a situação da hidrografia/hidrologia, da Geologia/geomorfologia e pedologia, bem como a fauna e a flora. No que se refere à hidrografia/hidrologia destaca-se a presença de duas bacias hidrográficas a saber (Figura 7): 1) Bacia do médio rio Pardo e 2) Bacia do médio rio de Contas e, na

perspectiva de ser um divisor de águas natural, o Parque Municipal da Serra do Piripiri está situado em 3 sub-bacias: a) Sub-bacia do rio Catolé; b) Sub-bacia do rio Verruga; e c) Sub-bacia do rio Gavião. O principal rio que nasce no município é o rio Verruga, situando-se sua nascente primordial na Reserva do Poço Escuro a qual integra a poligonal do Parque. (VITÓRIA DA CONQUISTA, 2019.)

Figura 7 – Hidrografia



Fonte: Inema, 2019. Elaboração: Bispo e Oliveira, 2021.

Em se tratando da Geologia/geomorfologia e pedologia, observa-se que o município está situado sobre depósitos detríticos de cobertura terciário-quadernária, cenozóico, com fundamento do pré-cambriano do complexo Caraíba-Paramirim. Com formação geológica

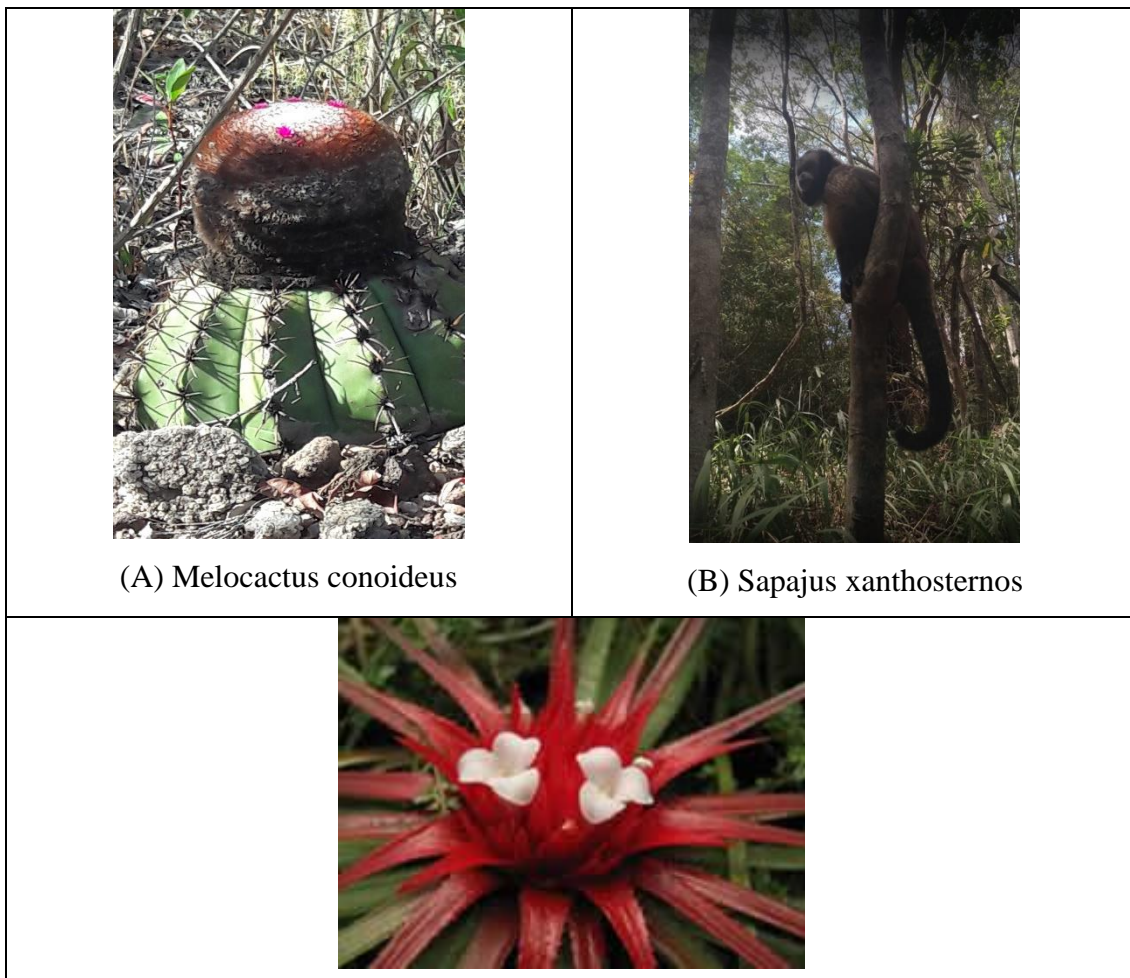
denominada “geraizinhos”, e predominância do latossolo vermelho-amarelo álico. (VITÓRIA DA CONQUISTA, 2019)

De acordo com Maia (2005) *apud* Vitória da Conquista (2019), a Serra do Piripiriri é

uma crista residual quartizítica situada ao norte da cidade. [...] caracterizada pela ocorrência de topografia tabular [...] superfície geomorfologicamente estável, constituída de amplos planos inclinados, rampeados em sentidos diversos e moldados por vales de fundo chato e extremamente alargados. (VITÓRIA DA CONQUISTA, 2019, p. 33)

O parque reúne espécies de fauna e flora que refletem a condição de área de transição do município, sendo berço de ao menos duas espécies de flora endêmica (*melocactus conoideus* Buining & Brederoo – Cabeça de frade e *orthophytum conquistense* – Bromélia conquistense) e abrigo de uma espécie da fauna vulnerável à extinção (*Sapajus xanthosternos* – macaco prego do peito amarelo), apresentadas na figura 8 abaixo, sem que tenha sido estabelecida uma espécie bandeira para o PMSP. (VITÓRIA DA CONQUISTA, 2019)

Figura 8 – Espécies endêmicas e vulneráveis à extinção encontradas no PMSP



(C) Bromélia conquistense

Fonte: (A) e (B) Acervo pessoal, 2020; (C) LOUZADA, 2012.

Para além das espécies citadas, o patrimônio florístico reúne, entre outros, exemplares das famílias Myrtaceae, Asteraceae, Fabaceae e Annonaceae. Merecem destaque as presenças de espécies vulneráveis à extinção: Sucupira (*Diptotropis ferruginea*), Pau Brasil (*Paubrasilia echinata*) e Jacarandá da Bahia (*Dalbergia nigra*). (VITÓRIA DA CONQUISTA, 2019)

Da fauna ali existente, além de muitas aves, destaca-se a presença de Macacos-pregado-peito-amarelo (*Sapajus xanthosternos*), fazendo do lugar importante *habitat* para a espécie que é classificada pelo ICMBio como Criticamente em Perigo (EN), devido ao exagerado declínio populacional. Tal espécie continua sob ameaças causadas principalmente pelo ser humano, quais sejam: perda, fragmentação e ou desconexão de habitat, ampliação dos assentamentos rurais para a agricultura e pecuária, além de incêndios e da caça. (ICMBio, 2018)

Para que a biodiversidade seja mantida, se faz necessário uma constante proteção da área onde está situada a Unidade de Conservação, sendo uma grande ameaça – que se soma às pressões antrópicas, o “efeito de borda”, que, no dizer de MIOLA (2020, n.p.), está assim conceituado:

[...] O efeito de borda é um conjunto de alterações físicas e bióticas que ocorrem nos ecossistemas devido à abertura de clareiras e ao desmatamento em seu entorno. Quando um pedaço de mata passa a estar cercada por áreas abertas ocorre um aumento da incidência de luz solar no entorno do fragmento. Essa maior luminosidade provoca também aumento da temperatura do solo e diminuição da umidade do ar. Além disso, devido à abertura das áreas no entorno, as árvores que estão na borda do fragmento ficam mais expostas ao vento, o que as torna mais vulneráveis à queda, uma vez que em seu hábitat original (o interior da mata) praticamente não venta. Com a queda das árvores mais externas, a borda vai adentrando a floresta e encolhendo cada vez mais o fragmento [...] (MIOLA, 2020.)

Pressão antrópica, efeitos de borda, entre outros, são também situações conflituosas. Porto e Sampaio (2019, n.p.), discorrem sobre situações conflituosas entre a cidade e o Parque, quando fala da Serra do Piripiri:

[...] as novas características da Serra do Periperi, são consequências do crescimento da cidade. Sendo visível o número elevado de estabelecimentos residenciais e comerciais em processo de construção no município e o deslocamento de areia e outros materiais extraídos e utilizados nestas obras.

Já são visíveis os impactos gerados a médio e longo prazo em nossa sociedade conquistense, que já sofre com os efeitos negativos dessa transformação. Após a criação do Parque Municipal da Serra do Periperi, a fiscalização dos órgãos ambientais se intensificou. Entretanto, ainda ocorrem muitas irregularidades em relação ao desrespeito ao meio ambiente, pois muitas empresas e pessoas físicas, apesar de serem autuadas pelos órgãos competentes, não procuram técnicos devidamente credenciados para regularizarem sua situação, gerando uma série de impactos negativos. Portanto, há necessidade de uma fiscalização mais eficaz e efetiva e que gere medidas punitivas e disciplinares para minimizar tais irregularidades. Faz-se necessário também um trabalho interdisciplinar bem elaborado de conscientização da população nos diversos espaços de convívio social. [...] (PORTO; SAMPAIO, 2019. n.p.)

Santos, Braghini e Vilar (2020, p. 9) dizem que “Os conflitos são motivados por uma rede complexa de causas de natureza social e técnica que vai da divergência de uso de uma dada região e ou território aos processos de exclusão social” e, ao tratar do papel do estado, afirmam que

[...] cabe ao Estado realizar o ordenamento territorial que representa uma possibilidade de redução das pressões antrópicas sobre o meio ambiente, permitindo a visualização das diferentes formas de uso do território e como estes podem ser otimizados para o desenvolvimento [...]. (SANTOS; BRAGHINI; VILAR, 2020, p. 86)

Pinheiro (2016, p. 83) apresenta a dicotomia entre a instituição legal e a incontestabilidade do reconhecimento de uma área como sendo ambientalmente importante ao ponto de ser garantida a sua proteção, tanto pela governança e institutos legais, como também, pela sociedade:

[...] a mera constituição legal de reservas não significa, efetivamente, uma devida proteção ambiental às áreas de mata remanescentes, o que pode ser aplicado ao caso desta pesquisa aqui desenvolvida. Por outro lado, sem a proteção e os recursos legais, certamente a situação estaria ainda mais difícil, e, neste sentido, a constituição legal de Unidades de Conservação apresenta-se como um caminho fundamental ao processo de proteção destas áreas remanescentes de florestas. Assim, percebe-se a importância da proteção legal de áreas de importância ambiental, como a Reserva do Poço Escuro, ainda que a mera criação legal da mesma não assegure, por si só, as condições adequadas para sua conservação. Torna-se necessário, portanto, estabelecer meios de ampliar a valorização da área pela comunidade próxima e pela sociedade como um todo [...]. (PINHEIRO, 2016, p. 83)

Para além da criação das reservas sem consulta prévia, ocorre também a extinção destas ao arrepio da lei, de igual maneira – sem ouvir as comunidades que se relacionam com o lugar, à exemplo da RESEX Municipal da Baía de Castelhanos, em Ilhabela. Naquele

município paulista, foi criada uma Reserva extrativista por meio do decreto municipal nº 8.351, em dezembro de 2020 e, usando a alegação da falta de consulta à sociedade, o prefeito municipal encaminhou projeto de lei para extinguir a reserva em agosto de 2022 e, no mesmo dia, houve a votação e aprovação da extinção por parte da Câmara de vereadores. (MENEGASSI, 2022).

O ocorrido aqui relatado exemplifica a gestão ambiental executada conforme o modelo “top-down” de gestão, discutido por Mesquita (2018), em que as decisões ocorrem “de cima para baixo” e coaduna com a modelo adotado para criação do Parque Municipal da Serra do Piripiri, em Vitória da Conquista, que será melhor apresentado oportunamente na seção 5, de Resultados e discussões.

Considerando os estudos e recomendações de Fontoura, Medeiros & Adams (2016), Porto e Sampaio (2019) e de Pinheiro (2016) já mencionados, tratando do quadro de pessoal, importa dizer que o último concurso para provimento de cargos realizado pela PMVC data do ano 2013, não havendo nova seleção para agentes de fiscalização publicadas. (LIMA, 2021) A ausência de fiscalização aumenta a vulnerabilidade da Unidade de conservação diante de situações de violência para além dos crimes ambientais, numa perspectiva mesmo de violência urbana.

Respaldados em suas percepções ambientais, os atores sociais (poder público, instituições privadas, gestores e sociedade civil) interagem no(s) ambiente(s) que lhes são objeto da convivência ou das relações. Oliveira, Souza, Andrade, Barros e Jesus (2017), reforçam a ideia de que “o convívio de grandes concentrações de pessoas com área de preservação não tem sido harmonioso” apresentando como exemplo ocupação acontecida naquele mesmo ano em trecho do Parque Municipal da Serra do Piripiri, situado na zona de amortecimento adjacente ao loteamento Nova Cidade, bairro Primavera:

[...] ato recente e muito repercutido em redes sociais, foi a ocupação de áreas verdes dentro do PMSP, local situado na área de acesso do Anel Viário ao Loteamento Nova Cidade, essa invasão foi realizada de forma irregular por pessoas de baixa renda que alegavam não ter residências, isso durou cerca de seis meses e foi o suficiente para desmatar toda a vegetação que havia naquela área, esses problemas sociais infelizmente acabam afetando diretamente as Áreas de Proteção 4 IX Simpósio Brasileiro de Engenharia Ambiental, XV Encontro Nacional de Estudantes de Engenharia Ambiental e III Fórum Latino Americano de Engenharia e Sustentabilidade Ambiental (APA), após o conhecimento das invasões pelos órgãos competentes, esses fizeram a retirada das famílias informando que seriam remanejadas para casas sociais [...] (OLIVEIRA, SOUZA, ANDRADE, BARROS e JESUS, 2017. p. 3-4)

Tal acontecimento, foi somente uma nova ocupação irregular, tal como aconteceu com as áreas denominadas “Cidade bonita” e “Maravilhosinha”, refletindo conflitos recorrentes (NÚCLEO DE ASSESSORIA JURÍDICA ALTERNATIVA - NAJA/ UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB, 2017). O poder executivo local, exercendo sua força policialesca, promoveu a retirada dos ocupantes e a derrubada dos barracos ali montados, causando repercussão do fato na sociedade conquistense. (G1 BA, 2017)

É importante esclarecer que não há “força policialesca” legitimada em ações do executivo municipal, pois o poder de polícia para repressão e enfrentamento ostensivo ao crime, cabe ao governo estadual por meio da polícia militar. O poder de polícia do executivo é, então, de ordem administrativa, exceto quando na estrutura do ente municipal existe uma corporação designada para fins de ostensividade frente ao crime. No município de Vitória da Conquista tal corporação foi instituída em 2019, sendo que o grupamento especializado em proteção ao meio ambiente foi formado em 2022. (PMVC, 2022)

As ocupações ocorridas no ano 2017 foram enfrentadas pelo executivo municipal por meio de ações judiciais de reintegração e manutenção de posse ao município, que resultaram em três decisões judiciais favoráveis ao município, expedidas pelo Dr. Ricardo Frederico Campos, juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública. Não foram localizados registros de que tenha havido reunião do COMMAM para tratar da questão, nem qualquer outro diálogo com representações da sociedade civil com vistas ao estabelecimento de soluções, registrados nos relatórios da SEMMA para o período. (VITÓRIA DA CONQUISTA, 2020)

Como caminho em busca da realização de soluções, tem-se a Educação Ambiental. A Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA, foi promulgada em 1999 sob o nº 9.795 e a Lei nº 12.056 de 07 de janeiro de 2011, instituiu a Política de Educação Ambiental do Estado da Bahia (PEEA-BA) e dá outras providências. Em seus capítulos são abordadas as disposições gerais, princípios, diretrizes e áreas temáticas da Educação Ambiental, articulando-a com a gestão das águas, saneamento ambiental, unidades de conservação, gestão municipal e licenciamento ambiental. (BRASIL, 1999; BAHIA, 2011)

Sendo as Unidades de Conservação espaços voltados à promoção da Educação Ambiental, importa saber algumas diretrizes desta ação. O Guia informativo “Educação Ambiental em Unidades de Conservação: ações voltadas para comunidades escolares no contexto da gestão pública da biodiversidade” ao tratar da gestão ambiental pública traz o entendimento de que “garantir espaços para participar da gestão ambiental pública é propiciar

condições de cidadania [...] auxilia na garantia de um direito e no cumprimento do dever de todo cidadão de defendê-lo e preservá-lo” (COEDU-ICMBIO; WWF BRASIL, 2016, p. 15).

Nesse sentido, o Guia evoca a “educação ambiental crítica e emancipatória” como necessária à mudança de atitude e promoção do engajamento e participação social, estimula e orienta para o investimento em “modelos simples e inovadores de educação” (COEDU-ICMBIO; WWF BRASIL, 2016, p. 11). O mesmo documento apresenta três macrotendências em Educação Ambiental, conforme Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 – Macrotendências em Educação Ambiental

Conservadora	Pragmática	Crítica
Correntes conservacionista, comportamentalista, alfabetização ecológica e a do autoconhecimento.	Educação para o desenvolvimento sustentável e consumo sustentável.	Correntes de EA popular, emancipatória, transformadora e no processo de gestão ambiental.
Distanciada da dinâmica social e política.	Compensação para corrigir a imperfeição do sistema produtivo.	Revisão crítica dos fundamentos que proporcionam a dominação do ser humano.
Apoia-se nos princípios da ecologia, na valorização da dimensão afetiva e na mudança dos comportamentos individuais.	Percebe um meio ambiente como uma mera coleção de recursos naturais em processo de esgotamento.	Busca enfrentamento político das desigualdades e da injustiça socioambiental.
Não questiona a estrutura social vigente em sua totalidade, mas apenas reformas de partes ou setores sociais.	Promoção de reformas setoriais na sociedade sem questionar seus fundamentos de base.	Oposição às tendências conservadoras e comportamentais.
	Desconsidera a distribuição desigual dos custos e benefícios da apropriação dos bens naturais.	Forte viés sociológico e político.

Fonte: COEDU-ICMBIO; WWF BRASIL, 2016, p. 27

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) foi criado em 2007, tendo como missão "formular e implementar políticas públicas ambientais visando proteger o meio ambiente e promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável" (ICMBIO, sd). É ele o órgão que, por força de lei, atua como gestor das Unidades de Conservação federais com a finalidade de, entre outras, “fomentar e executar programas de pesquisa proteção, preservação e conservação da biodiversidade e de educação ambiental” (BRASIL, 2007) e, conforme o Planejamento estratégico integrado do Ministério do Meio Ambiente e de suas entidades vinculadas para o período 2020-2023, deverá focalizar suas ações na gestão das Unidades de Conservação federais sob a perspectiva da

promoção do desenvolvimento socioambiental das comunidades tradicionais nas UCs de uso sustentável, da pesquisa e gestão do conhecimento, da educação ambiental e do fomento ao manejo ecológico. (BRASIL, 2020)

Nesse sentido, uma série de cursos cujas linhas temáticas abrangem: 1) Gestão ambiental; 2) Gestão participativa e 3) Gestão de conflitos, foram sendo disponibilizados prioritariamente aos servidores do ICMBio, visando seu aperfeiçoamento, a partir de uma identidade político-pedagógica baseada na EA crítica e emancipatória e identidade operacional na prática da gestão ambiental pública, dando ênfase no papel do “gestor educador” e estimulando a interação dos espaços formais de educação com a ambiência das Unidades de Conservação. (ICMBIO, 2021)

O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, elaborado durante a Rio 92, no fórum paralelo das ONGs, fala da construção coletiva, da participação de atores sociais qualificados para a envolvimento efetivo numa perspectiva da emancipação e da educação ambiental crítica e o Programa Nacional de Formação de Educadoras(es) Ambientais – PROFEA, do Ministério do Meio Ambiente, na mesma direção, apresenta diretrizes e conceitos necessários àqueles que atuam ou pretendem atuar no campo da Educação Ambiental, e ainda, àqueles que direta ou indiretamente fazem parte de espaços decisórios nos quais as políticas públicas relacionadas à educação socioambiental sejam discutidas, planejadas, implantadas, executadas, monitoradas e ou implementadas. (BRASIL, 2006)

Barcelos (2012, 46), aponta fatores dificultadores para a promoção da educação ambiental no Brasil, denominando-os de “mentiras”, merece destaque para este estudo o quarto fator: “educação ambiental é conscientização das pessoas”, de onde se depreende que não está apenas no campo da razão a construção de soluções para as questões ambientais, vez que estas são fruto de relações interpessoais e entre as pessoas e os ambientes/recursos/serviços naturais, o que implica em algo para além da intelectualidade e perpassa pela formação do ser integral. (MATURANA, 2001)

A formação do sujeito para o exercício da cidadania, em diferentes espaços e segmentos sociais, numa busca constante pela ampliação do pertencimento e da atuação social individual e coletiva é fator preponderante ao cumprimento efetivo de um dos objetivos comuns às UCs, qual seja o da promoção da Educação Ambiental. As UCs são espaços formadores, apresentam meios de superação de paradigmas como espaços subjetivadores e, a realização de ações de educação ambiental nestes lugares, constroem novas moralidades, se tais ações forem criticamente formuladas ao possibilitar o despertar pela sensibilização e

ou a consolidação de valores norteadores em tomadas de decisões, individuais ou coletivas, sob premissas ecológicas. (CARVALHO, 2016; BRASIL, 2000)

Um documento norteador necessário à Educação ambiental numa Unidade de Conservação é o Projeto Político Pedagógico de Educação Ambiental – PPP-EA, vez que a mesma se constitui um espaço educador por excelência (COEDU-ICMBIO; WWF BRASIL, 2016). Importante lembrar que o PPP-EA, aplicado à UC deve contemplar os fundamentos da educação popular (FREIRE, 2020), da formação do sujeito ecológico (CARVALHO, 2016) e a perspectiva da pedagogia da práxis (GADOTTI, 1995).

Para seguir a perspectiva da pedagogia da práxis precitada, ações de educação ambiental formal e não formal podem ser realizadas tanto no entorno, como no interior de Unidades de Conservação e irão repercutir na percepção ambiental dos envolvidos. Silva, Souza e Sá-Neto (2022) estudaram a percepção ambiental de visitantes do PMSP, de onde apontaram pontos positivos e fizeram algumas sugestões:

[...] Como pontos positivos, os atrativos ao lazer mais comentados pelos visitantes são: o clima favorável, a presença da obra de arte Cristo Crucificado de Mário Cravo no alto da serra, a vegetação, sobretudo a presença de grandes árvores, o cacto endêmico melocactus conoideus, e a fauna da reserva, com os macacos-prego (*Sapajus sp*). Como pontos negativos, os visitantes relatam a falta de segurança local, infraestrutura para melhorar a mobilidade e poluição do Rio Verruga. Como sugestão de investimentos para melhorar a atividade, os visitantes sugerem a instalação de espaços para observação de animais em mini zoológicos como borboletários e serpentários, bem como a ampliação de espaços verdes com a implementação de herbários, jardins sensoriais, trilhas interpretativas, arborismo, orquidários, cactários, estufas que podem ser fontes de pesquisa, lazer, turismo e projetos de EA [...] (SILVA; SOUZA; SÁ-NETO, 2022)

Já Oliveira (2022), investigando a atuação dos docentes de escolas públicas do entorno da Reserva do Poço Escuro – que integra o PMSP, em atividade de educação ambiental ao tratar da percepção ambiental informa:

[...] o diagnóstico apresentado pela percepção ambiental evidenciou alto grau de topofilia para com a cidade de Vitória da Conquista, mas alto grau de topofobia para com a reserva do Poço Escuro, o que se traduz em baixo índice de participação e interação da comunidade com aquela importante área natural. [...] num primeiro momento, constatar as dificuldades enfrentadas pela Reserva enquanto áreas de preservação, uma vez que ela está sujeita ao pouco controle e acesso e conseqüentemente de retirada de recursos; das questões de segurança que ameaçam e impedem uma visitação segura; de ser percebida como um não lugar [...] num segundo momento, percebe-se a falta de políticas públicas voltadas para a educação ambiental no município, sejam elas elaboradas pelo órgão gestor, a Secretaria de Meio

Ambiente ou pela Secretaria de Educação, vez que ambas não apresentam programas e ou/projetos específicos de Educação ambiental que envolva a reserva como ferramenta dessa educação.[...] (OLIVEIRA, 2022. p. 1/13).

Frizzo e Carvalho (2018), expõem elementos facilitadores e dificultadores da aproximação entre a comunidade escolar e as unidades de conservação, destacando como facilitadores os investimentos de funcionários das UCs e o engajamento de professores das escolas, na contramão, os dificultadores eram a insuficiência de funcionários e recursos financeiros nas UCs, violência no local, limitações curriculares das escolas, regras de acesso/uso das UCs e conflitos relacionados à sua implantação.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

Analisar as aproximações e distanciamentos entre a proposta de gestão ambiental do Parque Municipal da Serra do Piripiri e o executado (políticas públicas implementadas), sob a ótica de diferentes sujeitos sociais – do poder público à sociedade civil.

3.2 Objetivos específicos

- I. Compreender o modelo de gestão ambiental proposto pela Prefeitura de Vitória da Conquista para a UC Parque Municipal da Serra do Piripiri;
- II. Verificar a relação entre ações propostas e as ações implementadas pelas políticas públicas para a gestão ambiental da UC Parque Municipal da Serra do Piripiri – 2019 a 2021;
- III. Analisar a percepção do gestor e dos usuários do Parque do Piripiri a respeito dos objetivos propostos na criação da Unidade de Conservação e as ações implementadas;
- IV. Compreender a relação entre a cidade e o Parque Municipal da Serra do Piripiri;
- V. Identificar as aproximações, distanciamentos, contradições e desafios da gestão ambiental na implementação de políticas públicas no Parque da Serra do Piripiri.

4 METODOLOGIA

A pesquisa fundante deste documento é classificada quanto à natureza, como sendo uma pesquisa aplicada, conforme Gil (2002), em razão de seus resultados poderem ser aplicados ao melhoramento da política ambiental municipal, especialmente no que tange às estratégias e à operacionalização da gestão do Parque Municipal da Serra do Piripiri, unidade de conservação criada na cidade de Vitória da Conquista, estado da Bahia, bem como nos processos que lhes são correlatos. Quanto ao local da pesquisa, sendo um estudo de caso apoiado por um estudo bibliográfico tem como *locus* o município de Vitória da Conquista, onde está situado o Parque Municipal da Serra do Piripiri, do qual a gestão é o objeto deste estudo. (GIL, 2002)

No que tange aos objetivos da pesquisa, trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva (MARCONI; LAKATOS, 2003), visto ser a sua razão de existir o diagnóstico da relação entre a UC e a cidade, os aspectos da gestão, a caracterização, o dimensionamento e a identificação de dados que, analisados, servirão de base fundante de proposições aplicáveis em busca de contribuir positivamente diante do fenômeno estudado.

Os procedimentos de coleta envolveram, além das pesquisas bibliográfica e documental, com o intuito de obter uma compreensão mais aprofundada da gestão em unidades de conservação e dos conflitos de interesses entre as necessidades da natureza e as demandas de produção do espaço urbano, quando a unidade de conservação está situada numa área urbanizada, o uso da técnica de observação participante. Para Bruyin (1966, p. 13-20) *apud* Haguette (2010, p. 70), “[...] o observador participante é uma parte normal da cultura e da vida das pessoas sob observação [...]”, sendo tal conceito aplicável ao caso em tela, haja vista ser a pesquisadora servidora pública municipal, lotada na Secretaria Municipal do Meio Ambiente e frequentadora do Parque Municipal da Serra do Piripiri.

Vale registrar a escolha da técnica de observação participante como ferramenta adequada à observação dos fatos e atos relacionados às visitas realizadas na UC objeto de estudo oportunamente, na busca de dados precisos, e isso implicou na realização de pesquisa de campo mediante o acompanhamento de 4 grupos especiais de visitantes, classificados em categorias: Estudantes, Pesquisadores, Religiosos e Turistas (visitas de lazer).

A abordagem foi qualitativa, também na análise dos achados sobre a bibliografia, possibilitando a identificação e a qualificação de variáveis e aspectos inerentes ao relacionamento existente entre o Parque Municipal da Serra do Piripiri e a cidade de Vitória

da Conquista, numa perspectiva de interpretação e análise das pressões impostas e ou sofridas por ambos, bem como das demandas de cada envolvido, naquilo que existe (situação real descrita nas respostas dadas aos questionários), no que foi planejado (documentos para a gestão da UC) e naquilo que é necessário existir (recomendações de soluções e de melhores usos e práticas) nesta relação.

Diante disso, o estudo bibliográfico foi realizado mediante a busca de documentos científicos em bases eletrônicas de dados e em sistemas de busca, com uso dos termos “Gestão ambiental”, “Unidades de conservação”, “Conflitos ambientais”, “Serra do Piripiri”, “Serra do Periperi” e “Vitória da Conquista”, nas línguas portuguesa, inglesa e espanhola. Para fins de busca, foram utilizadas as bases eletrônicas de dados Scientific Electronic Library Online (SCIELO), o portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Taylor & Francis Group, Elsevier. Além destas fontes eletrônicas, foram incorporados documentos e publicações emitidas pela Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, por meio da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e outros órgãos públicos, disponibilizados em meio físico e ou eletrônico.

Os critérios de inclusão dos materiais encontrados no estudo bibliográfico foram: 1) Estarem publicados em meio físico ou digital; 2) Temporalidade: Para livros – edição mais recente e para artigos e outros, serem publicados desde 2007 até 2022; para documentos públicos – publicações ocorridas e acessíveis a partir da criação do PMSP – 2007; 3) Apresentarem ao menos um, dentre os termos buscadores já indicados; 4) Vinculação aos objetivos do estudo proposto; e 5) Relevância na construção conceitual, metodológica ou interpretativa dos achados.

No que se refere aos dados obtidos no levantamento realizado com seres humanos, como critério de inclusão, foi idealizado que seriam considerados válidos os questionários aplicados à comunidade e que foram respondidos por pessoas que já visitaram o Parque, sendo que houve uma pergunta específica sobre a realização de tal visita por parte do respondente no questionário eletrônico em razão de poder haver algum reenvio ou compartilhamento alheio à vontade da pesquisadora. Ocorre que, tal providência permitiria a inclusão apenas dos questionários respondidos por quem efetivamente declarou que visitou o PMSP e isso deixaria de fora declarações importantes sobre os empecilhos à realização da visita, o que foi considerado significativo ao longo do estudo. Assim, tal critério foi revisto e foram analisados questionários respondidos por quem declarou não ter visitado o Parque, especificamente às respostas e observações relacionadas aos motivos da não visita.

Os critérios de exclusão relacionados ao levantamento junto à comunidade foram: 1) Recusa em assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido; 2) Respostas relacionadas a outras localidades que não seja o objeto de estudo; 3) Informações aleatórias, não relacionadas com os objetivos da pesquisa. O questionário dirigido às pessoas (Anexo B) foi elaborado utilizando a ferramenta *Google Forms* e testado junto a um pequeno grupo de respondentes para fins de adequação e melhoria.

Os respondentes classificados como usuários, visitantes e pesquisadores, foram escolhidos aleatoriamente junto ao cadastro existente na Secretaria Municipal do Meio Ambiente, que apresentava 40 nomes cadastrados nos anos 2019 e 2020, em razão de serem estes os mais recentes, diante da suspensão das visitas a partir de março/2020, como medida de segurança no enfrentamento ao Covid 19. Considerando a abordagem a 50% deste universo, o quantitativo de participantes foi estimada em 20 pessoas, no entanto depois de distribuídos os questionários, o alcance destes totalizou 52 respondentes. Tal alcance pode ter se dado pelo fato de não ter havido qualquer advertência quanto ao compartilhamento do link disponibilizado inicialmente pela pesquisadora.

O questionário dirigido ao órgão gestor do Parque Municipal da Serra do Piripiri – a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, foi uma versão adaptada do questionário RAPPAM (ERVIN, 2003; WWF-BRASIL, 2015) e foi respondido pela Coordenadora Geral do órgão. Importante dizer que tal questionário, já validado, foi utilizado como Método para Avaliação Rápida e a Priorização da Gestão de Unidades de Conservação especialmente para aplicação em unidades de conservação no Brasil, por meio de parceria entre o WWF e ICMBio (ICMBIO, 2015). Do questionário (Anexo A) em comento, foram incluídas todas as respostas prestadas pela servidora que ocupava a função gestora (Coordenadora Geral do Meio Ambiente) e desempenhava um papel cujas atividades estavam relacionadas a gestão do parque.

Em razão da aplicação de questionário eletrônico dirigido às pessoas, o projeto em tela foi submetido à Plataforma Brasil – base nacional que reúne os registros de pesquisas que envolvem seres humanos, visando a análise do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos e pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CEP/CONEP), tendo sido aprovada sua execução, sob o número de registro CAAE 43285120.1.0000.8467 (Apêndice A).

Importante salientar que a aplicação dos questionários, foi precedida da disponibilização do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo D) aos respondentes, bem como de Termo de Assentimento (Anexo E), dirigido aos respondentes que

declararam possuir menos de 18 anos. Em ambos os casos, o registro de leitura e concordância foi efetivado por meio de marcação em célula correspondente no formulário eletrônico disponibilizado.

As observações em campo foram realizadas no município de Vitória da Conquista - BA por meio de acompanhamento durante visitas agendadas na Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Como instrumentos de coleta de dados, foram utilizados dois questionários (Anexos A e B) e uma ficha de observação de campo (Anexo C).

Convém dizer que, depois de coletados e analisados os dados, uma vez concluída a pesquisa, estes foram descaracterizados e descartados. Por se tratar de movimentação eletrônica de informações, considerando os fluxos em meio digital, ainda que sejam utilizados instrumentos e ferramentas de proteção antivírus e demais barreiras de segurança recomendadas para proteção contra invasão eletrônica, não será possível prestar a garantia de totalidade da restrição de acesso aos mesmos.

A partir das informações obtidas foram confeccionados listas, quadros e tabelas, com o uso de ferramentas eletrônicas, viabilizando o tratamento e análise dos achados, cuja análise foi realizada, prioritariamente, com fundamento nos objetivos e concepções do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pela lei federal 9.985 de 18 de julho de 2000, suas regulamentações e alterações, sendo que para análise das respostas dadas ao questionário RAPPAM foram consideradas as orientações para o questionário expedidas pelo WWF e ICMBio em 2015.

Visando maior compreensão e melhor tratamento às informações prestadas em resposta à questão 1 (Perfil) do questionário RAPPAM - itens J, K e L (ANEXO A), foi aplicada a técnica de análise de conteúdo, conforme Bardin (1977). Tal análise, realizada em três etapas, quais sejam a pré-análise, a exploração dos achados e o tratamento dos resultados, por meio da inferência e da interpretação, se fez necessária para ratificar as informações prestadas ao longo das questões 6, 13 e 16, relacionadas à efetividade da gestão. Esta análise de conteúdo foi uma inovação desta pesquisa em relação à metodologia aplicada para avaliação das respostas do questionário RAPPAM que fundamentou outras pesquisas. A inovação aqui mencionada foi devidamente comunicada às instituições – WWF e ICMBio.

Os dados obtidos quando da aplicação do questionário eletrônico às pessoas usuárias/visitantes/pesquisadores(as) foram analisados conforme agrupamento em duas categorias: Perfil dos respondentes e Relações sociais com o PMSP. As questões que caracterizam o perfil dos respondentes foram tratadas quantitativamente e aquelas que tratam das relações sociais, foram analisadas qualitativamente. Para melhor compreensão e

apresentação dos resultados, as questões 4.a), 5, 6, 7 e 8 do formulário eletrônico foram abordadas utilizando a técnica da análise do discurso do sujeito coletivo, que consistiu na transcrição dos depoimentos, que, depois de destacadas as expressões chave, foram agrupados conforme a ideia central, num único parágrafo e assim resultou no discurso coletivo. Para facilitar a análise, foram construídos quadros correspondente às perguntas/respostas, considerando a ideia central apresentada e reunindo-as por similaridade de argumentos (ancoragem). (LEFÈBVRE; LEFÈBVRE, 2005)

Depois da análise geral das informações obtidas, os resultados foram agrupados numa matriz SWOT, elaborada pela pesquisadora, para possibilitar a interpretação dos achados e a elaboração de proposições considerando uma nova dinâmica, uma nova maneira de promover a relação entre a sociedade e a UC, por meio de seus usos múltiplos, sem perder de vista suas características legais. A matriz SWOT é ferramenta amplamente utilizada na análise de modelos em gestão estratégica, desenvolvido pela escola de pensamento estratégico e na qual são agrupadas as forças, as fraquezas, as ameaças e as oportunidades encontradas numa dada situação, fenômeno ou empreendimento, objeto de estudo. (AHLSTRAND, LAMPEL & MINTZBERG, 2000).

Considerando que a pesquisa em comento não demandou formulação de hipóteses, por se tratar de uma pesquisa de caracterização (VOLPATO, 2013), a ênfase se deu sobre o como as variáveis objeto de estudo se inter-relacionam e as implicações destas relações sobre o todo analisado, qual seja, a gestão aplicada às unidades de conservação.

Em síntese, considerando os objetivos propostos, os métodos e instrumentos de pesquisa foram assim delineados:

Quadro 2 – Resumo metodológico aplicado à pesquisa em comento

Objetivos	Métodos	Instrumentos de pesquisa	Abordagens de análise	Temporalidade
(Geral) Analisar as aproximações e distanciamentos entre a proposta de gestão ambiental do Parque Municipal da Serra do Piripiri e o	Estudo de caso a partir da reunião dos achados relativos aos objetivos específicos	Questionário RAPPAM, Formulário eletrônico, fichas de observação, acesso a	Análise qualitativa e quantitativa	Após a criação do PMSP – 2007 até 2022, conforme cada objetivo específico elencado.

<p>executado (políticas públicas implementadas), sob a ótica de diferentes sujeitos sociais – do poder público à sociedade civil.</p>	<p>mediante aplicação dos processos metodológicos definidos para cada um deles.</p>	<p>documentos públicos, publicações científicas vinculadas ao tema, por meio das palavras-chave e notícias relacionadas ao Parque Municipal da Serra do Piripiri e ou às Unidades de Conservação.</p>		
<p>I. Compreender o modelo de gestão ambiental proposto pela Prefeitura de Vitória da Conquista para a UC Parque Municipal da Serra do Piripiri;</p>	<p>Estudo de caso</p>	<p>Questionário RAPPAM</p>	<p>Análise qualitativa</p>	<p>Após a publicação do Plano de Manejo (Ano 2019)</p>
	<p>Revisão bibliográfica</p>	<p>Publicações relacionadas ao tema, em meio físico e ou digital</p>	<p>Análise qualitativa</p>	<p>Para livros – edição mais recente; para artigos e outros, serem publicados desde 2007 até 2022</p>
	<p>Análise documental</p>	<p>Documentos físicos e digitais</p>	<p>Análise quantitativa e qualitativa</p>	<p>Publicações emitidas pela PMVC, e outros órgãos públicos, acessíveis a partir da criação do PMSP – 2007 até</p>

				2022.
II. Verificar a relação entre ações propostas e as ações implementadas pelas políticas públicas para a gestão ambiental da UC Parque Municipal da Serra do Piripiri – 2019 a 2021;	Análise documental	Documentos públicos: Planos plurianuais e Orçamentos anuais	Análise quantitativa	Conforme disponibilidade do sistema de controle e gerenciamento financeiro, com publicações posteriores à criação do Parque (2007 a 2021).
	Observação participante	Fichas de observação em campo Matriz SWOT	Análise quantitativa e qualitativa	Conforme atividades agendadas e realizadas após a publicação do Plano de Manejo (2019 a 2021)
III. Analisar a percepção do gestor e dos usuários do Parque do Piripiri a respeito dos objetivos propostos na criação da Unidade de Conservação e as ações implementadas;	Metodologia RAPPAM e Análise de conteúdo	Questionário ao órgão gestor	Análise qualitativa e quantitativa	Após a publicação do Plano de Manejo (2019 a 2021)
	Estudo de caso e Análise do Discurso do Sujeito Coletivo	Questionário eletrônico aos usuários, visitantes e pesquisadores do PMSP	Análise quantitativa e qualitativa	Conforme cadastro dos anos 2019 e 2020; aplicado o questionário em 2021.

		Matriz SWOT		
IV. Compreender a relação entre a cidade e o Parque Municipal da Serra do Piripiri;	Estudo de caso	Publicações físicas e eletrônicas	Análise qualitativa	Publicações mais recentes – a partir de 2015
	Estudo bibliográfico	Publicações científicas em meio físico e ou eletrônico	Análise qualitativa	Para livros – edição mais recente; para artigos e outros, serem publicados desde 2015 até 2022
	Análise documental	Documentos públicos (PPA, LDO, LOA e Relatórios anuais de gestão)	Análise quantitativa e qualitativa	Após a criação do Parque, conforme disponibilidade do Sistema de gerenciamento financeiro – 2007 a 2021
V. Identificar as aproximações, distanciamentos, contradições e desafios da gestão ambiental na implementação de políticas públicas no Parque da Serra do Piripiri.	Análise documental	Plano de Manejo	Análise qualitativa e quantitativa	2019
		Documentos públicos de planejamento do município de Vitória da Conquista (PPA, LDO, LOA)	Análise quantitativa e qualitativa	Após a criação do Parque, conforme disponibilização de arquivos – 2010 a 2021
		Legislação	Análise	Em vigor,

		municipal, federal e estadual correlata	qualitativa	aplicáveis às Unidades de Conservação e à gestão ambiental
		Documentos públicos (Relatórios anuais de gestão)	Análise qualitativa	Após a publicação do Plano de Manejo – 2019 a 2021

Nota: A temporalidade variou conforme as possibilidades de acesso às informações, considerando o como marcos: 1) A criação do Parque – 2007; 2) A publicação do Plano de Manejo do Parque Municipal da Serra do Piripiri – 2019 e o encerramento do ultimo exercício financeiro - 2021.

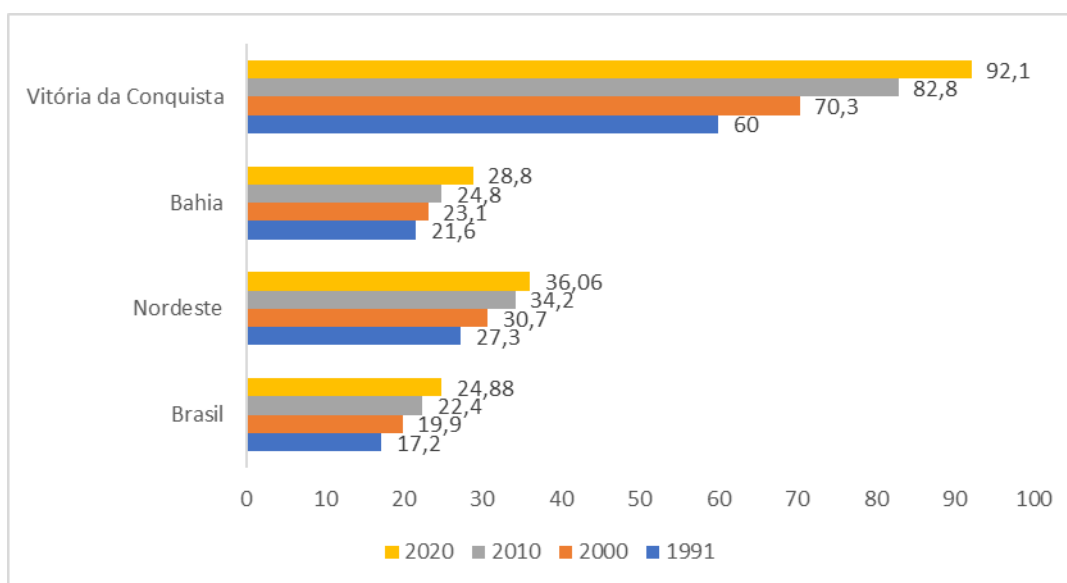
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 CONHECENDO A CIDADE DE VITÓRIA DA CONQUISTA E O PARQUE MUNICIPAL DA SERRA DO PIRIPIRI

A cidade de Vitória da Conquista é classificada como capital regional B (IBGE, 2018) e, desde a sua fundação, desempenha um papel de centralidade. A população do município foi estimada para o ano 2021 em 343.643 pessoas, mantendo uma curva de crescimento constante, com alta densidade demográfica (Gráfico 2) – 91,41 hab/km² – e onde o salário médio do pessoal ocupado estava em torno de 2 salários mínimos no ano de 2019, sendo que 39,7% possuíam como renda até ½ salário mínimo. O PIB *per capita* em 2019 foi de R\$ 20.761,05 (vinte mil, setecentos e sessenta e um reais e cinco centavos). O IDH-M saltou de 0,40 em 1991, para cerca de 0,70, no ano 2020. A economia está baseada, principalmente, no setor terciário com ênfase para o comércio, bem como os serviços de saúde e educação. (IBGE, 2022)

Tais dados asseveram o crescimento da população conquistense, implicando no aumento das demandas das pessoas que nela vivem, convivem e se relacionam, sobretudo no que se refere aos recursos e serviços disponibilizados pela natureza. Para além do crescimento populacional, houve o aumento na densidade demográfica, conforme se observa no Gráfico 2, a seguir:

Gráfico 2 – Evolução da densidade demográfica no município (1991-2020)

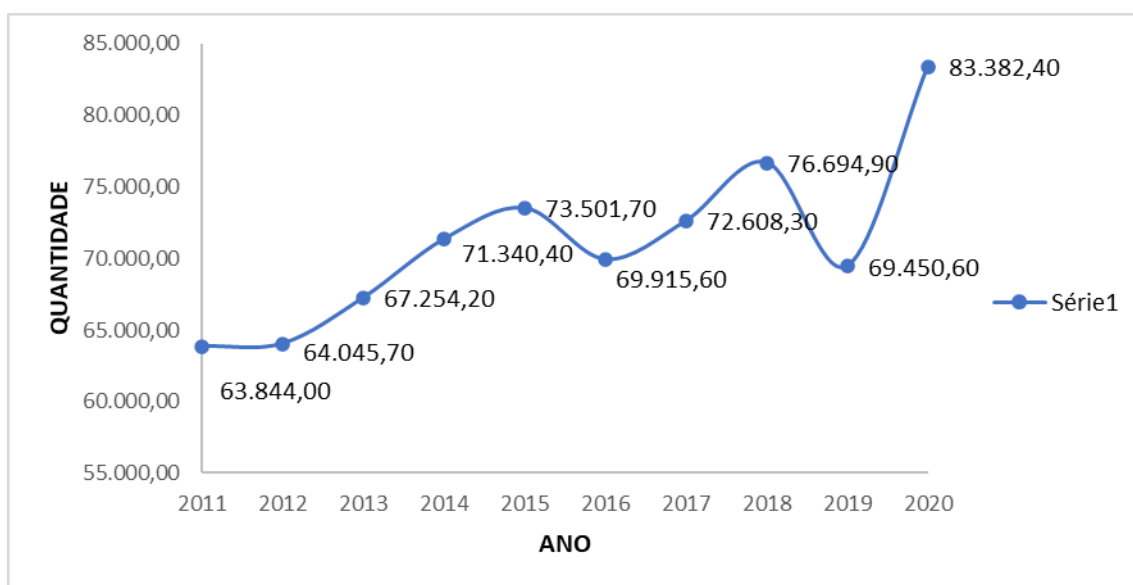


Fonte: IBGE, 2022. Organizado pela autora, 2021.

Conhecer a evolução da população municipal e no número de domicílios auxilia na compreensão da demanda por serviços e recursos ambientais, que seguem ao compasso da demanda por moradia e, os quais implicam em pressão sobre o meio ambiente, tanto como fonte que atenda às necessidades humanas, como resultado das relações das pessoas com a natureza e, por conseguinte, na percepção de impactos ambientais. Em Vitória da Conquista, o número de domicílios que era 47.492 em 1990, passou a ser 63.557 em 10 anos e, no ano 2010 totalizou 86.426 unidades. (IBGE, 2010).

Para além das necessidades de moradia e, no mesmo compasso destas, surge a demanda por serviços públicos, dentre estes, para o gerenciamento dos resíduos sólidos. Nesse sentido, visando complementar a visão da pressão humana sobre o meio ambiente e, para além do uso e ocupação do solo, apresenta-se no gráfico 3 a seguir, a evolução da coleta de resíduos sólidos na última década:

Gráfico 3 – Evolução na coleta de resíduos sólidos na cidade de Vitória da Conquista considerando o volume recebido no Aterro Municipal – 2011 a 2020



Fonte: AMORIM, 2022. Elaborado pela autora, 2022.

É importante salientar que a gestão ambiental no ambiente urbano, para além dos aspectos relacionados à arborização urbana, ao paisagismo, qualidade do ar, qualidade e disponibilidade hídrica, entre outros, precisa se ater ao gerenciamento dos resíduos sólidos e efluentes que, em síntese, se convergem numa gama crescente de problemas e desafios

impondo-se à governança – poder público e atores sociais, soluções eficazes, amplas e duradouras.

As relações das pessoas com o ambiente na busca pelo atendimento às suas necessidades e à satisfação de múltiplas demandas podem ser mensuradas em parte, utilizando o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. A Evolução do IDH-M em Vitória da Conquista aponta um crescimento ocorrido no IDH-M, entre os anos 1991 e 2020, na ordem de, aproximadamente, 73%, atrás do Estado da Bahia – cerca de 92% e à frente do Brasil, cujo crescimento ficou próximo dos 55%. O IDH-M (Índice de desenvolvimento humano no Município) é um indicador muito utilizado para fins de compreensão da qualidade de vida das pessoas num dado município, tendo em vista a disponibilização de serviços de saúde, educação e geração de renda. (PNUD, sd; IBGE 2010; PMVC, 2020)

Outro índice, o de GINI complementa a análise para melhor entendimento do perfil conquistense. No município de Vitória da Conquista, o decréscimo da ordem de 8,33% ocorrido entre os anos 1991 e 2010, apontam uma redução da desigualdade econômica superior aos 7,43% alcançados pelo Estado da Bahia e aos 4,76% alcançados em nível federal e corrobora com a melhoria na qualidade de vida assinalada pelo IDH-M do mesmo período. O índice de Gini é uma ferramenta utilizada para identificar o distanciamento da renda entre os mais pobres e os mais ricos, auxilia na visualização da concentração de renda numa dada localidade, permitindo a elaboração e ou implementação de políticas públicas voltadas à melhoria das condições de renda da sociedade objeto do estudo. (IPEA, 2004; IBGE, 2010)

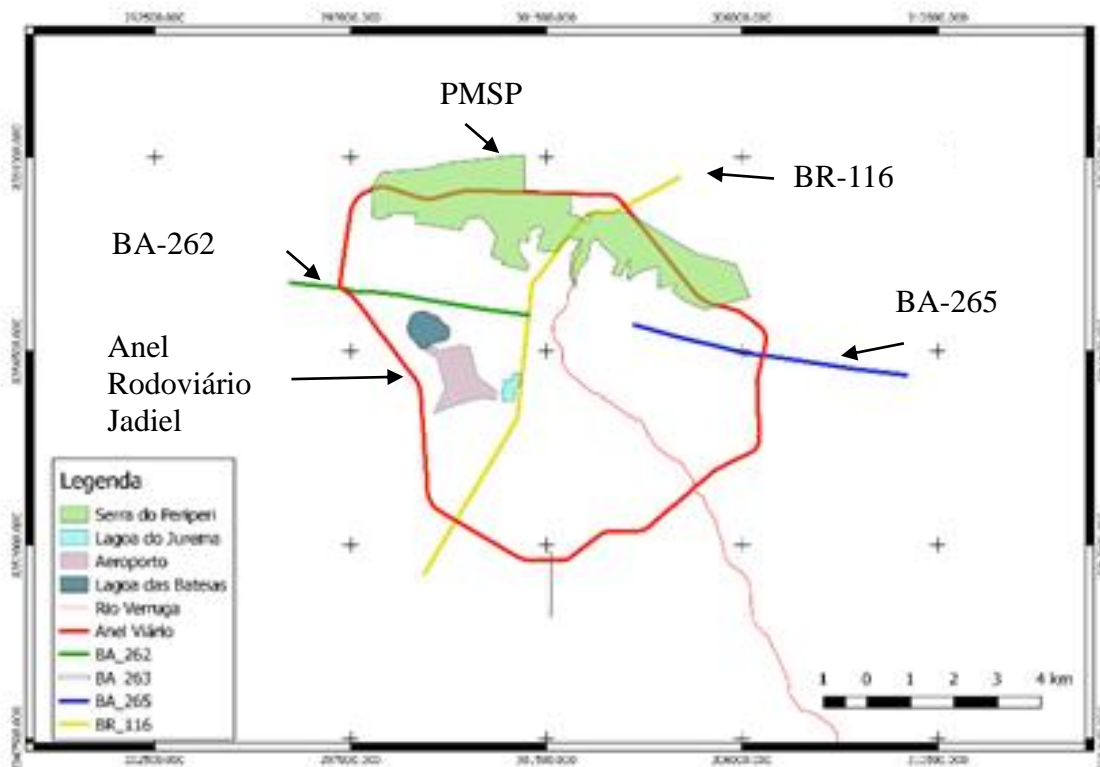
Enquanto o primeiro busca apresentar de modo sucinto o acesso aos bens e serviços como indicador de qualidade de vida, o segundo busca refletir o distanciamento entre os atores econômicos, evidenciando a maior ou menor justiça social. (PNUD, sd) Em ambos os casos, são analisadas as práticas cotidianas em vista das relações estabelecidas, necessárias e possíveis numa dada localidade.

Mais um importante mecanismo de caracterização da cidade para fins de compreensão da sua dinâmica e das relações das pessoas é o índice do Produto Interno Bruto, o qual apresenta a soma de todos os bens e serviços produzidos. A evolução do PIB municipal reflete o crescimento econômico da cidade. Em Vitória da Conquista, um crescimento vertiginoso ocorreu entre 1999 e 2019, quando o montante produzido em 2009 foi mais que o quádruplo da década anterior (1999). Na década seguinte, a performance econômica não foi mantida, embora o ano 2019 tenha apresentado pouco mais que o dobro do valor alcançado em 2009. O principal setor econômico a contribuir com o PIB do ano 2019 foi o setor terciário, cuja soma alcançou mais de R\$ 4,6 milhões de reais. (IBGE, 2020; BNB, 2020)

Aliar dados referentes ao IDH-M, ao índice de Gini e ao PIB, permite compreender a dinâmica econômica do município. Vitória da Conquista é polo econômico regional e sua influência como articuladora e provedora de bens e prestadora de serviços alcança cerca de 2,5 milhões de pessoas, distribuídas em mais de 70 cidades (IBGE, 2018). As variáveis representadas pelos índices descritos reverberam no como a população de uma cidade se relaciona e, portanto, auxilia na compreensão da dinâmica da cidade onde ocorrem as relações entre as pessoas e a natureza, comumente denominada de Meio Ambiente.

A circulação destas pessoas que formam uma população fixa e outra flutuante, demandam serviços e pressionam o meio ambiente no município, ocorre pelas importantes rodovias que o entrecortam, sejam elas: quatro rodovias estaduais (BA-262, BA-263, BA-265 e BA-415) e uma rodovia federal (BR-116). (SEDUR-BA, 2014). Para além destas rodovias, merece destaque a construção de um Anel rodoviário circundando a Sede municipal e entrecortando o PMSP, ilustrado na fig. 9, abaixo. A instalação destas rodovias, além de contribuir para fazer da cidade um polo regional, implicou em alterações ambientais cujos impactos poderão reverberar por décadas ou jamais serão revertidos. Assim, importa conhecer a malha viária que abrange a cidade ilustrada na figura 9 abaixo:

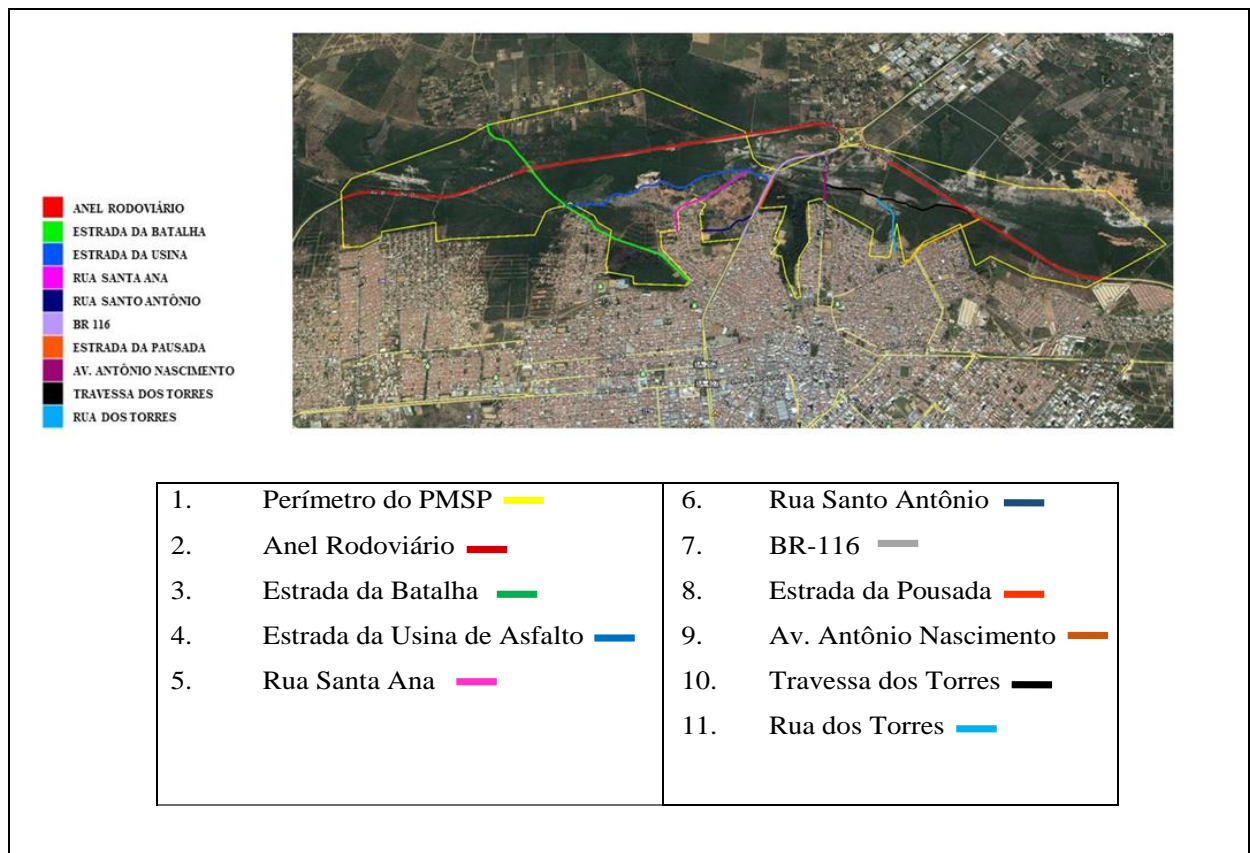
Figura 9 – Rodovias estaduais e federais que entrecortam e ou margeiam o PMSP



Fonte: Vitória da Conquista, 2019, p. 12 (Reprodução) Adaptado pela autora, 2022.

Na busca da identificação das pressões sofridas pela Unidade de Conservação, importa visualizar, além da situação desta na malha urbana, as vias de acesso ao Parque Municipal da Serra do Piripiri, as quais implicam num aumento do efeito de borda – tal como compreendido por Miola (2020) e que pode ser visualizado na figura 10, abaixo:

Figura 10 – Situação da UC na malha urbana e Vias de acesso ao PMSP



Fonte: VITÓRIA DA CONQUISTA, 2019, pg. 16 (Reprodução) Legenda adaptada pela autora, 2022.

Em visita aos bairros do entorno da UC, Cruzeiro e Primavera (Loteamento Nova Cidade), foi possível observar características arquitetônicas, econômicas e culturais que indicam distanciamentos sociais quando comparados com outros situados nas zonas leste e sul da cidade, conforme exemplificam as imagens reproduzidas na figura 11, abaixo. Importante dizer que, em resposta ao questionário eletrônico aplicado por meio do *google forms* aos usuários, visitantes e pesquisadores do PMSP, os locais de residência da maioria dos visitantes são os bairros Candeias (20%) e Boa Vista (16%), enquanto que, os bairros Cruzeiro e

Primavera (Loteamento Nova Cidade) que estão situados no entorno do Parque, na porção norte da cidade, apresentam menos de 2% das indicações de residência, cada.

Figura 11 – Aspectos visuais de bairros do entorno da UC e daqueles onde residem a maioria dos visitantes do Parque (zonas sul e leste)



Fonte: Acervo pessoal, 2022.

Aqui surge um novo questionamento: Por que os moradores do entorno não visitam a UC, enquanto que, moradores de bairros mais distantes praticamente cruzam a cidade com o objetivo de visitar o Parque? Como essa pergunta não foi formulada de maneira explícita,

resta a motivação apresentada para a não visitação ao lugar em 60% dos argumentos, qual seja, o medo da violência. Esse tema será melhor detalhado no item 5.4.

Como já esclarecido, a SEMMA é o órgão executivo da política municipal ambiental que, apoiada pelo COMMAM, gerencia a aplicação dos recursos orçamentários vinculados, bem como aqueles que compõem o FAM. De acordo com a Lei municipal complementar nº 2.585/2022, os cargos em comissão que compõem a Secretaria e respondem por sua gestão, definindo o ordenamento da despesa e a composição orçamentária, estão descritos no quadro 3 a seguir:

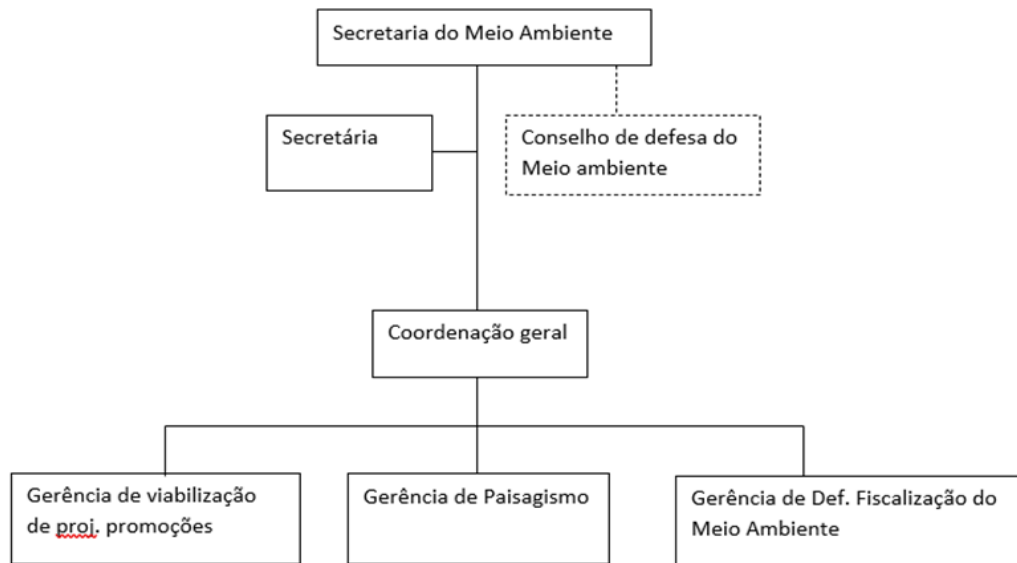
Quadro 3 – Estrutura organizacional por Cargos em comissão

Setor	Cargo
Gabinete do Secretário	Secretário
Assessoria especial	Assessor especial
Coordenação geral	Coordenador geral
Gerência de paisagismo	Gerente de paisagismo
Gerência de estudos de viabilização de projetos e promoção	Gerente de estudos de viabilização de projetos e promoção
Gerência de defesa e fiscalização do Meio Ambiente	Gerente de defesa e fiscalização do Meio Ambiente

Fonte: Diário Oficial do Município de Vitória da Conquista, 2022.

Segundo a Secretaria Municipal da Transparência e do Controle, a SEMMA seria composta pelo Gabinete da Secretária, uma coordenação geral e três gerências (Fig. 12), a prática, no entanto, exibe outros setores: 1 Assessoria especial; 3 coordenações (Geral, Licenciamento/Fiscalização e Administrativa, Financeira e de Pessoal); e 3 gerências (Paisagismo; Defesa e fiscalização do Meio Ambiente; Viabilização de projetos e promoções), além de 1 Módulo de educação ambiental, 1 Centro de triagem de animais silvestres - CETAS, 1 Viveiro de produção de mudas arbóreas e Herbário (Herbário Sertão da Ressaca), 1 Horto florestal (Horto Florestal Vilma Dias) e 4 Unidades de conservação municipais (Parque Municipal da Serra do Piripiri, Parque Urbano Lagoa das Bateias, Parque Urbano Lagoa do Jurema e Parque Ambiental do Rio Verruga. (VITÓRIA DA CONQUISTA, 2022)

Figura 12 – Estrutura organizacional da SEMMA



Fonte: Portal da Transparência do Município de Vitória da Conquista, 2022.

O descompasso entre a estrutura organizacional formalizada e publicada em meio eletrônico, os cargos comissionados existentes e a estrutura atuante no dia a dia do órgão aponta um problema não só de ordem burocrática, mas que reverbera no cumprimento das funções e atribuições de cada setor que por vezes se confundem entre a acumulação e a sobreposição de tarefas o que certamente reflete na qualidade da execução da política ambiental municipal e poderá ser objeto de novo estudo por não estar no escopo do quanto almejado neste trabalho, sendo importante sua visualização para fins de compreensão de como a gestão ocorre.

Observa-se, na figura 8, que as Unidades de Conservação não estão inclusas na estrutura organizacional, embora a gestão destas esteja a cargo da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e seja exercida diretamente pela Secretária e indiretamente pela Coordenação Geral. Assim sendo, poucos são os documentos específicos que apresentam dados e informações gerenciais do Parque Municipal da Serra do Piripiri, restando para fins de conhecimento e análise, os relatórios anuais de gestão emitidos pela Secretaria, onde constam informações gerais sobre os diferentes setores que a compõe, sendo o Parque apresentado ora como um órgão, ora como um espaço administrado pela SEMMA.

Uma vez caracterizado o Parque como sendo uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, a presença de zonas objeto de diferentes usos e ocupações, entre elas uma denominada “zona de uso conflitante”, importa conhecer os desafios enfrentados pela gestão,

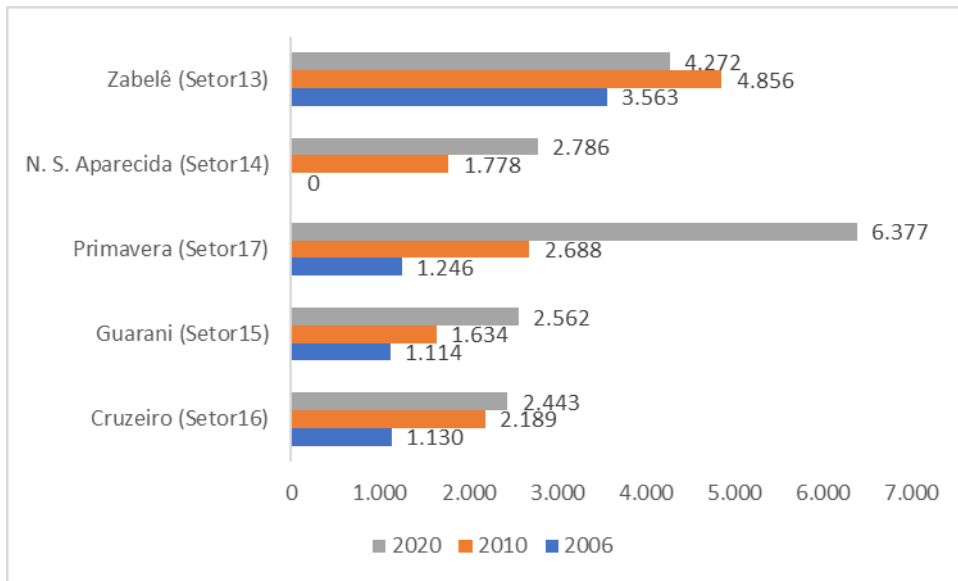
e, estando ele situado em meio urbano, os impactos ambientais e a pressão sofrida em razão das necessidades e demandas humanas é crescente e se apresenta, muitas vezes, explicadas por aspectos culturais, econômicos e sociais. Este entendimento é corroborado com os dados apresentados pela SEMMA/PMVC (gestora do PMSP), em resposta ao questionário RAPAMM, no que tange aos cinco principais problemas e impactos existentes no PMSP:

- a) retirada de vegetação, especialmente lenhosa para fornecimento de energia;
- b) extração de minerais utilizados na construção civil;
- c) captação irregular de água;
- d) captura de animais silvestres (aves) para comercialização ilegal; e
- e) caça.

Verifica-se serem estas ações antrópicas predatórias comuns a diferentes UCs no município, ocorrendo no Parque Urbano Lagoa das Bateias, no Parque Ambiental do Rio Verruga e no Parque Lagoa do Jurema, de acordo com relatórios de gestão que englobam o período 2017 a 2020. (VITÓRIA DA CONQUISTA, 2021) Não obstante, soma-se a estes problemas e impactos, a pressão urbana exercida pela cidade, nas diferentes demandas estruturais, econômicas e culturais, incluindo também a pressão pelo uso do solo, pois, o PMSP é cercado por comunidades urbanas e ou urbanizadas, que circundam a poligonal do parque, tendo sido objeto de estudo durante a formulação da Agenda 21 para o município, a qual suscitou na formulação do escopo de serviços prestados pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente (GUIMARÃES, 2004).

Esta pressão pode ser observada na figura 4 que ilustra os limites do Parque (p. 40) e evidencia as aglomerações humanas e urbanização ao seu redor em razão do quantitativo de bairros instalados margeando a sua poligonal, e nos remete ao quanto afirmado por Segaud (2017) e Sestren-Bastos (2017) no que se refere aos problemas e conflitos ambientais das e nas unidades de conservação quando instaladas em meio urbano e ou urbanizado, além de evocar as recomendações de Sirkis (2005). É possível verificar a expansão dos bairros do entorno do PMSP ao observar o crescimento das ligações de água, informadas pela empresa de abastecimento de água e saneamento – EMBASA, em unidades de consumo na região por ela atendida considerando a proximidade da UC (Gráfico 4), o que sugere uma evolução quantitativa da população que ali se relaciona:

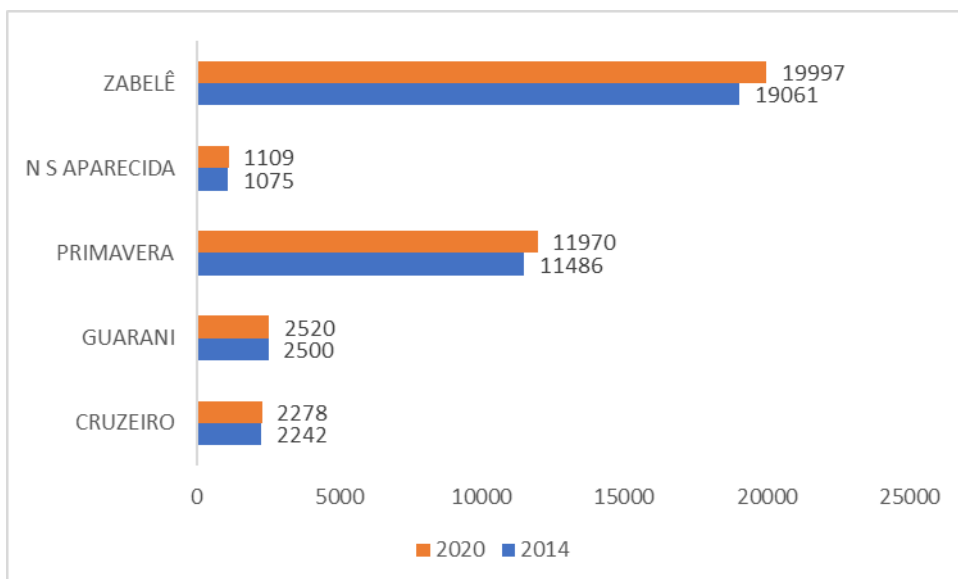
Gráfico 4 – Evolução do nº de ligações para abastecimento de água nos bairros situados no entorno do PMSP – 2006 a 2020



Fonte: EMBASA, 2021. Elaborado pela autora, 2021.

As ligações de água informadas acima estão agrupadas por setores de atendimento da Empresa Baiana de Água e Saneamento - EMBASA e, considerando que cada hidrômetro corresponde a uma ligação mas não necessariamente a uma unidade de consumo, faz-se necessário conhecer o número de imóveis situados nos bairros do entorno do PMSP para melhor vislumbrar a pressão antrópica sofrida pela UC, considerando o quantitativo evidenciado no Gráfico 5:

Gráfico 5 – Evolução no Cadastro de imóveis situados no entorno do PMSP - 2014 a 2020



Fonte: PMVC/SEFIN, 2021. Elaborado pela autora, 2021.

Diante disso, tanto o crescente número de ligações de água, como de imóveis cadastrados reforça a ideia do aumento da pressão antrópica sobre a Unidade de Conservação exercida por pessoas que residem, trabalham, estudam e ou têm suas relações interpessoais em andamento nos bairros que estão na zona de amortecimento do Parque, por se situarem em suas bordas. A pressão imobiliária e por serviços públicos, já mencionados por Henrique (2009) e evidenciados na Lei federal nº 10.257/01– Estatuto da cidade são fatores de grande preocupação para a gestão ambiental, vez que a partir destes, os impactos ambientais sobre o solo, o ar, as águas e sobre todo o ecossistema natural são gerados e ou multiplicados.

Lembrando que as pessoas que vivem e convivem no espaço o forma e o transforma (Segaud, 2017), é importante apresentar algumas características dos bairros Zabelê e Primavera, que surgem no gráfico 4 acima, como sendo os de maior evolução no quantitativo de imóveis cadastrados: Esses são bairros que foram adensados rapidamente por força da aplicação de políticas de habitação popular em seus limites, cuja marca maior é a redução da área construída dos imóveis, voltados para população pobre, desde as URBIS e Vilas Serranas no bairro Zabelê ao Programa Municipal de Habitação Popular e o Programa Federal Minha Casa Minha Vida (Para extratos de renda inferior a 1 Salário mínimo) e que adensaram o loteamento Nova Cidade no bairro Primavera. Outra característica predominante é a ausência e ou insuficiente pavimentação, além da presença de construções irregulares e ou improvisadas, conforme observado na fig. 11, acima.

O PMSP está classificado como unidade de conservação municipal de proteção integral, no entanto, em sua área estão situados empreendimentos cujas finalidades se contrapõem aos objetivos do Parque. Assim sendo, no zoneamento estabelecido pelo Plano de Manejo publicado em 2019, restou estabelecida uma zona de uso conflitante onde existem:

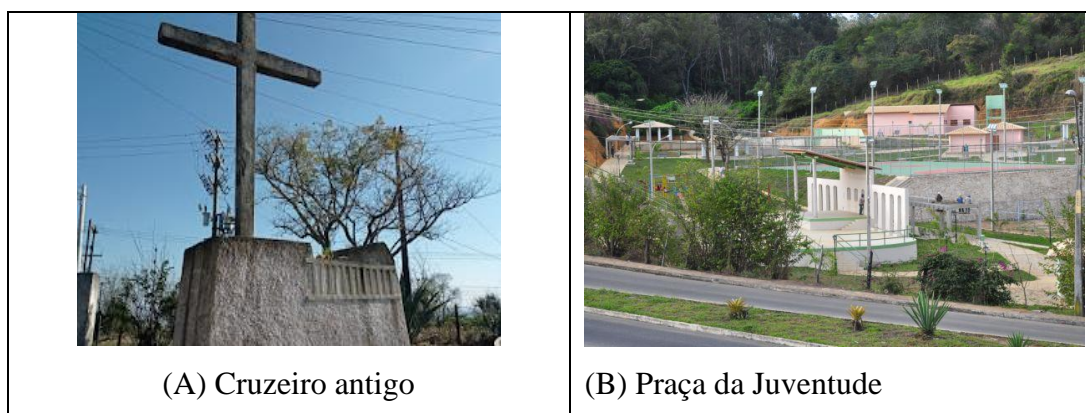
1. Usina de Refino de Asfalto de Vitória da Conquista
2. Subestação de energia elétrica da Coelba
3. Subestação de transmissão de sinal de rádio e TV
4. Antenas de telefonia
5. Área de extração de cascalho
6. Area de extração de areia

7. Vias de acesso e circulação (Rua dos Torres, Estrada da Pousada, BR-116, Rua Santo Antônio, Avenida Antônio Nascimento, Rua Santa Ana, Travessa dos Torres, Estrada da Usina, Estrada da Batalha e Anel Rodoviário Jadiel Matos)

Da análise dos Planos plurianuais estabelecidos para os períodos posteriores à criação da UC (2010/2013, 2014/2017, 2018/2021 e 2022/2025) verificou-se que não foram estabelecidos objetivos, metas, ações ou programas cujo objeto fosse a remoção, reestruturação dos equipamentos citados acima, ou a mitigação dos impactos ambientais por eles gerados. (VITÓRIA DA CONQUISTA, 2009; 2013; 2017)

Embora existam atributos como beleza cênica, relevância ecológica, espécies endêmicas, patrimônio florístico e de fauna – com destaque para avifauna, além de significância histórica, religiosa e cultural, a exploração econômica da área ou de seu entorno como ponto turístico não ocorre. No zoneamento houve a designação de Zona cultural, turística e de lazer, conforme Fig. 13, nas áreas nas quais existem instalações correlatas:

Figura 13 – Atrações turísticas do PMSP





Fonte: (A;C) Acervo pessoal, 2021; (B) PMVC, 2013;(D) MAPIO, sd.

De acordo com relatórios emitidos pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente no período 2007 a 2021, os principais problemas de origem antrópica existentes no Parque são: Captura de animais silvestres (especialmente aves) e coleta de espécies florísticas (melocactus, bromélias, orquídeas e musgos) para comércio ilegal, além de lianas que servem como fonte de energia para moradores do entorno. Não foram localizados outros relatórios de gestão que fizessem menção aos problemas do Parque, muito embora seja de conhecimento geral entre os servidores a perpetuação dos fatores mencionados, sendo este conhecimento constatado durante as observações em campo, quando do acompanhamento de visitas realizadas durante a coleta de dados. (VITÓRIA DA CONQUISTA/SEMMA/GEVIP, 2007-2022)

Para dirimir conflitos e resolver problemas, surge a gestão ambiental e seus mecanismos, sendo o principal deles – quando se trata de uma Unidade de Conservação, o Plano de Manejo, apoiado para a sua execução, nas ações de um Conselho consultivo (BRASIL, 2000). A Lei municipal 1.410/2007, art. 24 prevê a instituição de um Conselho consultivo, bem como institui a prerrogativa de oitiva da comunidade por meio de audiência pública, para a aprovação de Plano de Manejo, “elaborado com base em estudos técnicos e que indique o regime de proteção, o zoneamento, quando for o caso as condições de uso, quando admitido”. (VITÓRIA DA CONQUISTA, 2007. p. 21)

Importa dizer aqui que não foram localizados estudos prévios e ou relatórios/atas ou outros documentos que fizessem alusão a participação da comunidade para instituição ou

gestão da Unidade de Conservação objeto deste estudo, bem como, que apontassem escutas da comunidade para fins de elaboração do Plano de Manejo o qual regulamenta o seu funcionamento e operacionalização das atividades, o que dificulta seu pertencimento por parte da comunidade e possibilita a adoção de comportamentos predatórios pelas pessoas, conforme reportado por Pinheiro (2016), além de situações conflituosas apontadas, mais adiante, no item 5.6.

5.2 A GESTÃO AMBIENTAL DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E O MODELO PROPOSTO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA PARA O PARQUE MUNICIPAL DA SERRA DO PIRIPIRI

A lei federal nº 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC estabelece que a gestão das Unidades de Conservação deve seguir um modelo participativo, sendo facultado que o gerenciamento e a operacionalização das atividades possam ser executados pela administração direta – por meio de um órgão vinculado ao ente criador da UC apoiado por um conselho gestor (de acordo com o tipo de UC) ou indireta – por meio de uma instituição pública ou privada designada para esta finalidade seguindo os parâmetros e diretrizes estabelecidas no Plano de Manejo da UC e fundamentados nas decisões exaradas pelo conselho gestor, sempre que couber.

O financiamento da política municipal do meio ambiente, em Vitória da Conquista apesar da existência de um fundo municipal, se dá, principalmente, por meio da aplicação direta de recursos do Tesouro municipal. O modelo proposto para gestão da UC Parque Municipal da Serra do Piripiri é o da administração direta, gerenciada, operacionalizada e executada pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente, contando com os servidores lotados naquele órgão para cumprimento do Plano de Manejo que foi publicado no ano 2019, onde estão definidos objetivos, normas, programas e indicadores considerando o zoneamento estabelecido. (VITÓRIA DA CONQUISTA, 2007; VITÓRIA DA CONQUISTA/SEMMA/GEVIP, 2007-2022; PORTAL DA TRANSPARÊNCIA/SMTC/PMVC, 2022)

Numa busca por relatórios de gestão os esforços resultaram no acesso aos documentos dos anos 2017 a 2021 e nestes não foram localizadas ferramentas de avaliação, nem apresentações do alcance ou não dos indicadores estabelecidos no Plano de Manejo do PMSP. Relatórios específicos sobre os programas e subprogramas, bem como cumprimento ou não

dos objetivos também não foram encontrados, bem como relatórios de gestão de períodos anteriores. Considerando os dados obtidos na pesquisa de campo sobre o planejamento, usando o questionário aplicado ao órgão gestor, tem-se a figura 14:

Figura 14 – Respostas do órgão gestor do PMSP quanto ao Planejamento da gestão do PMSP

PROCESSOS		
13. Planejamento da gestão		
Proposição	Sim	Não
a) Existe um plano de manejo abrangente e atual	x	
b) Existe um inventário abrangente dos recursos naturais e culturais.		x
c) Existe uma análise e também uma estratégia para enfrentar as ameaças e as pressões na UC.		x
d) Existe um plano de trabalho detalhado que identifica as metas específicas para alcançar os objetivos de manejo.		x
e) Os resultados da pesquisa, monitoramento e o conhecimento tradicional são incluídos rotineiramente no planejamento.		x

Fonte: Questionário RAPPAM, 2021.

Para além das respostas contidas na figura 19 acima, foram firmadas as seguintes observações pelo respondente:

[...] Não existem dados/informações sistematizadas que possam fundamentar o estabelecimento da abrangência, do impacto e da permanência das pressões e ameaças [...] Infelizmente, parece que os objetivos da UC além de não serem claros, também não são bem compreendidos por todos [...] não existe um gerente na UC [...] (Questionário RAPPAM, 2021)

Importa lembrar que no Código municipal do meio ambiente, instituído pela lei municipal nº 1.410 desde o ano 2007, está prevista a criação do Sistema municipal do meio ambiente - SISMUMA, dispositivo no qual deveriam estar reunidas todas as informações e dados relativos à política ambiental municipal e ausência do sistema prejudica a efetividade do planejamento e da realização de processos de gestão ambiental relacionados ao PMSP, sendo um fator de enfraquecimento e um desafio a serem superados por seu gestor.

As respostas negativas assinaladas na figura 19 acima, bem como as observações apresentadas pela respondente e a análise de conteúdo realizada conforme Bardin (1977) frente às respostas apresentadas como um todo no questionário RAPPAM reforçam a perspectiva de incidir sobre o PMSP uma gestão ambiental do tipo top-down (MESQUITA, 2018), contrariando as diretrizes firmadas pelo SNUC, especialmente aquelas relacionadas à

participação social e ao necessário respaldo técnico e ou científico nos processos de tomada de decisões.

Cabe aqui ressaltar a ausência de publicização dos documentos em meio acessível, bem como a não padronização das informações referentes ao PMSP considerando o planejamento contido no Plano de Manejo, o que contraria valores imprescindíveis à administração pública, entre eles transparência, governança e discricionariedade.

Diante do quanto apresentado, observa-se que embora hajam aproximações entre o Plano de Manejo e o arcabouço legal estabelecido por meio do Código municipal do meio ambiente, Lei municipal nº 1.410/2007 e do SNUC, Lei federal nº 9.985/2000), há um distanciamento entre o proposto no Plano de manejo e o executado pelo órgão gestor do PMSP.

5.3 A RELAÇÃO ENTRE AS AÇÕES PROPOSTAS E AS AÇÕES IMPLEMENTADAS PELAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A GESTÃO AMBIENTAL DA UC PARQUE MUNICIPAL DA SERRA DO PIRIPIRI – 2019 A 2021

Um marco importante, que não pode ser negligenciado, é a mudança de gestão ocorrida no ano 2017 e que rompeu com uma trajetória iniciada em 1996, quando o executivo municipal estava sob a chefia de prefeitos do Partido dos Trabalhadores – PT, tendo sido substituído no pleito de 2016 por um prefeito do partido Movimento Democrático Brasileiro – MDB (antes PMDB).

Numa breve análise dos Planos Plurianuais elaborados após a criação do PMSP (PPA 2010-2013; 2014-2017, 2018-2021 e 2022/2025) foram observados que os macroobjetivos e ou as diretrizes estabelecidos foram se moldando às tendências do debate da pauta ambiental, considerando a evolução histórica das questões, conforme quadro 4 abaixo:

Quadro 4 – Macroobjetivos constantes em PPA relacionados ao Meio Ambiente:

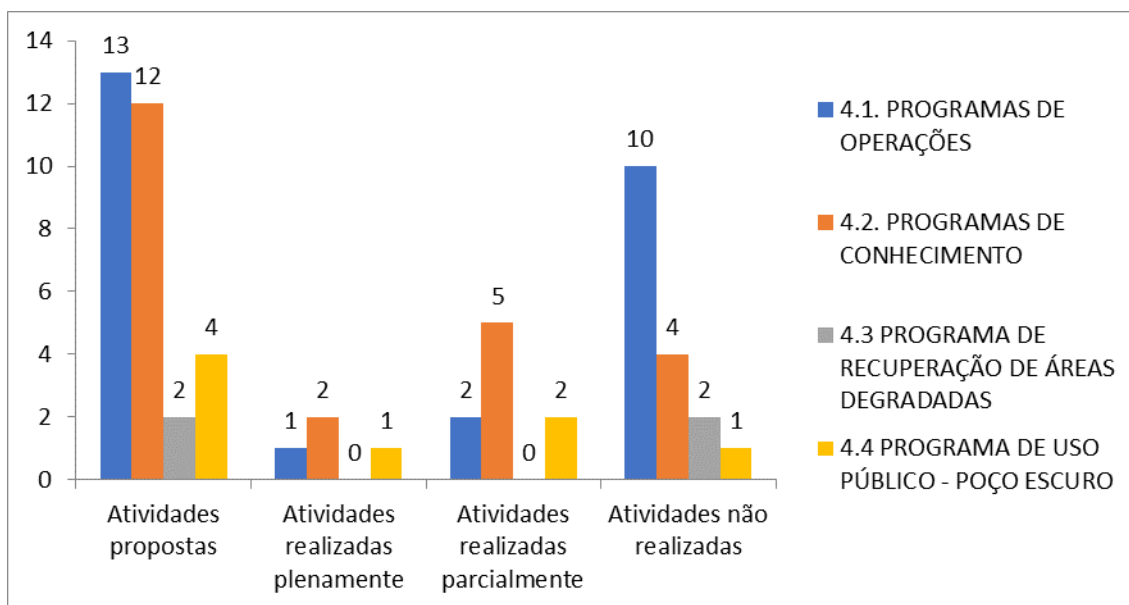
PPA	Macroobjetivos
2010-2013	Art. 3º: II – Promover o desenvolvimento econômico sustentável do município; III – Promover o desenvolvimento rural

	sustentável.
2014-2017	Art. 4º: III – Preservação do meio ambiente e melhoria das condições de vida da população.
2018-2021	Desenvolvimento com sustentabilidade – Desenvolver um ambiente favorável à atração de novos negócios e ao fortalecimento dos existentes, de forma sustentável. (Mapa estratégico)
2021-2025	Desenvolvimento com sustentabilidade – - atrair novas empresas; - desenvolver a economia rural Desenvolver um ambiente favorável à atração de novos negócios e ao fortalecimento dos existentes, de forma sustentável. (Mapa estratégico)

Fonte: PORTAL DA TRANSPARÊNCIA/SMTC/PMVC, 2022. Organizado pela autora, 2022.

Embora a regulamentação da Unidade de conservação Parque Municipal da Serra do Piripiri tenha se dado em 2007, as ações propostas para a gestão ambiental da UC estão reunidas no Plano de Manejo, o qual foi publicado no ano 2019, sendo este o marco inicial para análise entre o planejado e o executado. Diante disso, foram enveredados esforços no sentido de correlacionar as propostas apresentadas nos 4 (quatro) programas que integram o Plano de Manejo e aquilo que foi planejado em nível orçamentário e ou realizado efetivamente por meio de ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente, considerando os serviços contratualizados ou prestados diretamente por servidores lotados nos setores que a integra, estando ou não instalados na área do Parque Municipal da Serra do Piripiri, tendo sido possível identificar que três deles foram executados parcialmente e um não foi executado de acordo com os Relatórios de atividades e de gestão e apresentados no gráfico 6, abaixo:

Gráfico 6 – Monitoramento da execução dos programas do Plano de Manejo do PMSP



Fonte: PORTAL DA TRANSPARÊNCIA/SMTC/PMVC, 2019; 2020; 2021; VITÓRIA DA CONQUISTA/SEMMA/GEVIP, 2007 a 2022. Organizado pela autora, 2022.

Aqui importa dizer que, dentro do programa de operações está o subprograma de administração, o qual não foi executado, comprometendo sobremaneira as ações de gerenciamento e fiscalização, bem como o bom funcionamento dos serviços prestados no Parque. A ausência de uma logomarca para o Parque, que foi apontada como um objetivo do subprograma, compromete a comunicação visual da UC. Além deste, há o subprograma de Manutenção, o qual tem sua execução parcial mediante a realização de atividades de limpeza e higienização das salas em uso na Sede administrativa, no CETAS e no Herbário. Reformas, manutenção predial, sinalização, instalação de extintores e demais ações planejadas não foram executadas.

Quanto ao programa de Conhecimento, tem sido realizada a reprodução do *Melocactus conoideus* pela equipe do Viveiro Municipal e Herbário Sertão da Ressaca, bem como atendidas demandas de alguns pesquisadores por meio de respostas a questionários enviados eletronicamente e ou entrevistas realizadas na sede da SEMMA. Têm-se notícia de pesquisas realizadas por estudantes de diferentes instituições de ensino superior na área do Parque, no entanto, os projetos de pesquisa e os resultados destas não foram objeto de autorização, monitoramento, acompanhamento e ou sistematização por parte da SEMMA.

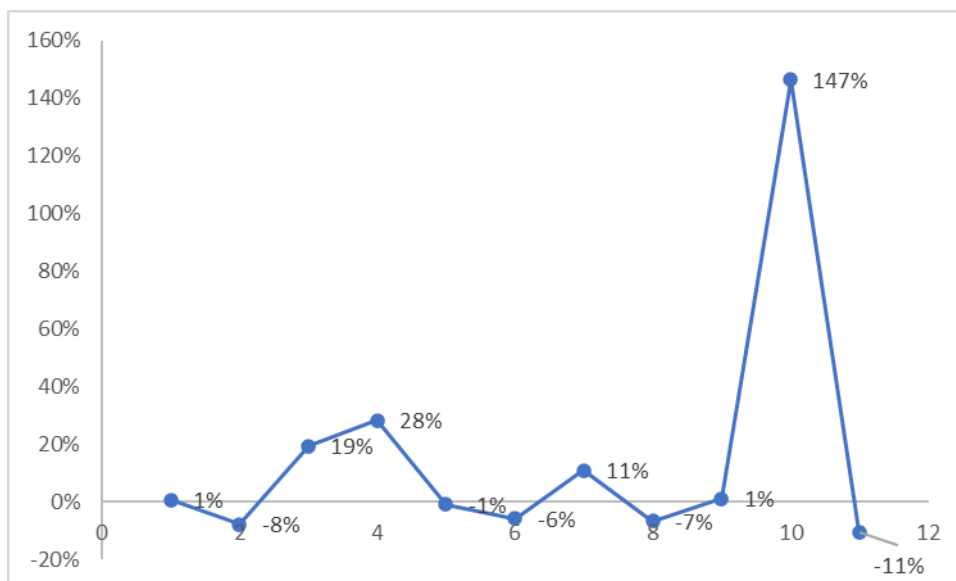
O Programa de recuperação de áreas degradadas não teve o PRAD elaborado e, conseqüentemente, não foi executado. Já o programa de uso público teve suas atividades

restritas à Reserva do Poço Escuro (visitas agendadas) e à área do Cristo Crucificado de Mário Cravo (com realização do programa Pôr do Sol, idealizado pela Secretaria municipal de cultura, turismo e lazer - SECULT e executado por meio de parcerias intra e interinstitucionais. Aqui cabe informar que essa área classificada no plano de manejo como Zona de cultural, turística e de lazer é objeto de gestão compartilhada entre a SEMMA e a SECULT e, neste ano 2022, é alvo de obras de infraestrutura e intervenções paisagísticas, utilizando recursos do FINISA, visando incentivar atividades turísticas no local, sendo que não foi localizada Ata de reunião do COMMAM onde o projeto tenha sido submetido à apreciação daquele conselho, vez que não há conselho gestor da UC.

No Plano de Manejo publicado em 2019, foi instituído um Cronograma para execução de seus Programas, com prazos fixados em quatro períodos com início de execução imediata (2019), exceto o Programa de recuperação de áreas degradadas, o qual previu para o ano I as ações de fiscalização e as demais para os anos subsequentes. Nota-se uma preocupação do gestor público em planejar ações para curto, médio e longo prazo, respeitando as limitações orçamentárias e estruturais do órgão, vez que foram estabelecidas ações e atividades estruturantes fundamentais para o primeiro e segundo ano.

É sabido que a realização de programas, projetos e atividades na esfera pública demanda uma organização financeira, na qual sejam estimadas receitas e despesas. Considerando como marco inicial o primeiro Plano plurianual - PPA elaborado após a criação do PMSP (2007) e final o PPA 2022-2025, bem como observando a Lei Orçamentária Anual dos anos 2010 a 2022, observa-se a variação na evolução orçamentária destinada às despesas planejadas para serem executadas no âmbito da SEMMA, conforme demonstrado no gráfico 7 abaixo:

Gráfico 7 – Demonstrativo da evolução orçamentária das despesas planejadas da SEMMA – 2010 a 2022



Fonte: PORTAL DA TRANSPARÊNCIA/SMTC/PMVC, 2010 a 2022. Elaborado pela autora, 2022.

Vale ressaltar que as maiores variações para cima (+147%) e para baixo (-11%) aconteceram nos anos 2020 e 2021, partir da pactuação de financiamentos junto à Caixa Econômica Federal - CEF no âmbito do Programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento - FINISA, ocorridos nos anos 2018 e 2020. Importa dizer que, por serem valores oriundos de contratos de financiamento, os mesmos não estavam previstos no PPA, tendo sido indicados nas respectivas Leis do Orçamento Anual (LOA 2020 e LOA 2021) vinculado à receita extraordinária e sendo este recurso a maior, destinado à implantação do Parque Ambiental do Rio Verruga. Os valores absolutos previstos do ano 2010 a 2022, em cada PPA e respectiva LOA, bem como o incremento do FINISA destinado à SEMMA, estão descritos na tabela 1 abaixo:

Tabela 1 – Valores absolutos das Despesas Orçamentárias Planejadas para a SEMMA (2010-2022) e incremento FINISA

ANO	PPA	FINISA	LOA
2010	R\$ 3.950.000,00	R\$	3.950.000,00
2011	R\$ 3.950.000,00	R\$	3.978.750,00
2012	R\$ 3.950.000,00	R\$	3.669.263,49
2013	R\$ 3.950.000,00	R\$	4.376.902,00
2014	R\$ 5.109.800,00	R\$	5.611.043,97
2015	R\$ 5.109.800,00	R\$	5.559.746,00
2016	R\$ 5.109.800,00	R\$	5.231.088,00
2017	R\$ 5.109.800,00	R\$	5.799.688,00

2018	R\$	5.405.474,26		R\$	5.405.474,27
2019	R\$	5.595.969,34		R\$	5.468.695,86
2020	R\$	5.955.136,13	R\$	5.000.000,00*	R\$ 13.483.522,02**
2021	R\$	6.367.072,81	R\$	4.600.000,00*	R\$ 12.054.000,00**
2022	R\$	8.181.880,88	R\$	2.889.105,02*	R\$ 12.784.822,22**
2023	R\$	6.894.180,85			
2024	R\$	7.377.140,42			
2025	R\$	7.895.133,13			

*No ano 2020, dos recursos oriundos do FINISA, só foram executados R\$ 400.000,00, sendo o saldo remanescente transferido para o ano 2021. No ano 2021, foram executados R\$ 1.710.894,98 e o saldo transportado para o ano 2022. **A diferença entre o PPA e a LOA ocorre por motivo de receitas extraordinárias e ou remanejamento de recursos, algumas delas não identificadas.

Fonte: PORTAL DA TRANSPARÊNCIA/SMTC/PMVC, 2022. Organizado pela autora, 2022.

Considerando a execução orçamentária dos anos 2019, 2020, 2021 e 2022 percebe-se um comprometimento do planejamento constante do Plano de Manejo, pois os valores previstos na Lei Orçamentária Anual (total para o período: R\$ 8.328.049,65) não contemplam o indicado no Plano (total apontado para o período R\$ 1.790.934,80), quando observa-se a destinação de R\$ 5.588.117,60 à implantação do Parque ambiental do Rio Verruga e a destinação de R\$ 3.000,00 para a recuperação e preservação da Serra do Piripiri, nos três primeiros anos transcorridos a partir da publicação do Plano de Manejo (2019 – Ano I), havendo ainda o agravante de ter sido suprimido o Parque Municipal da Serra do Piripiri do orçamento destinado à gestão de espaços públicos e das unidades de conservação no ano 2022 (Ano IV), quando passou a compor o orçamento destinado a Recuperação de áreas degradadas, para o qual foram destinados R\$ 50.000,00. É importante saber que esta rubrica engloba as ações destinadas à Serra e demais áreas protegidas do município, conforme apontado na LOA 2022 e apresentado no quadro 5 abaixo:

Quadro – 5 – Valores orçamentários após a publicação do Plano de Manejo do PMSP

Programa/Metas financeiras anuais	2019	2020	2021	2022*
Valores indicados na LOA				
0163- Gestão de espaços públicos e das unidades de conservação	R\$ 135.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 145.000,00	R\$ 8.038.049,65**

Valores apontados na dotação específica por exercício				
2114 – Recuperação e preservação da Serra da Serra do Piripiri	R\$ 2.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 50.000,00***

*No ano 2022, o programa 0163 mudou para 1202, englobando as atividades 2068 (praças e jardins), 2147 (UC Lagoa das Bateias) e 2113 (UC Parque ambiental do Rio Verruga).

**Do montante indicado em 2022, R\$ 5.588.117,60 estão destinados à implantação do Parque ambiental do Rio Verruga.

*** O valor apontado em 2022 deverá cobrir as despesas orçamentárias de todas as áreas de proteção ambiental do município (UCs Parque Urbano Lagoa do Jurema, Parque Urbano Lagoa das Bateias, Parque Municipal da Serra do Piripiri e Parque Ambiental do Rio Verruga e demais áreas protegidas)

Fonte: VITÓRIA DA CONQUISTA, LOA 2019 a 2022. Organizado pela autora, 2022.

Para além do planejado, há que se observar também a execução financeira, ou seja, a comparação entre o que foi empenhado e o que foi efetivamente executado nos anos em questão. Diante disso, foram realizadas diligências no sentido de apurar a efetividade das ações por meio da execução financeira relacionada ao Parque Municipal da Serra do Piripiri, após a publicação do Plano de Manejo ocorrida em 2019. Os achados estão elencados no quadro 6, abaixo:

Quadro 6 – Exposição da execução orçamentária da SEMMA – Planejado x Executado (2019 a 2021)

Programa	2019		2020		2021	
	Planejado (Empenhado)	Executado (Liquidado)	Planejado (Empenhado)	Executado (Liquidado)	Planejado (Empenhado)	Executado (Liquidado)
0163 - Gestão dos espaços públicos e das unidades de conservação	R\$ 821.837,97	R\$ 675.837,97	R\$ 12.201,25	R\$ 12.201,25	R\$ 6.539,15	6.539,15
2114 - Recuperação e preservação da Serra da Serra do Piripiri	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Fonte: SEMMA, 2022; PORTAL DA TRANSPARÊNCIA/SMTC/PMVC, 2022.

É interessante observar que os valores indicados nos quadros 5 e 6 acima, excetuam-se as aplicações destinadas às despesas de pessoal. Na Serra do Piripiri, as despesas de pessoal somaram R\$ 211.509,94 no ano 2019, R\$ 191.926,22 no ano 2020 e R\$ 189.340,60 em 2021,

destinados ao pagamento de 3 agentes de fiscalização, 3 oficiais de obras e serviços e 3 auxiliares de serviços gerais (Tribunal de contas dos municípios, 2019; 2020; 2021). Dos 3 agentes de fiscalização informados, 1 atua especificamente na Reserva Florestal do Poço Escuro e os outros 2 na fiscalização geral do Parque e de seu entorno. O mesmo ocorre com 1 oficial de obras e serviços e 1 auxiliar de serviços gerais, restando assim 6 pessoas atuando na Sede do Parque. Chama a atenção a ausência de recursos empenhados para pagamento de despesas específicas da Serra do Piripiri, levando a crer na ausência de aporte financeiro específico para a UC durante o quadriênio analisado. (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA/PMVC, 2019; 2020; 2021)

Observando a tabela 1, são percebidas divergências entre os valores planejados no Plano pluriannual e aqueles indicados na LOA para a aplicação na SEMMA, Em busca das motivações para o ocorrido, foram identificadas a contratualização junto ao Ministério do Meio Ambiente por meio do Fundo Nacional do Meio Ambiente de um Convênio cujo objeto foi a revitalização de nascentes do Rio Verruga situadas na UC Lagoa do Jurema e no Parque Ambiental do Rio Verruga, bem como o contrato de financiamento (FINISA), com recursos destinados à implantação do Parque Ambiental do Rio Verruga, já discutido.

Sobre o planejado e o executado, no Quadro 6, constata-se nos a inexistência de valores empenhados especificamente ao Parque Municipal da Serra do Piripiri, embora tenha havido a indicação no PPA de um montante especialmente destinado à aplicação na gestão de espaços públicos e unidades de conservação (Programa 0163, o qual em 2022 foi alterado para 1202). Neste ano, 2022, a Serra do Piripiri é mencionada junto à rubrica 2114 destinada à Recuperação e preservação das reservas ambientais e o montante ali indicado foi de R\$ 50.000,00.

Diante disso, buscou-se a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, por meio do Núcleo Administrativo e Financeiro, de onde foi informado como sendo “imensuráveis” os valores disponibilizados e/ou executados relativos às UCs de modo individualizado. Por meio de busca realizada no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, no período 2019 a 2021, não foram encontrados pagamentos com descrição relativa ao PMSP, nem às áreas que o integram, exceto àquelas relacionadas à manutenção das ações do Centro de Triagem de Animais Silvestres – CETAS, o que contraria a Lei complementar nº 4.320/1964 e a Constituição federal de 1988 definem e disciplinam o Orçamento Público, bem como as recomendações contidas no Manual do Ordenador de Despesas do CNPM.

É por meio destes instrumentos (orçamento e empenho) que o planejamento é traduzido em recursos financeiros, os quais viabilizarão a execução das ações idealizadas, conforme metas e prioridades estabelecidas. Assim sendo, a não destinação de recursos específicos ao Parque reflete o grau de prioridade atribuído ao equipamento. (SEMMA, 2022; PMVC, 2022; (BRASIL, 1964; 1988; CNPM, 2014)

Não tendo havido apontamento de despesas com mão de obra executadas por terceiros junto ao Parque Municipal da Serra do Piripiri, buscou-se identificar as despesas ocorridas com pagamento de servidores que estão ali lotados, para ao menos dimensionar as despesas com pessoal (Quadro 7), de onde obteve-se:

Quadro 7 – Despesas com pessoal na área do PMSP – SEMMA (2019 a 2021)

Setor	Atividade principal e ou Finalidade	Despesas com pessoal 2019*	Despesas com pessoal 2020	Despesas com pessoal 2021
Parque municipal da Serra do Piripiri (Sede)	Fiscalização Ambiental	R\$ 131.099,54	R\$ 110.102,38	R\$ 106.996,88
CETAS	Acolhimento/recuperação e soltura de animais silvestres apreendidos	R\$ 344.357,81	R\$ 329.005,55	R\$ 339.617,81
Viveiro e Herbário Sertão da Ressaca	Produção de mudas nativas para recuperação florestal e arborização	R\$ 74.737,39	R\$ 69.518,12	R\$ 71.461,93
Reserva do Poço Escuro	Proteção de fragmento florestal remanescente de mata atlântica	R\$ 98.036,23	R\$ 81.823,84	R\$ 82.343,72
Total anual		R\$ 648.230,97	R\$ 590.449,89	R\$ 600.420,34

*Valores estimados em razão de ausência de informação referente ao segundo semestre de 2019. Fonte: Portal da Transparência/PMVC, 2022. Organizado pela autora, 2022.

Ao analisar o Quadro 7 acima, vê-se que entre o primeiro e o terceiro ano da série, houve um decréscimo no montante destinado ao pagamento de servidores que atuam diretamente no Parque Municipal da Serra do Piripiri e, considerando que não houve redução de pessoal entre os anos 2019 e 2021, depreende-se que foram reduzidos os valores recebidos pelos servidores que ali atuam. Mais uma vez, necessário é encontrar as motivações para o ocorrido e, a justificativa foi encontrada na política de pagamentos instituída pelo executivo

municipal durante o ano 2020 que resultou na diminuição de horas extras, bem como na conversão de algumas destas em banco de horas de folga, e ainda pela suspensão parcial de atividades em razão da Pandemia do Covid-19, nos dois primeiros anos.

Frente ao todo apresentado, observa-se que não há clareza de propostas financeiras relativas às ações das políticas públicas municipais de Meio Ambiente relacionadas à gestão das Unidades de Conservação e ao gerenciamento dos trabalhos realizados nestes equipamentos públicos, contrariando as disposições legais, especialmente da transparência no uso dos recursos públicos, conforme a Lei federal complementar 131/2009 (BRASIL, 2009). Tal ausência reflete na efetividade das ações propostas, vez que, sem amparo financeiro não há como executar as atividades planejadas.

Para gestão ambiental, além do direcionamento de recursos (financeiros, de pessoal e estruturais) com vistas a cumprir as diretrizes estabelecidas em programas e projetos, conhecer as demandas e os problemas relacionados ao meio ambiente é fundamental. Os problemas ambientais podem ser deduzidos e interpretados de múltiplas maneiras, tanto em nível individual, como coletivo, nas esferas privada ou pública, a depender das percepções que os indivíduos têm de determinada realidade e as percepções, conforme Dias (2021), são construídas a partir de um conjunto de características individuais e, à vista disso, de uma diversidade infinita. Isto posto, agentes externos com suas percepções, como Poder Público, ONGs, sociedade civil organizada se apresentam como importantes agentes, potenciais indutores de transformações, na medida em que são capazes de promover ações efetivas na promoção de uma consciência ambiental e de práticas transformadoras. (BRASIL, 1992)

Nesse sentido, o Conselho municipal do meio ambiente – COMMAM é o integrante do sistema municipal que reúne as vozes e os saberes dos agentes externos, conforme Decreto municipal nº. 19.926/2019, que designou os representantes dos seguintes assentos: Associação das indústrias de Vitória da Conquista – AINVIC; Ordem dos advogados do Brasil – OAB; Entidades ou associações civis cujos objetivos estatutários sejam a proteção, prevenção e conservação do meio ambiente; Associações de moradores; Conselho Regional de Engenharia – CREA-BA; Sindicato patronal rural; Trabalhadores rurais; Sindicato dos trabalhadores urbanos e; Instituições de ensino superior da rede privada do município, para atuação no período 2019 a 2021. Naquela oportunidade, embora previsto em Lei, permaneceu vago o assento destinado aos Movimentos Populares Organizados de Assentamentos. (VITÓRIA DA CONQUISTA, 2019)

A recomposição do COMMAM aconteceu em 23 de maio de 2022, mediante publicação do decreto municipal nº 21.926 e no qual o assento destinado aos Movimentos

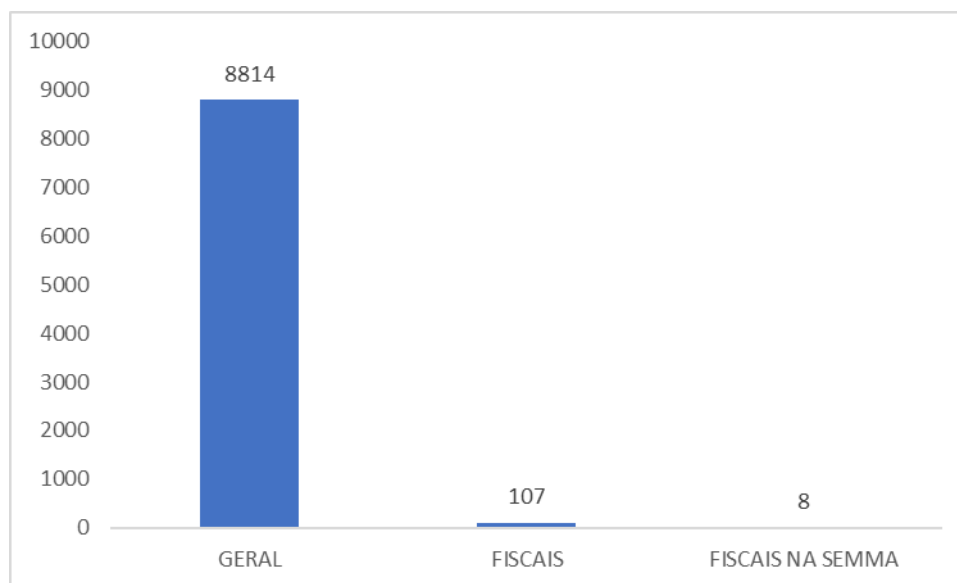
Populares Organizados de Assentamentos foi preenchido, restando vagos os assentos destinados ao Conselho Regional de Engenharia – CREA-BA; Sindicato patronal rural bem como às associações de Reflorestamento. A Organização Não Governamental Instituto Mata de Cipó, de origem local e atuação regional, a qual integrava o COMMAM desde a sua criação, foi substituída por uma Associação Civil – o Instituto de Arquitetos do Brasil. (VITÓRIA DA CONQUISTA, 2022)

Sobre a orientação para práticas transformadoras, surge a percepção ambiental como propulsora do comportamento. Krzysczak (2016). Nessa medida foi realizada pela PMVC/SEMMA a Semana do Meio Ambiente 2017 com o tema: “Abraça a Serra, abraça a vida”, alcançando diretamente 750 pessoas por meio de uma programação que contou com uma Feira ambiental, um Seminário temático, um curso de capacitação em licenciamento e fiscalização ambiental, plantio de espécies arbóreas em áreas de nascentes, uma caminhada ecológica e intervenções de educação ambiental, como palestras e exposições dialogadas, em escolas do ensino fundamental, da rede pública e privada do município. O objetivo da SMA 2017 foi “sensibilizar a população a respeito dos impactos ambientais da urbanização à Serra do Piripiri, bem como do papel do poder público na gestão dos recursos naturais”. (VITÓRIA DA CONQUISTA, p. 4-5, 2017)

Nos anos anteriores 2007 a 2016 e posteriores, 2018 a 2021, os temas da Semana do Meio Ambiente não tiveram relação direta com o Parque Municipal da Serra do Piripiri: Nos anos 2019 e 2020, a Semana do Meio Ambiente não foi executada em razão da Pandemia do COVID-19, tendo as ações relativas à comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente se restringindo a realização de um webinar em 2019 e a publicações eletrônicas de informações relativas aos temas ambientais emergentes, durante o mês de junho de 2020, veiculados no sítio eletrônico e redes sociais da prefeitura municipal. (VITÓRIA DA CONQUISTA, 2021)

Ao considerar os estudos de Porto e Sampaio (2019), relatórios de gestão referentes às atividades dos setores da SEMMA, apresentados no período 2017 a 2020, foram analisados no sentido de encontrar dados sobre as incursões de fiscalização – especialmente aquelas originadas de denúncias de possíveis irregularidades no PMSP, para fins de monitoramento e verificação da execução do programa de proteção constante do plano de manejo publicado em 2019, sem que houvesse êxito. Válido dizer que em 2020 estavam lotados 8 (oito) agentes de fiscalização na Secretaria municipal de Meio Ambiente, conforme gráfico 8 abaixo: (VITÓRIA DA CONQUISTA, 2020; TCM, 2020).

Gráfico 8 – Quadro geral de servidores X Fiscais municipais



Fonte: TCM, 2020. Elaborado pela autora.

Pinheiro (2016) em estudo realizado junto a Reserva do Poço Escuro (que integra o PMSP) aponta como sendo necessários: 1) o investimento na infraestrutura, incluindo aí na ampliação do quadro de pessoal; 2) a promoção das atividades de educação ambiental visando aproximar a comunidade do entorno; bem como, 3) viabilizar da participação da população nos processos decisórios e da rotina da unidade de conservação.

Tais recomendações, conforme o autor, contribuiriam para o alcance dos objetivos instituídos quando da declaração de proteção. No entanto, o quadro de pessoal sofreu decréscimo de servidores, as atividades de educação ambiental (as quais não podem ser caracterizadas como conservadora, pragmática ou crítica, em razão da ausência de registros claros no setor responsável) se mantiveram com foco no atendimento às escolas do ensino fundamental das redes de ensino privado e público municipal e não há registro de que tenha sido instituído um conselho consultivo para o Parque Municipal da Serra do Piripiri, no período de 2007 a 2021. (VITÓRIA DA CONQUISTA/SEMMA/GEVIP, 2007-2022)

Considerando os estudos e recomendações de Fontoura, Medeiros & Adams (2016), Porto e Sampaio (2019) e de Pinheiro (2016) já mencionados, importa dizer que o último concurso para provimento de cargos realizado pela PMVC data do ano 2013, não havendo nova seleção para agentes de fiscalização publicadas. (LIMA, 2021)

Numa busca aos documentos relacionados ao PMSP não foram localizadas atas ou quaisquer outros documentos que indicasse a realização de audiências públicas ou reuniões ampliadas com a comunidade visando a implantação da referida unidade de conservação, nem

discussões posteriores relacionadas à sua gestão ou efetividade. Isso, evocando Pinheiro (2016, p. 83) nos faz inferir que as ações predatórias e os crimes ambientais, explicitamente indicados pelo gestor do Parque como sendo pressões e ameaças, podem ter sua razão de ser no não reconhecimento da área como sendo de proteção ambiental por parte das pessoas infratoras.

De acordo com os relatórios de gestão publicado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente, nos anos 2019 e 2020 as ações de educação ambiental foram realizadas junto à rede municipal de ensino por meio, principalmente, do Teatro de Fantoques, havendo ainda, a atividade “Porta a porta”, nas localidades em que foram realizadas intervenções (obras) municipais. No que se refere ao quadro de pessoal da equipe de EA, ele está restrito a duas servidoras e ao quadro de fiscalização ambiental da sede do PMSP, a dois servidores ativos, sendo que há um agente de fiscalização lotado na Reserva do Poço Escuro que integra o PMSP, mas sua atuação está restrita àquela localidade. Não aconteceram reformas estruturais, nem aquisição de equipamentos ou outros bens naqueles anos para a Sede do Parque, a Reserva do Poço Escuro e para o Módulo de Educação Ambiental - MEA. Em 2010 haviam 8 servidores lotados no MEA e 6 pessoas na fiscalização. (VITÓRIA DA CONQUISTA/SEMMA/GEVIP, 2007-2022)

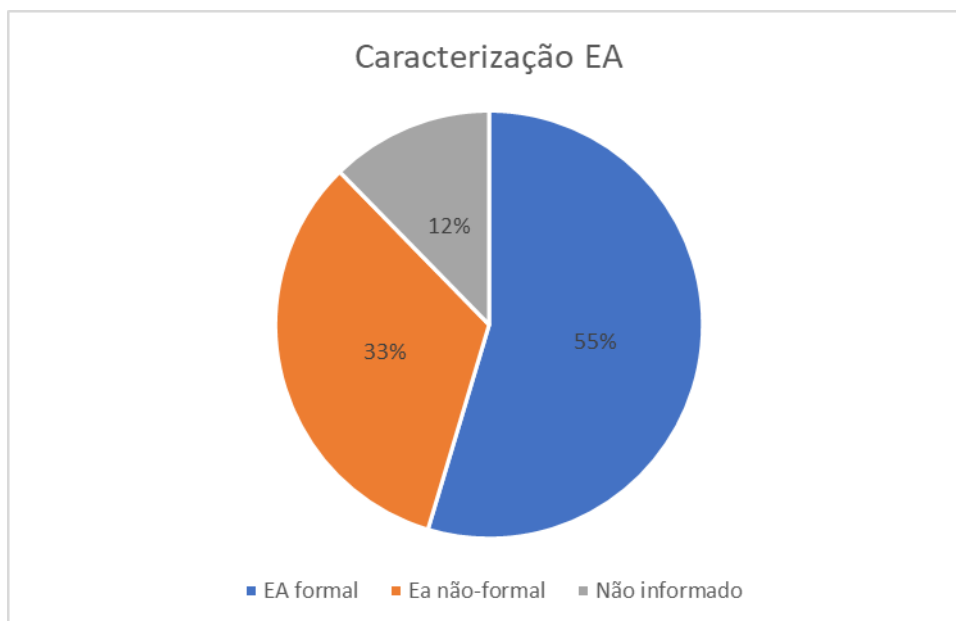
No que tange ao alcance dos objetivos de proteção e conservação, sensibilização e transformação das relações das pessoas com as áreas protegidas, os programas de educação ambiental são essenciais. De acordo com o Plano de Manejo do Parque Municipal da Serra do Periperi, o programa municipal de educação ambiental ali instituído objetiva:

[...] Promover constantes ações de educação ambiental formal e não formal, para públicos diversos, com o objetivo de demonstrar à população a importância de se preservar a Serra do Periperi para o equilíbrio da cidade [...]. (VITÓRIA DA CONQUISTA, 2019, p. 118)

Na contramão de orientações e recomendações contidas no Guia informativo “Educação Ambiental em Unidades de Conservação: ações voltadas para comunidades escolares no contexto da gestão pública da biodiversidade”, as diretrizes do Programa Nacional de Educação Ambiental e do Programa Estadual de Educação Ambiental, principalmente no que tange à promoção da educação ambiental crítica e emancipatória e da garantia de que a UC seja um espaço com condições ao exercício da cidadania e que viabilize o cumprimento do dever de proteção e preservação do meio ambiente por parte do cidadão, ferramentas e dispositivos necessários inexistem no PMSP.

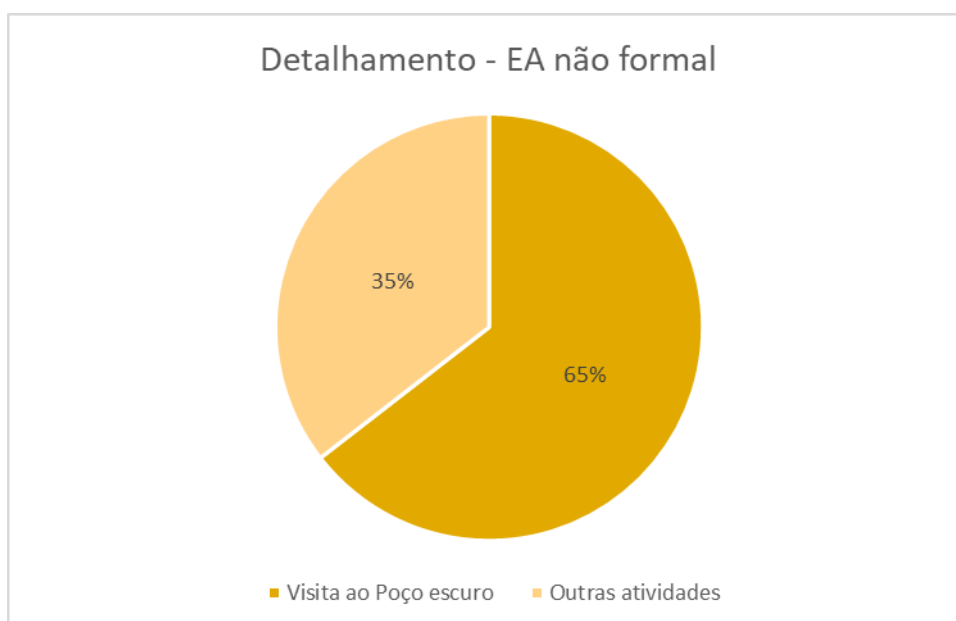
No ano 2019, o Módulo de Educação ambiental - MEA atendeu 9703 pessoas, entre estas, 5.301 pessoas em atividades/ambientes de educação formal e 3.206 pessoas em atividades/ambientes de educação não-formal, sendo que destas, 2.068 foram atendidas em atividade de visita à Reserva Florestal do Poço Escuro, que integra o Parque Municipal da Serra do Piripiri, conforme pode ser observado nos gráficos 9 e 9-A, abaixo.

Gráfico 9 – Atividades EA - MEA 2019



Fonte: VITÓRIA DA CONQUISTA, 2021. Elaborado pela autora, 2022.

Gráfico 9-A – Detalhamento



Fonte: VITÓRIA DA CONQUISTA, 2021. Elaborado pela autora, 2022.

Não foi possível caracterizar a abordagem (se conservadora, pragmática ou crítica) das atividades de educação ambiental, pois, não foram localizadas publicações de Planos ou Roteiros das atividades para análise e não existe PPP-EA no município, no entanto, por meio da observação de algumas atividades realizadas durante a coleta de dados para esta pesquisa, foi possível identificar a predominância da educação ambiental conservadora, num viés de reflexões com vistas a atuação individual e ou familiar. (COEDU, 2016)

Nos anos 2007, 2009, 2011, 2012, 2013 e 2015, os servidores participaram de atividades formativas e de atualização disponibilizadas pelo Ministério do Meio Ambiente por meio dos Programas Agenda 21 Local/Com-Vida e Salas Verdes, bem como do governo estadual da Bahia, por meio de ações promovidas pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente (à época SEMARH), pelo INEMA (à época INGÁ) e pela Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental da Bahia – CIEA-BA (ACERVO PESSOAL, 2007 A 2011; VITÓRIA DA CONQUISTA/SEMMA/GEVIP, 2007-2022).

Ao analisar os relatórios de gestão da Secretaria Municipal de Meio Ambiente referentes aos anos 2017 a 2020 não foram encontrados registros de participação de servidores em cursos, oficinas ou outras atividades formativas ou de atualização e aperfeiçoamento cujo conteúdo ou temática estavam vinculados à gestão ambiental, gestão de conflitos ou educação ambiental em unidades de conservação. (VITÓRIA DA CONQUISTA, 2020)

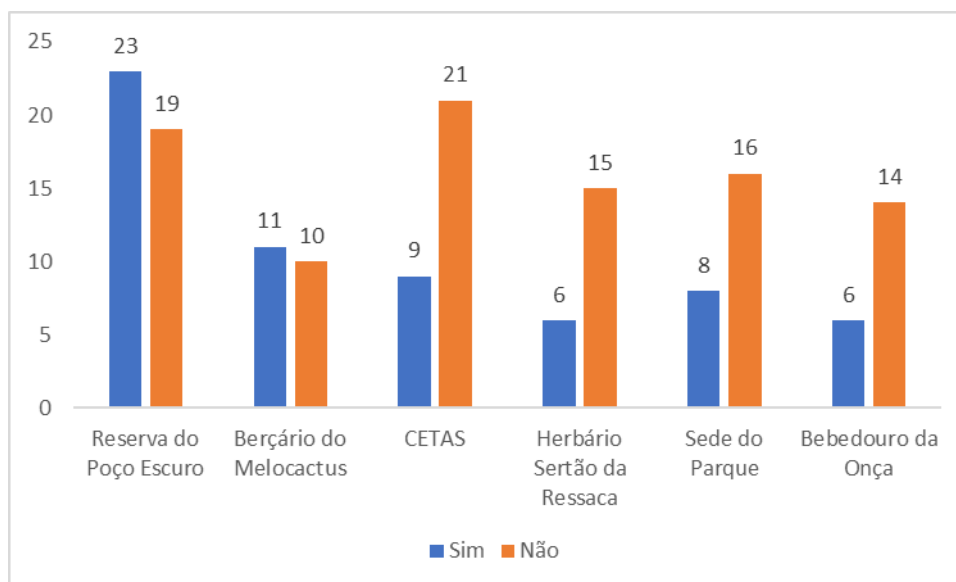
A ausência, no município de Vitória da Conquista de uma Política ou Programa de Educação Ambiental detalhada em execução, e ainda, de um Projeto Político Pedagógico que direcione as ações de educação ambiental no âmbito da UC objeto de estudo, o Parque Municipal da Serra do Piripiri, deixa vulnerável a gestão ambiental, vez que, conforme Raymundo *et al* (2019), a inexistência de projeto estruturado fragiliza a política ambiental. No respectivo Plano de Manejo, o Programa de Educação trata de atividades pontuais do Módulo de Educação Ambiental, indicado como “responsável pela divulgação, educação e sensibilização ambiental da população do município”, estando previstas as seguintes ações:

[...] Teatro de fantoches; sensibilização ambiental para comunidades; campanha porta a porta; mediação de visitas ao Poço Escuro; eco-exposição; distribuição de cartilhas e revistas, além de apoio e parcerias a projetos que visam o desenvolvimento da educação ambiental, tais como projetos acadêmicos, ações da polícia federal e ao projeto Eco Teens e Eco Kids, do Ministério público [...] (VITÓRIA DA CONQUISTA, 2020, p. 103-104)

Entre as ações previstas, constam como executadas no Relatório de gestão 2017-2020 supramencionado, apresentações do Teatro de fantoches em escolas das redes pública e privada do município, o financiamento de edições do projeto Eco kids e Eco Teens e, ainda, acompanhamento a visitas realizadas na Reserva do Poço Escuro que integra o Parque Municipal da Serra do Piripiri. Houve o registro de realização de uma pesquisa de campo em nível de mestrado e de atendimentos a pesquisadores de instituições de ensino de nível técnico e superior – presenciais e remotos (telefone e e-mail). (VITÓRIA DA CONQUISTA, 2020)

Considerando os dados obtidos por meio da aplicação de questionário eletrônico junto à população, ao solicitar marcação em alternativa que tratava da visita guiada à UC, estas se concentraram à Reserva do Poço Escuro (55% dos visitantes), sendo que, foi também nesta área que o monitoramento das visitas por parte de um educador ambiental teve maior apontamento, conforme ilustra a gráfico 10 abaixo. Importa dizer que, durante as observações de campo realizadas em acompanhamento de visitas ocorridas no Poço Escuro, foi identificado ser este local uma espécie de “porta de entrada”, com importante papel na sensibilização ambiental de seus visitantes:

Gráfico 10 – Visitas realizadas no PMSP com monitoramento do Educador ambiental

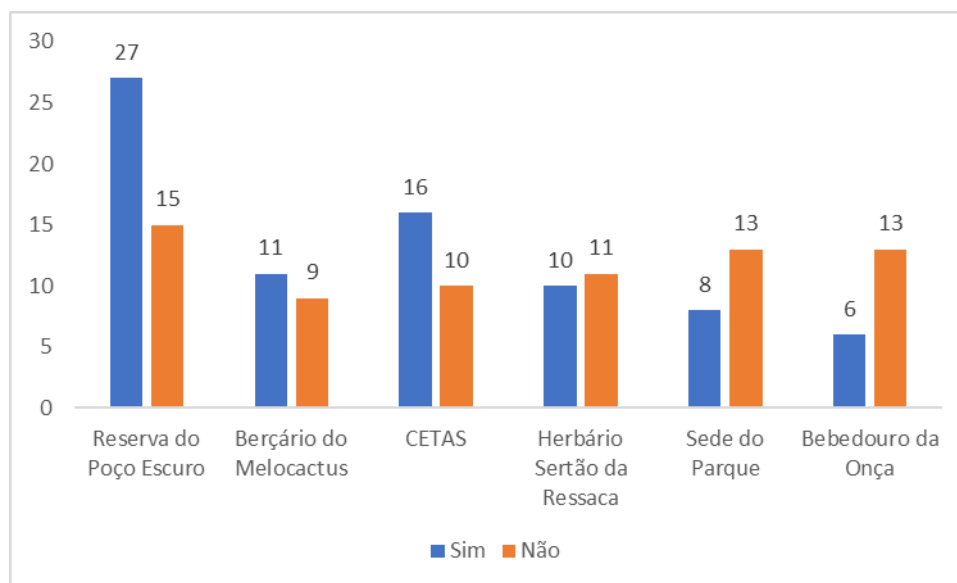


Fonte: Questionário eletrônico dirigido aos visitantes, usuários e pesquisadores, 2021.

Elaborado pela autora, 2021.

Nas demais áreas, o guia da visita foi outro servidor, conforme é possível observar na gráfico 11 a seguir:

Gráfico 11 – Visitas sem monitoramento do Educador Ambiental



Fonte: Questionário eletrônico dirigido aos visitantes, usuários e pesquisadores, 2021.

Elaborado pela autora, 2021.

Importante lembrar que as visitas guiadas são espaços educadores não formais, de grande importância para sensibilização ambiental. A presença do educador Ambiental monitorando as visitas, não só dá cumprimento ao quanto estabelecido no Programa de Educação Ambiental constante do Plano de Manejo da UC, como permite que a visita se estenda para além de um momento de lazer em contato com a natureza, muito embora a inexistência de Planos ou Roteiros que fundamentem a abordagem educativa realizada junto aos visitantes dificulta a mensuração da efetividade e o monitoramento da qualidade – e ou do alcance de metas concernentes ao Programa de Educação Ambiental.

Em síntese, a Gestão ambiental proposta para a Unidade de Conservação Parque Municipal da Serra do Piripiri, considerando o Plano de Manejo e as ações das políticas públicas municipais, tendo em vista a execução orçamentária e as práticas identificadas pouco ou em nada se conciliam, sendo que a ausência de clareza sobre metas e indicadores se apresenta como um complicador em face do planejamento e da gestão. (AGUIAR, 2016; AGRA FILHO, 2014)

Isto posto, depreende-se que há um hiato entre a proposição e a execução da gestão da UC em comento, fazendo urgente e imprescindível o direcionamento de esforços conjugados visando alcançar os objetivos pelos quais a UC foi criada, sob o risco de serem perdidas suas funções e a própria razão de ser da proteção almejada.

5.4 A PERCEPÇÃO DO GESTOR E DOS USUÁRIOS DO PARQUE DO PIRIPIRI A RESPEITO DOS OBJETIVOS PROPOSTOS NA CRIAÇÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO E AS AÇÕES IMPLEMENTADAS

Tendo em vista os objetivos de criação do Parque Municipal da Serra do Piripiri – PMSP e a necessária análise do seu alcance, foram aplicados dois tipos de questionários: Um dirigido ao gestor do Parque (Secretaria Municipal do Meio Ambiente/Coordenação Geral) e outro dirigido à comunidade, dos quais foi possível identificar a percepção do gestor e dos usuários quanto a estes e às ações implementadas.

De início, importa dizer que o PMSP não dispõe de chefia designada formalmente, sendo as atividades operacionalizadas pelo gabinete da Secretária, com apoio da Coordenação geral. Assim, a designação de Chefe do Parque, conforme disposto no Programa de Administração do Plano de Manejo do PMSP não foi cumprida.

Dividido em 8 blocos – Perfil; pressões e ameaças; contexto; efetividade da gestão; insumos; processos; resultados e sistema de UC – o questionário aplicado ao gestor possibilitou uma análise dos principais aspectos do PMSP e de sua gestão, conforme se segue:

O Parque foi criado em 1996, mas o seu estabelecimento enquanto Unidade de Conservação Municipal se deu em 2007. O Plano de Manejo foi publicado em 2019. A área do PMSP informada é de 1.095 ha. A respondente foi a Coordenadora geral da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, que é o órgão responsável pela gestão do Parque e as respostas coletadas em julho/2021.

Verifica-se, de início que há um lapso temporal entre a criação do Parque e o seu estabelecimento e, observando-se o arcabouço legal que culminou na sua criação, uma diferenciação entre a sua área: A Serra do Piripiri foi declarada protegida numa área de 500ha (5km) por meio do Decreto municipal 8.595/96, a qual foi ampliada para 1000ha (10km²) por meio do Decreto municipal nº. 9.326/98 e no ano 1999, por meio do Decreto Municipal nº 9.480/99 restou protegido além da Serra, o seu entorno, na porção mais ao norte do município abrangendo cerca de 1300ha, categorizada como Área de Preservação Ambiental (APA). O estabelecimento da Unidade de Conservação se deu no ano 2007, por meio da Lei Municipal nº 1.410/2007, mas este dispositivo não aponta a sua extensão. A área do Parque está definida no seu Plano de Manejo, como sendo de 1.095 ha. Com o objetivo de identificar a área real do PMSP, foram observadas as coordenadas apontadas no Decreto Municipal nº 9.480/99 e

confirmada a extensão de 1.095ha por meio da poligonal gerada já apresentada na figura 6 no item 5.1.

Evocando o Decreto municipal nº 8.595/96 de criação do PMSP, o gestor do parque respondeu ao questionário informando que tem-se como objetivo de criação do Parque: “[...] proteger a vegetação nativa, fauna, as nascentes e a conformação topográfica do topo e encostas da serra do Periperi, recuperar as áreas degradadas, controlar os processos erosivos e ordenar o uso e ocupação do solo urbano [...]” (Vitória da Conquista, 1996) e complementou sua percepção informando: “[...] Infelizmente, parece que os objetivos da UC além de não serem claros, também não são bem compreendidos por todos [...]”. (Questionário RAPPAM, 2021)

Foram elencadas pela respondente pressões e ameaças sofridas pela Unidade de Conservação, com destaque às pressões que, parametrizadas conforme orientações de análise do questionário RAPPAM, foram assim ranqueadas:

- 1º Expansão urbana;
- 2º Conversão do uso do solo/Espécies exóticas/Incêndios de origem antrópica;
- 3º Disposição de resíduos;
- 4º Construção de infraestrutura;
- 5º Extração de madeira;
- 6º Mineração/Coleta de produtos não madeireiros e Caça;
- 7º Turismo/Recreação.

Os impactos Expansão urbana, Conversão do uso do solo, Espécies exóticas e Incêndios de origem antrópica são ao mesmo tempo, pressões e ameaças, o que aumenta a vulnerabilidade do Parque.

No que se refere à análise das questões 3 a 19, concernente aos módulos Contexto, Insumos, Processos, Resultados e Sistema de Unidade de Conservação, as respostas do Órgão gestor indicaram:

- a) Contexto:
 - a. importância biológica = 46% (Média)
 - b. importância socioeconômica = 56% (Média)
 - c. vulnerabilidade = 73,33% (Alta);
- c) Efetividade da gestão:
 - a. objetivos = 72% (Alta)

- b. amparo legal = 40% (Média)
- c. desenho e planejamento da área = 50% (Média)
- d) Insumos:
 - a. recursos humanos = 4% (Baixa)
 - b. comunicação e informação = 3,33% (Baixa)
 - c. infraestrutura = 4% (Baixa)
 - d. recursos financeiros = 3,33% (Baixa)
- e) Processos:
 - a. planejamento da gestão = 24% (Baixa)
 - b. processo de tomada de decisão = 36% (Baixa)
 - c. pesquisa, avaliação e monitoramento = 3,33% (Baixa)
- f) Resultados: 6% = (Baixa)
- g) Sistema de unidades de conservação: 3% (Baixa)
 - a. desenho do sistema de unidades de conservação = 1,42% (Baixa)
 - b. políticas de unidades de conservação = 1,42% (Baixa)
 - c. ambiente político = 2% (Baixa)

É preocupante o desempenho da gestão da UC quando observados os baixos percentuais de efetividade atribuídos aos Insumos, Processos e, especialmente ao Sistema de unidades de conservação, vez que, é neste último que se encontram os temas norteadores da governança, decisivos para o alcance dos objetivos de criação da UC. A alta vulnerabilidade do Parque reitera a importância da realização de pesquisas e a urgência na mudança dos paradigmas estabelecidos frente à sua gestão. Os achados aqui confirmam os resultados da análise do planejamento orçamentário e de execução financeira constantes do tópico 5.3 no que se refere ao grau de prioridade atribuído ao parque.

Merece atenção a observação apresentada na resposta ao item 6 (Objetivos) do questionário quanto à efetividade da gestão quando relacionados com a elaboração do Plano de Manejo e o amparo legal da Unidade, ao identificarmos que os objetivos estão presentes na lei de criação e no plano de manejo, mas o plano não contou com participação social na sua elaboração e, que, para atender ao amparo legal, itens importantes como “c) a demarcação de fronteiras é adequado para o conhecimento dos limites da unidade; d) os recursos humanos e financeiros são adequados para realizar as ações críticas à implementação da lei e e) os conflitos com a comunidade local são resolvidos de forma justa e efetiva”, receberam resposta

negativa (itens “c” e “d”) e não foi respondido por ausência de conhecimento por parte do respondente o item “e”.

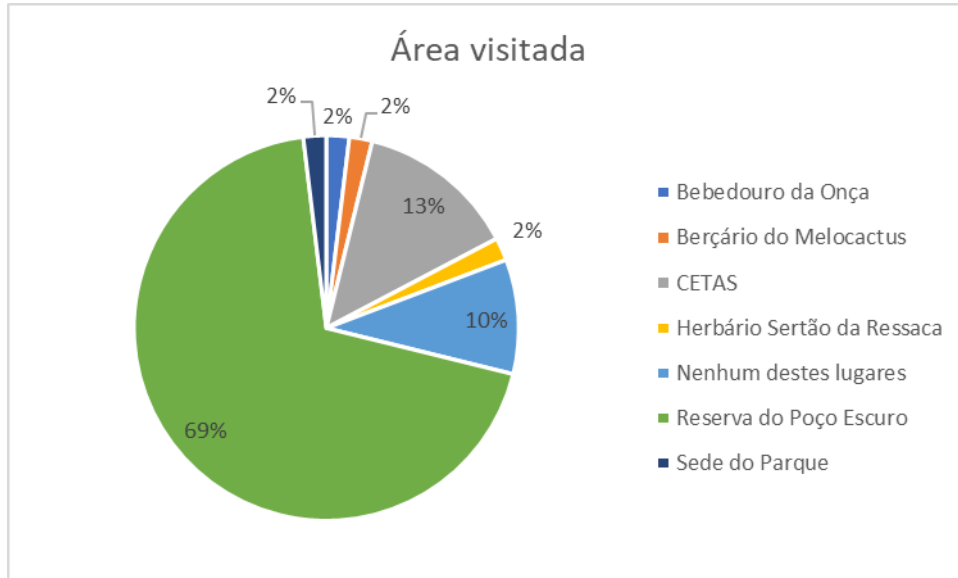
Para conhecer as perspectivas dos usuários e visitantes do Parque Municipal da Serra do Piripiri frente à Unidade de Conservação, foi aplicado um questionário eletrônico por meio da ferramenta eletrônica google forms (Anexo B) e, avaliando as 52 respostas retornadas, obteve-se o seguinte perfil:

No que se refere à idade daqueles que visitam o PMSP, 55,8% dos respondentes estavam na faixa etária dos 21 aos 49 anos e 40,4% na faixa dos 55 aos 65 anos. Quanto ao sexo, a maioria absoluta dos visitantes é formada por mulheres (73%). A escolaridade foi outro fator investigado, onde os respondentes informaram ter o nível de especialização em 30,8% dos casos, sendo ainda, 19,2% de mestres e 11,5% com o segundo grau. Outros 11,5% declararam ter o curso superior incompleto.

Analisando o local de moradia, 96% residem em Vitória da Conquista, distribuídos nos bairros Candeias (20%), Boa Vista (16%), Alto Maron (14%), Centro (10%), Zabelê (10%) e no Bairro Brasil (8%). Foram citados, ainda, Felícia, Guarani, Cruzeiro, Ibirapuera Primavera e São Pedro, alcançando menos de 2% cada. Aqui é importante observar que o maior percentual de visitantes do Parque reside em bairros distantes do mesmo (Candeias e Boa Vista), os bairros Cruzeiro e Guarani (vizinhos ao Poço Escuro, que é a principal entrada do PMSP) apresentam percentuais da ordem de 2% e Nossa Senhora Aparecida e Zabelê, sequer aparecem nas respostas, o que leva a inferir que os moradores do entorno não visitam o Parque, podendo ser este um reflexo da percepção destes quanto à sua importância e ou relevância, ou ainda, uma reverberação frente à ausência de infraestrutura básica nestes, conforme observado por Ferreira e Nóbrega (2022) e ilustrado na figura 11, o que merece um olhar cuidadoso por parte do Módulo de Educação Ambiental da SEMMA para sua reversão.

No que tange aos lugares do PMSP visitados pelos respondentes, 69% informaram ter visitado a Reserva do Poço Escuro, enquanto que 13% visitaram o CETAS. Os demais lugares – Bebedouro da Onça, Sede do Parque, Berçário do Melocactus e Herbário Sertão da Ressaca, foram apontados por 1,9% das pessoas, conforme gráfico 11 abaixo. O que implica dizer que a porção mais vulnerável à urbanização – a Reserva do Poço Escuro é a mais visitada e, por conseguinte, a que mais está sujeita aos riscos e impactos oriundos da ação humana.

Gráfico 12 – Área do PMSP visitada

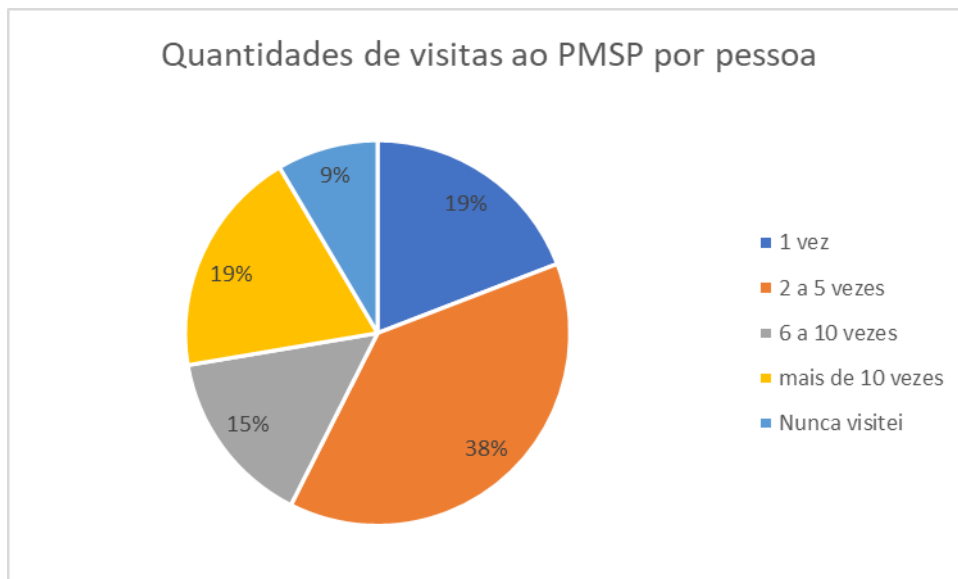


Fonte: Questionário eletrônico dirigido aos visitantes, usuários e pesquisadores, 2021.

Elaborado pela autora, 2021.

Foi observado, também, que 19,1% dos respondentes visitaram o PMSP uma única vez e o mesmo percentual realizou a visita por mais de 10 vezes. A maior parte, 38,3% visitou o lugar de 2 a 5 vezes e 14,9% realizou de 6 a 10 visitas, conforme apresentado no gráfico 13, o que confirma o potencial turístico e de lazer da UC:

Gráfico 13 – Quantidades de visitas ao PMSP



Fonte: Questionário eletrônico dirigido aos visitantes, usuários e pesquisadores, 2021.

Elaborado pela autora, 2021.

Embora haja normatização expressa por parte do órgão gestor, tanto no Plano de Manejo quanto nas orientações formuladas aos visitantes no momento do agendamento, quanto à necessidade de escolta por parte da polícia militar, 57% dos respondentes realizaram a visita sem este serviço, apenas 14,9% declararam terem sido acompanhados pela polícia durante a visita.

Nos achados, há um reflexo do entendimento comum aos respondentes de que a área em comento – O PMSP – é “um local perigoso”, bem como do reconhecimento do poder público local das limitações de suas ações no que tange à segurança pública. Com os dizeres de Frizzo e Carvalho (2018), bem como Ferreira e Nóbrega (2022) e apoiando-se nas considerações de Sirkis (2005) e da ONU Habitat (2019), vê-se a urgente necessidade de revisão e reformulação de programas e projetos relacionados à gestão do PMSP, especialmente naquilo que alcance a educação ambiental e as relações da comunidade com o parque, vez que no que tange à percepção ambiental, conforme Krzysczak (2016), observa-se nas respostas formuladas pelos usuários que o PMSP é percebido como: Recurso, Problema, Biosfera e Projeto Comunitário.

Para os usuários os objetivos vão desde a proteção ambiental até a condição de ser “uma das poucas opções de lazer da cidade”, conforme o DSC formulado:

“As reservas precisam ser preservadas por causa da fauna e da flora e por uma questão de história, biologia, ecologia e cultura para a cidade. É uma área verde entre bairros e nascente de rio e uma das poucas opções de lazer da cidade para nós e nossa família”. (Questionário eletrônico dirigido aos visitantes, usuários e pesquisadores, 2021. Elaborado pela autora, 2021.)

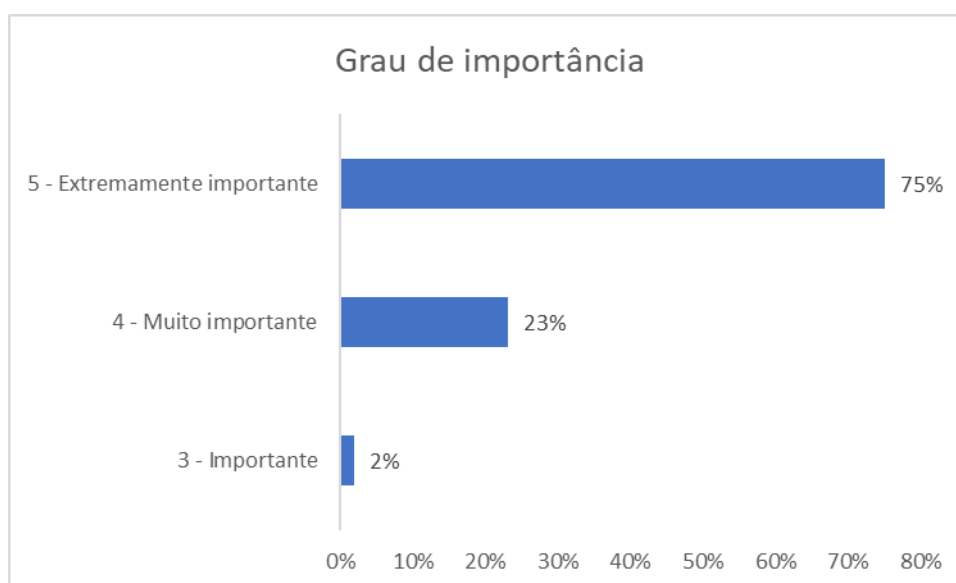
Notadamente, há um distanciamento entre os objetivos da criação do Parque e a percepção do alcance destes por parte do órgão gestor e de seus visitantes, usuários e pesquisadores que formam uma das comunidades que com o PMSP se relacionam.

5.5 A RELAÇÃO ENTRE A CIDADE E O PARQUE MUNICIPAL DA SERRA DO PIRIPIRI

Uma breve caracterização da cidade e do Parque Municipal da Serra do Piripiri foi apresentada no item 5.1, e, considerando a cidade que se relaciona com o Parque é aquela que corresponde às pessoas que residem no entorno da poligonal, aquelas que trabalham, as que visitam e as que usam o Parque sob quaisquer formas (religiosa, cultural, acadêmica, de lazer, entre outros) importante é conhecer o quanto este equipamento público é considerado importante, as motivações e atrações percebidas por seus visitantes, usuários e pesquisadores, para além das notícias veiculadas nos meios de comunicação, as quais trarão informações complementares sobre os modos e maneiras de relação das pessoas com o PMSP.

Nesse sentido, a seguir são apresentados o grau de importância (gráfico 14) atribuído ao Parque, bem como uma síntese das motivações e atrações que levaram as pessoas a visitar o PMSP:

Gráfico 14 – Grau de importância atribuída ao PMSP

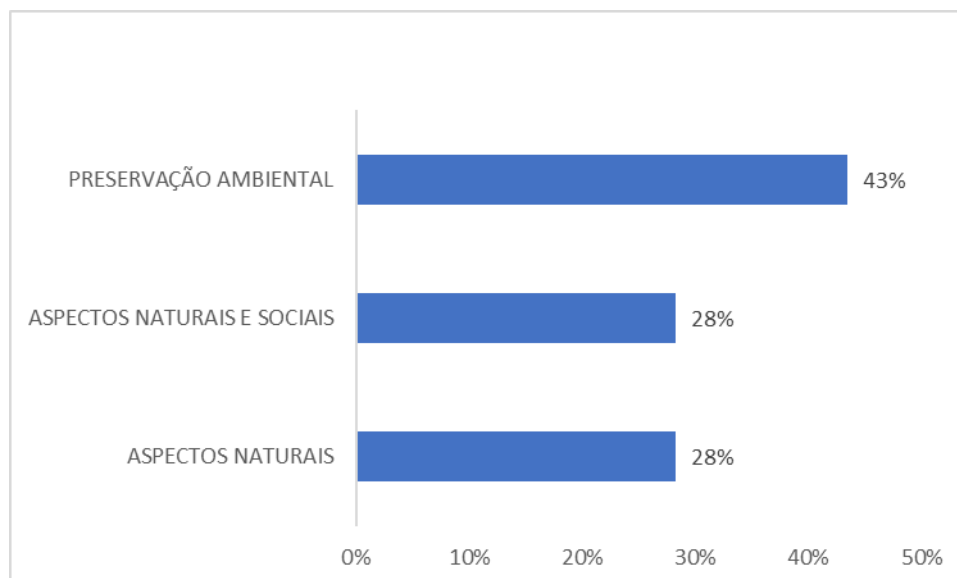


Fonte: Questionário eletrônico dirigido aos visitantes, usuários e pesquisadores, 2021.

Elaborado pela autora, 2021.

Identifica-se no gráfico acima que o PMSP é considerado extremamente importante por 75% de seus visitantes, muito importante por 23% e importante para 2%. Nenhum respondente o considerou pouco ou nada importante. Disso conclui-se que os visitantes reconhecem a UC como importante. A motivação para o reconhecimento da importância do parque foi apresentada, em síntese, no gráfico 15 como sendo:

Gráfico 15 – Motivação para reconhecimento da importância do PMSP



Fonte: Questionário eletrônico dirigido aos visitantes, usuários e pesquisadores, 2021.

Elaborado pela autora, 2021.

Já o que atrai as pessoas pode ser apresentado mediante a técnica do DSC, assim:

Tudo que existe no Parque é de extrema importância para a vida e o estudo. O Poço Escuro, a mata fechada, toda a natureza, sua beleza na flora e preservação da área. A vegetação da mata de Cipó, a visão do Planalto, as nascentes, o rio Verruga, a ideia de preservação, o silêncio da mata e a história que pode ser contada no contato com a natureza. (Questionário eletrônico dirigido aos visitantes, usuários e pesquisadores, 2021)

Os fatores apontados como motivadores das visitas foram predominantemente os naturais (77%), seguidos dos culturais (19,2%) e, por fim, os fatores históricos (3,8%), corroborando com o imaginário coletivo em que “meio ambiente é a natureza” e do qual o ser humano estaria à parte. Tais prerrogativas sustentam comportamentos predatórios, nos quais as pessoas estariam dissociadas e, conforme apontado por Leff (2016), distanciadas do meio ambiente, o que impõe ao órgão responsável pela Educação Ambiental na UC um maior esforço no sentido de direcionar mais investimentos na infraestrutura (materiais, equipamentos, pessoas, espaços adequados, entre outros) à realização das atividades educativas.

Considerando que alguns respondentes informaram não ter visitado o Parque, lhes foi questionada a razão, o impedimento à visita e, usando o DSC, tem-se 5 (cinco) blocos de respostas:

1. O que me impede é o medo. Ali não é seguro. Além das ocorrências policiais, a sensação de insegurança é grande. Tenho medo de assalto, até o

Guia falou do perigo, que é real, tanto que a gente só pode ir com escolta policial e isso dá muito medo.

2. A acessibilidade é difícil. Não tem linha de ônibus perto, só dá pra ir se tiver um carro. Aquela escada no Poço Escuro dificulta o acesso, não tem rampa. As trilhas não recebem manutenção, fica difícil caminhar.

3. A estrutura está abandonada. Não tem trilhas sinalizadas, lugar pra tomar água, nem banheiro pra gente usar. Não parece um parque, parece um lugar que tem mato e alguns animais, pra quem gostar disso.

4. Não tive oportunidade, na verdade não priorizei isso. Nem sabia que podia ir. Falta divulgação, nem sei o dia que pode ter visita. A visita é só durante a semana e eu trabalho a semana toda. Era bom se fosse aberto sábado e domingo.

5. A burocracia é grande. Precisa mandar ofício pra marcar o dia de ir, chamar a polícia pra ir junto. Nem pode ir no fim de semana, nem feriado. Mesmo marcando não tem um guia pra explicar as coisas, apresentar o Parque, dar uma aula igual os guias turísticos da Chapada, sabe? (Questionário eletrônico dirigido aos visitantes, usuários e pesquisadores, 2021)

Importante dizer que 60% das respostas apresentadas fizeram alusão à falta de segurança do lugar e ao medo da violência. Isso implica na percepção do lugar como “Problema que precisa ser resolvido”, de acordo com Krzyszczak (2016, p. 14).

Por outro lado, entre visitantes e não visitantes, foram elencados problemas identificados por estes em relação ao PMSP, aplicando o DSC foi obtido que:

1. O maior problema é a falta de segurança mesmo, depois dele a sujeira, sabe? Estive lá com estudantes uma vez e correu tudo bem, quando levei o outro grupo, fomos assaltados. A insegurança é grande. Meliantes podem se esconder na mata e cometer crimes.

2. Falta manutenção, não tem sinalização e só tem uma trilha funcionando há muito tempo, as outras foram fechadas. Tem partes de cerca quebrada e muitas áreas quem nem cercadas são, não dá pra saber o que é parque e o que não é.

3. Acho pouco divulgado e muita burocracia pra ir. A burocracia para conseguir organizar uma visita, visto que, além de agendar com a Secretaria de Meio Ambiente, ainda é necessário solicitar a segurança da Polícia Militar.

4. Precisa ter mais cuidado com o parque. O governo e a população. Mais educação e conscientização para os moradores do entorno. Ter infraestrutura pra quem quer visitar, um guia e melhor acesso.

5. Degradação do solo e invasões, casas construídas irregularmente. Desapropriação de terras sem a respectiva indenização aos proprietários. Boa parte da Serra é propriedade particular e a PMVC até hoje não regularizou aquela área. Criou o parque e desde então vem embargando os alvarás.

6. Muito Lixo, falta infraestrutura, não tem trilhas educativas e a visita parece um passeio de lazer mesmo. Fui em uma reserva similar ao Poço Escuro, onde trilhas de madeira elevadas do solo permitia a visitação sem danos. ((Questionário eletrônico dirigido aos visitantes, usuários e pesquisadores, 2021)

As informações acima, corroboram com Henrique (2009, p. 133) que afirma:

O abandono e a falta de manutenção fazem com que estes espaços sejam vistos pelos moradores como sinônimo de lugares perigosos e violentos. A natureza na cidade sem controle e sem manutenção retoma a sua imagem de perigo e o seu aspecto hostil.

Por fim, foram solicitadas observações aos respondentes e estas, agrupadas, são apresentadas no Quadro 8 abaixo:

Quadro 8 – Observações agrupadas por similaridade

1. Melhorar a divulgação da importância da Serra para a comunidade e fazer mais divulgação dos espaços. Eu adoro parques mais como falei aqui não há incentivo e segurança pra vc ir visitar. Necessidade de melhorar a segurança na área e programar visitação. Precisa-se de uma melhor fiscalização e mais segurança. Tornar o parque seguro para os usuários.
2. São necessárias mais pessoas para auxiliar na apresentação do Parque a quem visita, alguém que fale melhor do lugar. O Senhor que acompanhou meu grupo botou muito medo na gente. Gostaria que tivesse projetos para turismo ecológico, assim como no Cristo, que o projeto com música levou as pessoas para conhecerem o lugar.
3. Gostaria de contato com grupos que visitam o parque periodicamente.
4. Sinto tristeza em relação a situação de abandono da área e uma frustração de não poder usufruir da natureza com meus filhos, precisa mais atenção ao entorno do Parque. As invasões continuam gradualmente, tipo formiguinha: uma casa de cada vez e a prefeitura não toma providências em tempo. Tem também a extração de areia e pedra que continuam sem combate. Espero maior atenção por parte do governo e os cuidados necessários com nossas belezas naturais. Nos últimos anos foram reduzidas as ações de educação ambiental nos bairros ao redor do Parque.
5. Precisamos que as autoridades, gestores e ambientalistas se unam e promovam ações que garantam a preservação para as próximas gerações. Temos que por em prática mais projetos ambientais. Desejo que fossem implantadas políticas públicas de preservação e mais visitação ao Parque, com projetos de educação ambiental, atrativos de lazer, para crianças e jovens. É necessário que o poder público assuma maior responsabilidade sobre essa área de preservação da nossa cidade.
6. A nossa cidade precisa urgentemente melhorar a relação com o meio ambiente. Nas épocas de calor é difícil caminhar pela cidade, não tem sombra, o asfalto frita a gente. É preciso arborizar as ruas e criar mais parques para visitação pública, monitorados com câmeras de segurança, além de policiamento ostensivo.
7. Observei que até o momento, a gestão atual que implantou com placa e preservação da mata ciliar do Rio dentro do município, parabéns pelo trabalho.
8. Agradecer pelo trabalho de pesquisa... É um prazer participar de pesquisa Científica... Conheço o Mestrado, a IES Tenho muito gosto pela pesquisa... Tenho Formação nesta área... Mestrado e Doutorado na UESC. Parabéns pela pesquisa. Muito obrigada pela oportunidade de poder contribuir com esse questionário. Desejo que a sua pesquisa dê excelentes frutos.

Fonte: Questionário eletrônico dirigido aos visitantes, usuários e pesquisadores, 2021.

Organizado pela autora, 2021.

Numa busca nos documentos públicos – relatórios e notícias veiculadas no sítio eletrônico da Prefeitura municipal, bem como notícias apresentadas na mídia eletrônica, sobressaem os conflitos de interesses, quais sejam a proteção ambiental propaganda pelo poder público aqui representado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista e o interesse sobre o uso e a ocupação do solo para fins imobiliários (instalação de moradias) e da agricultura (irrigação e ocupação por lavouras e criação de animais).

Foi encontrado, ainda, um Termo de ajustamento de conduta oriundo do Inquerito civil nº 124/14-IMP SIMP 644.0.0181990/2014, fixando prazos para elaboração e publicação do Plano de Manejo do PMSP e de outras duas unidades de conservação da cidade, bem como o Procedimento Administrativo nº 05/17 IDEA nº 644.9.209114/2017, que pôs fim ao Inquérito civil pré citado e elencou obrigações diretamente relacionadas com a gestão. O acordo firmado foi reajustado quanto as obrigações, que passaram a ser estabelecidas da seguinte forma:

[...] 1) Inclusão nas leis orçamentárias municipais, desde o Plano Plurianual com vigência a partir de 2018, as dotações necessárias para as ações de planejamento, preventivas, fiscalizatórias, repressivas e recuperatórias, previstas neste ajuste, bem como as que se fizerem necessárias para seu cumprimento, em valor mínimo de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), valor que poderá ser revisto em aditivo, após o encaminhamento do Plano Plurianual da corrente gestão à aprovação do Poder Legislativo.

Prazo: trinta dias para demonstração em juízo, a partir do limite de publicação de cada uma das leis orçamentárias (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual).

2) Apresentação do polígono georreferenciado em juízo, com planificação ou marcação das áreas degradadas, localização de pontos para colocação dos piquetes ou marcos de concreto e foto aérea datada, de modo que sirva como fixação do marco zero ou situação atual do início da composição.

Prazo: sessenta dias, para apresentação do polígono georreferenciado e de oito meses para cumprimento integral da cláusula, salvo apresentação de justificativa por parte do município, com pedido de revisão e aditivo.

3) Cercamento ou demarcação da área total de Parque, mediante cravação de piquetes de madeira ou marcos de concreto, com distância máxima de 2 (dois) metros entre cada marco, salvo os estudos topográficos recomendarem outro distanciamento, a ser iniciada nas áreas invadidas ou desocupadas pela Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista no ano de 2017 e mais propensas a invasões, assim entendidas a Região da Batalha, próxima ao Projeto Casulo, bairro Cidade Maravilhosa e Alto do Cruzeiro.

Prazos: um ano e dois meses para cercamento das áreas invadidas e dois anos e oito meses para demarcação total da área, com substituição de trechos de cerca danificados ou violados, a cada semestre, de forma contínua.

4) Retirada de descarte de resíduos sólidos e de construção civil do Parque Municipal da Serra do Periperi, com sua destinação adequada, com observância do Plano Municipal de Saneamento Básico, do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos de Construção civil e Resolução nº 307 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), entre outros regramentos aplicáveis.

Prazo: seis meses.

5) Elaboração e apresentação em juízo do projeto de recuperação ambiental (PRAD) do Parque Municipal Serra do Periperi e Plano de Manejo deste.

Prazo: oito meses.

6) Apresentação em juízo da nomeação e posse do Conselho Gestor do Parque Municipal Serra do Periperi, em ato administrativo devidamente publicado.

Prazo: onze meses

7) Execução do Plano de Recuperação Ambiental (PRAD), no que tange à revegetação.

Prazo: de acordo com prazos previstos no plano (PRAD) e na legislação ambiental, desde que não superiores a cinco anos para revegetação de áreas comuns, com diferenciação para áreas de preservação permanente, que observarão o prazo da legislação ambiental.

8) Divulgação da decisão judicial obtida na presente ação civil pública, indicando a homologação judicial ao acordo, diante do acolhimento das evidências da ilegalidade e endosso, pelo Poder Judiciário da Bahia, das providências para desocupação e recuperação ambiental do parque Municipal Serra do Periperi, mediante inserção de matéria específica e nota permanente no rodapé do sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, sem prejuízo de encaminhamento de release para veiculação em rádios locais ou regionais e canais de televisão, que poderão divulgar ou não a seu critério.

Prazo: trinta dias.

9) Realização de campanha anual, com veiculação durante um mês, sobre a existência da Unidade de Conservação Municipal enfocada e sua importância ambiental, turística e histórica e das consequências criminais para danos nela praticados, composta por inserção permanente (durante o prazo previsto) na página principal do site da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista e veiculações em rádios locais ou regionais e em canais de televisão, destacando a participação do Poder Judiciário e do Ministério Público da Bahia na proteção ao bem ambiental, mediante homologação judicial do acordo obtido em ação civil pública.

Prazo: renovação a cada ano, com início dentro de sessenta dias, em relação ao site, sendo que as veiculações em rádio e canais de televisão serão contadas a partir da contratação mediante processo licitatório adequado.

10) continuidade do programa de educação ambiental sobre o Parque Municipal da Serra do Periperi, a partir do módulo de Educação Ambiental formal e informal para integração da população da zona de amortecimento quanto à sua conservação e manutenção.

Prazo: contínuo e permanente.

11) Fiscalização e coibição de queimadas e depósitos de resíduos sólidos e de construção civil no Parque, com utilização de medidas sancionatórias cabíveis contra os infratores, tanto na esfera cível como criminal.

Prazo: início imediato e de caráter permanente.

12) Não concessão de alvará de construção, habite-se ou qualquer espécie de licença, em caráter precário ou definitivo, para edificações dentro do poligonal da Unidade de Concentração, com recomendação expressa dessa proibição aos setores municipais competentes, especialmente Secretaria de Infraestrutura, cumulada com determinação de obrigatoriedade de comunicação interna à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de qualquer requerimento protocolado nesse sentido, para que este adote as providências adequadas contra os infratores, tanto na esfera cível como criminal.

Prazo: trinta dias para juntada aos autos do ato administrativo recomendatório.

13) Encaminhamento de recomendação às concessionárias, conveniadas e contratadas de serviços públicos de água, esgoto e energia elétrica, com o mapa georreferenciado do poligonal do Parque Municipal Serra do Periperi, para que não procedam à ligação de tais serviços para requerentes com locação espacial, a qualquer título, dentro da Unidade de Conservação referida, sob pena de responsabilidade solidária pelo crime do artigo 40 da Lei nº 9.605/98, sendo que em relação as ligações antigas haverá cláusula aditiva a este acordo.

Prazo: trinta dias para juntada aos autos do ato administrativo recomendatório.

14) Encaminhamento às Polícias Civil e Militar com atuação no Município de Vitória da Conquista do mapa georreferenciado da poligonal do Parque Municipal Serra do Periperi, contendo as divisões de atuação por comando policial (zona urbana ou zona rural, zona Oeste ou Leste), para ciência e adoção das providências cabíveis frente a ocupações indevidas que caracterizem o crime do artigo 40 da Lei nº 9.605/98, observando os delinemeamentos obtidos em agenda traçada em comum entre as forças policiais, Ministério Público e a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, na audiência extrajudicial de 31 de março de 2017, em anexo, que fixa sendo parte integrante deste acordo.

Prazo: trinta dias para juntada aos autos da comprovação do encaminhamento.

15) Realização do procedimento detalhado neste item em relação às ocupações, construções e edificações recentes, assim entendidas com menos de ano e dia, sem prejuízo das demais ações previstas na audiência extrajudicial de 31 de março de 2017, em anexo, que fica sendo parte integrante deste acordo.

Prazo: seis meses para conclusão de todo o procedimento, ressalvado o bairro Nova Cidade¹, onde poderá ser prorrogado com justificativa apresentada ao Ministério Público Estadual.

15.1) Realização dos protocolos para desocupação da área de forma voluntária e para atribuição do custo da remoção dos entulhos, este se previsto na legislação municipal, com avaliação da necessidade ou

¹ Aqui o documento original expressa bairro para o que está registrado oficialmente como Loteamento. Nota da autora.

conveniência de solicitação da nomeação e acompanhamento por Ofício de Justiça ao Poder Judiciário, sem prejuízo da comunicação ao Ministério Público Estadual e demais órgãos ambientais e policiais fiscalizadores e repressivos;

15.2) Análise da possibilidade de realocação dos ocupantes para áreas regulares dentro do perímetro urbano da sede do Município, se atenderem ao perfil para benefícios sociais e se não forem reincidentes em ocupações;

15.3) Remoção e Demolição de todas as edificações, cercas e qualquer outra intervenção artificial não autorizada pelo Poder Público Municipal efetuada dentro da área do Parque Municipal em menos de ano e dia, que poderá ser acompanhada por oficial de justiça nomeado pelo Poder Judiciário, por solicitação do Município de Vitória da Conquista, em havendo necessidade ou conveniência.

Prazo: observância do prazo assinalado nas notificações de desocupação, não superior a dois meses.

15.4) remoção dos entulhos e seu encaminhamento a aterros licenciados, com avaliação da cobrança administrativa e/ou judicial desse custo, bem como da recuperação ambiental ocupantes.

16) Realização do procedimento detalhado neste item em relação às ocupações, construções e edificações de mais de ano e dia, sem prejuízo das demais ações previstas na audiência extrajudicial de 31 de março de 2017, em anexo, que fica sendo parte integrante deste acordo.

Prazo: seis meses para conclusão de todo o procedimento.

16.1) mapeamento das habitações construídas dentro da unidade de conservação, com cadastramento das famílias residentes;

16.2) realização dos protocolos para desocupação da área de forma voluntária, com estipulação de prazo e atribuição dos custos da remoção dos entulhos, estes se previstos na legislação municipal, analisando a possibilidade de sua realocação em áreas regulares dentro do perímetro urbano da sede do Município, se atenderem ao perfil para benefícios sociais e não forem reincidentes na ocupação;

16.3) Apresentação ao Ministério Público da Bahia da identificação de todos os equipamentos públicos situados na poligonal do Parque Municipal Serra do Periperi e de seus responsáveis, acompanhados da valoração do dano e das medidas compensatórias e/ou indenizatórias para a degradação operada pela sua construção, com análise do cabimento de acionamento administrativo ou judicial a ser buscado pelo município de Vitória da Conquista.

16.4) Desocupação e demolição de todas as construções sem finalidade ambiental, ressaltando-se a permanência dos equipamentos públicos municipais, como Cristo e Cetas, e estaduais/federais, como anel viário, para os quais serão adotadas medidas acertadas em aditivo a este ajuste, a partir do levantamento e análise da regularidade das construções.

17) Recuperação da área degradada por força das habitações demolidas, referidas nos itens 15 e 16, no prazo de recuperação previsto no PRAD, integrante do plano de manejo, conforme itens 4 e 7 deste acordo.

18) Adoção da operacionalização continuada dos procedimentos enumerados nos itens 15 e 17, a cada semestre, com fiscalização constante do Parque Municipal Serra do Periperi.

19) Elaboração e implantação do sistema de drenagem de águas pluviais em toda a cidade.

Prazo: serão observados os prazos do Plano de Saneamento Básico, a ser publicado no prazo de um ano, sendo que a implantação da drenagem nos bairros Guarani e Petrópolis, local da situação do Poço Escuro, na Serra do Periperi será considerada prioritária e não poderá ser superior a dois anos, salvo previsão diversa no próprio planejamento técnico.

20) Comprovação anual do cumprimento do ajuste, mediante encaminhamento ao Autor e juntada aos autos de relatório detalhado, durante três anos, com registro fotográfico da(s) área(s) contempladas pela ação, conforme item cumprido, com suas coordenadas geográficas, contratos de serviços e obras e suas liquidações, autos de infração lavrados, sem prejuízo de outros meios de prova aptos à demonstração do atendimento às obrigações de fazer. [...] (MPBA, 2019)

Importa dizer que, das 20 obrigações estabelecidas, 4 (quatro) foram cumpridas em sua totalidade e 2 (duas) cumpridas parcialmente, sendo elas:

- ✓ As de número 2 (apresentação do polígono georreferenciado em juízo...) e de número 3 (cercamento ou demarcação da área total do Parque mediante cravação de piquetes...) foram cumpridas, ainda que parcialmente, vez que o PMSP ainda não foi cercado, mas os piquetes foram fixados, embora não tenham sido encontrados registros de que a substituição dos marcos danificados ocorra semestralmente;
- ✓ A obrigação nº 4 (retirada de descarte de resíduos sólidos e de construção civil) é cumprida mediante identificação de pontos de descarte de resíduos e de incursões fiscais, sendo as últimas decorrentes de denúncias.
- ✓ A obrigação de nº 12 ficou a cargo das secretarias municipais de serviços públicos e de infraestrutura, em razão dos serviços de expedição de alvará de construção, habite-se e diversas licenças estarem a cargo daqueles órgãos.
- ✓ As obrigações nº 13 e 14 foram cumpridas e a nº 15 tem seu cumprimento parcial mediante ocorrências, diante de ações pontuais executadas em conjunto, conforme o caso, envolvendo as secretarias municipais de desenvolvimento social e ou de serviços públicos;
- ✓ A obrigação nº 16 foi executada pela Secretaria de infraestrutura no que se refere ao levantamento das habitações construídas dentro da unidade de

conservação e apresentação ao ministério público da Bahia da identificação de todos os equipamentos públicos situados na poligonal do Parque.

As demais obrigações não foram cumpridas, sendo que duas delas merecem destaque por estarem diretamente relacionadas ao cumprimento dos objetivos de criação da UC e à efetividade de sua gestão: 1) a constituição de um Conselho Consultivo do Parque Municipal da Serra do Piripiri e 2) a elaboração e execução de um Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD.

Considerando as relações e percepções de usuários e gestores do PMSP foi possível elaborar uma matriz SWOT (FOFA) que poderá vir a ser utilizada na formulação de planos de ação por parte do executivo municipal na implementação do Plano de manejo e execução de seus programas, apresentada no quadro 9 abaixo:

Quadro 9 – Matriz SWOT

<p>Strengths (Forças)</p> <ol style="list-style-type: none"> Ocorrência de espécies endêmicas de fauna e flora; Presença de Nascentes de rios, áreas de recarga e mananciais; Habitat para espécies vulneráveis (Araquã e Macaco preto do peito amarelo); Sensibilidade dos servidores quanto à importância da UC; Porção oeste da UC com potencial para ampliação em razão da qualidade Ambiental para fins de preservação e instalação de corredor ecológico. 	<p>Weaknesses (Fraquezas)</p> <ol style="list-style-type: none"> Infraestrutura deficiente; Pessoal insuficiente e carente de qualificação/atualização profissional para o desempenho de suas funções; Plano de manejo não executado; Ausência de conselho ou comissão gestora formada por representantes do poder público e da sociedade civil; Ausência de Planejamento estratégico e de suporte operacional para elaboração e execução de planos de ação, de trabalho e de ferramentas para monitorar os indicadores relativos aos Programas e subprogramas de manejo; Ausência do Projeto Político Pedagógico de Educação Ambiental.
<p>Opportunities (Oportunidades)</p> <ol style="list-style-type: none"> Possibilidades de aproximação com a comunidade que visitou e reconhece a UC como extremamente importante; Comunidades tradicionais instaladas nas proximidades e entorno da UC; Potencial científico e ecoturístico; 	<p>Threats (Ameaças)</p> <ol style="list-style-type: none"> Pressão imobiliária; Adensamento populacional crescente nos bairros instalados no entorno da UC; Déficit habitacional, concentração de renda e população crescentes impulsionando ocupações nas áreas verdes;

<p>4. PDDU ainda em construção, não publicado;</p> <p>5. Sensibilidade da população em geral para assuntos de proteção Ambiental.</p>	<p>3. Regularização fundiária pendente;</p> <p>4. Ausência de sinalização e de cercamento delimitando a área;</p> <p>5. Pouca/nenhuma presença das populações do entorno em atividades realizadas na UC;</p> <p>6. Atividades ilícitas de mineração, captação de água, captura de espécies de fauna e coleta de espécies de flora constantes;</p> <p>7. Encolhimento/Diminuição das atividades de Educação Ambiental, fiscalização e manutenção na e da UC.</p>
---	---

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Das forças e oportunidades devem ser formuladas proposições para o fortalecimento da Gestão e melhor operacionalização do PMSP, sendo que a partir das fraquezas e ameaças elencadas puderam ser extraídas recomendações para uma intervenção imediata, com efeitos de curto e médio prazo, elencadas no item Perspectivas e Recomendações, ao final deste trabalho.

5.6 UMA ANÁLISE DAS APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS ENTRE A PROPOSTA DE GESTÃO AMBIENTAL DO PARQUE MUNICIPAL DA SERRA DO PIRIPIRI E O EXECUTADO (POLÍTICAS PÚBLICAS IMPLEMENTADAS)

A proposta de gestão ambiental para o Parque Municipal da Serra do Piripiri na cidade de Vitória da Conquista se concentra no modelo de administração direta, exercido pelo gabinete da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, na pessoa da Secretária Municipal, considerando o Plano plurianual do executivo municipal, quanto aos aspectos administrativos financeiros e o conjunto de diretrizes e metas estabelecidos no Plano de Governo, respaldados pelo Plano de Manejo da Unidade de conservação em estudo.

A literatura que trata da gestão de unidades de conservação, bem como o arcabouço legal que lhe é correlato, são claros em indicar como modelo de gestão a ser aplicado às Unidades de conservação, o modelo participativo, por meio da co-gestão, gestão compartilhada ou simplesmente, gestão participativa, sendo admitida a concessão do gerenciamento por meio de seleção pública de entidades que, no exercício das suas atividades, terão como documento basilar o Plano de Manejo da unidade.

Conflitos ambientais resultantes das relações das pessoas com a UC abrangem as esferas de utilização e ocupação do solo, das atividades permitidas/proibidas e das ações e

usos possíveis ou não de acontecerem na poligonal e no entorno das unidades. Tais conflitos estão relacionados com a perspectivas econômicas, sociais, tecnológicas, ambientais e culturais das comunidades das e nas localidades onde está situada a Unidade de conservação. (SANCHES, 2020); SESTREN-BASTOS, 2017; LEFF, 2009)

Aguiar (2016) diz que o planejamento ambiental é um processo contínuo. Agra Filho (2014) prevê a necessidade do monitoramento e de sistemas de informações que reúnam dados atualizados. Walker (2010 apud LEUZINGER, 2016) destaca o Plano de Manejo como principal instrumento da gestão das Unidades de conservação.

Nesse sentido, o Parque Municipal da Serra do Piripiri foi instituído sem que houvessem audiências ou reuniões com a sociedade em geral para fins de sua criação e, muito embora o Plano de Manejo do Parque tenha sido publicado em 2019 e seja ele o instrumento norteador das gestão e do gerenciamento, o mesmo foi elaborado sem que houvesse a participação das comunidades do entorno e ou demais atores sociais que se relacionassem de alguma maneira com a UC.

Das aproximações do quanto planejado e o efetivamente realizado por meio das políticas públicas municipais, tem-se a implantação de uma brigada de incêndio, a execução de ações de fiscalização ambiental e de atividades de educação ambiental, ainda que de modo parcial. Tendo sido identificados conflitos relacionados com o uso e ocupação do solo (ocupações irregulares), distanciamento dos moradores do entorno (quanto às visitas ao Parque), ocorrência de ilegalidades e crimes ambientais relacionados à retirada de vegetação e recursos minerais, bem como captura de animais silvestres e coleta de espécies endêmicas, conforme pesquisa de campo (questionários e análise de documentos públicos), evidenciam-se os distanciamentos quando analisada a infraestrutura planejada e a existente, especialmente avaliado o quantitativo de pessoal e os equipamentos disponibilizados.

Embora tenha sido instituído, o Conselho Municipal do Meio Ambiente não tem colaborado na gestão da UC e não há Conselho gestor para o parque, que formem uma base colaborativa, conforme preceituam o SNUC (Brasil, 2000) Leuzinger (2016) e Leff (2016), evidenciando um distanciamento.

Lembrando que o Planejamento Ambiental deve seguir o ciclo PDCA (SCHEWART, 1939 apud SOARES, 2019) e, que para planejar se faz necessário selecionar fatores, variáveis e indicadores, considerando objetivos e metas estabelecidas, estão ausentes os planos e projetos anuais específicos, bem como inexistem indicadores setoriais vinculados ao Parque. Um agravante sob o ponto de vista da gestão continuada é a ausência de um projeto político

pedagógico de educação ambiental, além de planos de trabalho claros e objetivos vinculados a cada setor estruturante e a ausência do cargo/função individualizada de gestor do parque.

A Constituição federal traz no Art. 225 a partilha da responsabilidade sob o meio ambiente entre o poder público e a sociedade, sendo esta diretriz repercutida no Código de meio ambiente por meio da Lei municipal nº 1.410/2007 e no Plano de Manejo do Parque Municipal da Serra do Piripiri, no entanto, os meios de partilha desta responsabilidade não estão objetivados na estrutura administrativa do Parque, gerando outro distanciamento. A ausência de cadastro ou sistema de gerenciamento de informações que concentre os dados referentes às entidades que compõem o movimento ambientalista na cidade, incluindo ONGs e Coletivos, reforça tal distanciamento, quando somada a ausência de Conselho gestor ou participação do Conselho de Meio Ambiente conforme já descrito. Destarte haja a prática da administração direta do Parque, dela não estaria excluída a escuta do Conselho de Meio Ambiente, contudo, a não realização de audiências ou reuniões que tenham na pauta o Parque e suas demandas implica no distanciamento.

A execução financeira é apontada como recurso imprescindível à gestão de uma Unidade de Conservação, no que tange ao município de Vitória da Conquista e sua distribuição orçamentária não indicam aplicações diretas no Parque Municipal da Serra do Piripiri e a mensuração dos investimentos ali realizados não pôde ser individualizada pelo setor administrativo financeiro da SEMMA, indicando um novo distanciamento, vez que, o instrumento de gestão indica a necessidade de orçamento próprio para a Unidade.

O objetivo do PMSP, conforme o Decreto de Criação, é proteger a vegetação nativa, fauna, as nascentes e a conformação topográfica do topo e encostas da serra do Periperi, recuperar as áreas degradadas, controlar os processos erosivos e ordenar o uso e ocupação do solo urbano, sendo proibidas quaisquer atividades extrativas, construção e modificação do meio a qualquer título, ressalvadas atividades científicas, educativas ou de lazer, devidamente autorizadas pelo órgão gestor da unidade.

Nessa perspectiva, medidas de recuperação e monitoramento ambiental constantes do Plano de Manejo por meio de programas e ações, foram estabelecidas, no entanto, apenas ações pontuais e descontinuadas foram identificadas ao longo do estudo, sejam elas informações gerais sobre realização de plantios de espécies nativas e de incursões de fiscalização mediante denúncia de potenciais ilícitos ambientais. Dos objetivos específicos do manejo do Parque, destaca-se a provisão da área de “meios necessários e suficientes ao seu bom funcionamento e correto desenvolvimento das atividades”.

O reduzido quadro de pessoal e a ausência de infraestrutura foram apontados como justificativas ao distanciamento do planejado e, a restrição orçamentária e financeira como limitador das ações. A ausência de políticas públicas que melhorariam as condições orçamentárias e financeiras da Secretaria de Meio Ambiente e o não estabelecimento de orçamento próprio para a UC amplia tal distanciamento.

Depreende-se do objetivo da criação do Parque, que a conservação e a preservação requerem a participação da sociedade como fator indispensável e, para tanto, a educação ambiental é indicada como ferramenta e caminho imprescindíveis. No entanto, o quadro de educadores ambientais e a infraestrutura (física e de pessoal) está restrita a duas servidoras que atuam por meio de atividades pontuais, evidenciando outro distanciamento, quão e é reforçado diante da ausência do projeto político pedagógico de Educação Ambiental da UC e de projetos anuais de formação de educadores e de promoção da educação ambiental – em espaços formais e não formais – específicos.

Das 5 ações críticas para o manejo informadas no questionário dirigido ao órgão gestor, quais sejam: 1) Insuficiência de recursos operacionais (pessoal, equipamentos, veículos, entre outros); 2) Presença de atividades incompatíveis; 3) Presença de vias vicinais, estradas, ruas e rodovias; 4) Limites do parque não sinalizados e 5) Ocupações irregulares, nota-se que duas estão relacionadas às restrições financeiras e as demais, relacionam-se a aspectos sociais e de planejamento. As atividades incompatíveis e as ocupações irregulares dizem respeito aos entendimentos sobre a importância, relevância e valor da UC e a presença de vias vicinais se vincula ao planejamento, vez que, tais vias são instaladas e normatizadas pelo poder público.

A ausência de dados e de informações sistematizadas sobre as condições da UC dificultam sobremaneira a identificação da sua real situação para fins de planejamento por parte do órgão gestor, contrariando o pressuposto embasador da criação do Sistema Municipal de Informações Ambientais, disposto no inciso XIV do art. 7º da lei municipal 1.410/2007.

Isto posto, depreende-se que há um hiato entre a proposição e a execução da gestão da UC em comento, nos aspectos quantitativos e qualitativos, fazendo urgente e imprescindível o direcionamento de esforços conjugados visando alcançar os objetivos pelos quais a UC foi criada, sob o risco de serem perdidas suas funções e a própria razão de ser da proteção almejada.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo de gestão ambiental proposto pela Prefeitura de Vitória da Conquista para a UC Parque Municipal da Serra do Piripiri é o da gestão direta, exercida pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente por meio da atuação direta e central daquele que ocupa o cargo e a função de Secretário de Meio Ambiente.

As ações propostas por meio do Plano de Manejo da UC não estão refletidas diretamente no Plano Plurianual do executivo municipal, nem traduzidas em ações implementadas pelas políticas públicas para a gestão Ambiental da UC, considerando os anos 2019 a 2021. A percepção do gestor do Parque Municipal da Serra do Piripiri dá conta do distanciamento entre o planejado e o executado, frente aos objetivos propostos na criação da UC quando observadas as ações implementadas diante das restrições estruturais, sejam elas de ordem orçamentárias e financeiras, como também conjunturais – incluindo a ausência de informações científicas atualizadas e sistematizadas – e de pessoas (quantitativo de servidores, cargos e funções).

Os usuários do Parque percebem a importância e a relevância da Unidade de Conservação, no entanto, são formados em sua maioria por pessoas que não residem nas proximidades da UC e que mantêm relações de visitação para fins, principalmente, de lazer. A relação entre a cidade e o Parque Municipal da Serra do Piripiri traz em seu bojo conflitos históricos, especialmente relacionados à ocupação e ao uso do solo, bem como àqueles que dizem respeito aos recursos existentes na área (vegetação e fauna).

Se, por um lado, há uma preocupação normatizada em recuperar, preservar, conservar e proteger a área estabelecida como Parque Municipal da Serra do Piripiri, os esforços traduzidos em políticas públicas, ações, programas e atividades específicas e objetivas dirigidas à execução do quanto evidenciado no Plano de Manejo da UC, ainda são insuficientes e repercutem nas falas dos visitantes do parque quando manifestam suas observações sobre a UC.

A relação da cidade (instituição) com o Parque, evidencia pressupostos e diretrizes da Política nacional de meio ambiente, mas estas diretrizes não são traduzidas objetivamente nas metas ambientais estabelecidas pelo executivo municipal relacionadas aos anos estudados (2019 e 2021) e, considerando a cidade enquanto resultado das interações sociais que se processam numa localidade, tem-se a valorização da área como patrimônio ambiental natural por parte das pessoas que com ele e nele se relacionam.

As aproximações da gestão Ambiental planejada e a implementação de políticas públicas no PMSP se dá, principalmente, no campo das ideias e no que tange à compreensão do lugar como sendo importante patrimônio natural, que demanda recuperação, preservação, conservação e monitoramento de suas qualidades e características a bem das atuais e futuras gerações.

Os distanciamentos estão refletidos nas ausências estruturais e conjunturais relacionadas ao gerenciamento e operacionalização das atividades necessárias e possíveis ao e no Parque, principalmente no que se refere à infraestrutura e aos recursos demandados para sua preservação, conservação, recuperação e monitoramento, ou seja, àqueles necessários à sua proteção efetiva.

As contradições estão refletidas nas práticas cotidianas. De um lado o discurso e as normatizações de proteção, na contramão, a instalação/manutenção de equipamentos públicos com flagrante conflito de interesses (a exemplo da instalação do anel rodoviário e a manutenção de uma usina de asfalto no interior da poligonal do parque, entre outras), quando observadas as ações do executivo municipal. E, destarte a atribuição de “alta importância” pela comunidade, as práticas irregulares de extração da vegetação, de recursos minerais e de exemplares da fauna e da flora para fins econômicos e culturais por parte da população se perpetuam.

Os desafios residem na conciliação dos interesses econômicos dos atores sociais às necessidades de investimento demandadas para a gestão e o manejo do Parque, não só financeiros e orçamentários, mas políticos e sociais. As atividades ilegais praticadas na UC são de difícil monitoramento pela ausência de equipamentos e impossibilidade de aquisições tecnológicas (Monitoramento remoto por meio de Imagens de satélite e drones; sistematização e cruzamento de dados/informações dos diferentes equipamentos de segurança – polícias administrativa, civil e militar, são alguns exemplos), dadas as restrições orçamentárias, no entanto, as dificuldades encontradas para aplicação da legislação e punição a crimes ambientais se dá pelas restrições de mão de obra, em virtude da ausência de provimento dos cargos e funções em quantidades necessárias ao melhor monitoramento e fiscalização Ambiental.

Os principais conflitos identificados estão intimamente relacionados a conjuntura social, política e econômica, vez que são oriundos de ocupações irregulares promovidas por coletivos e movimentos sociais e de ações individuais para suprimento de necessidades básicas (remoção de lenhas para provimento como fonte de energia ou extração de produtos minerais para uso em pequenas reformas/melhorias em unidades residenciais).

A formação de uma Agenda Ambiental Municipal que leve em conta o fortalecimento do Sistema e a consolidação do quanto existe é um grande desafio, traduzido nas dificuldades existentes para a pauta Ambiental municipal e a implementação de políticas públicas nas áreas de educação, monitoramento e preservação Ambiental, com foco na continuidade das ações realizadas.

Alguns caminhos percorridos foram o da criação dos instrumentos de gestão e o da sensibilização da população para a importância do Parque da Serra do Piripiri, sendo necessário o fortalecimento dos instrumentos e do Sistema outrora criado, bem como a ampliação da sensibilização iniciada, de modo a consolidá-la e fazê-la repercutir em novas atitudes diante da UC, para o qual é imprescindível um programa específico de educação e de promoção da cidadania ambiental.

Em síntese, a Gestão ambiental proposta para a Unidade de Conservação Parque Municipal da Serra do Piripiri, considerando o Plano de Manejo e as ações das políticas públicas municipais, tendo em vista a execução orçamentária e as práticas identificadas pouco ou em nada se conciliam, sendo que a ausência de clareza sobre metas e indicadores se apresenta como um complicador em face do planejamento e da gestão. Ademais, os objetivos de criação do Parque se perdem diante do medo das pessoas em frequentá-lo e ou visitá-lo.

Diante do quanto exposto, a pesquisa em tela oportunizou a compreensão do modelo de gestão aplicado à UC Parque Municipal da Serra do Piripiri como inapropriado vez que, devido aos distanciamentos entre o planejado e o executado, existem riscos de inviabilização dos objetivos de sua criação ao longo do tempo. As recomendações para reversão perpassam pela viabilização da participação social na gestão e no aumento dos recursos necessários à promoção da educação ambiental crítica e emancipatória e qualificação/ampliação das ações de fiscalização e monitoramento.

7 PERSPECTIVAS E RECOMENDAÇÕES

O aprofundamento do estudo das percepções com vistas à formulação de um projeto político pedagógico de educação ambiental específico para a UC é uma demanda que se apresenta a partir dos resultados do estudo em comento, no entanto, sem que haja o estabelecimento de uma agenda ambiental municipal visando o fortalecimento da gestão das UCs instituídas no município os desafios continuarão a interferir nas aproximações e distanciamentos entre o planejado e o executado .

No que tange à gestão do Parque Municipal da Serra do Piripiri, estudos para reformulações orçamentárias e destinações financeiras condizentes com as demandas constantes no Plano de Manejo poderão contribuir para o alcance das metas e objetivos de criação da Unidade de Conservação, devendo estes serem realizados no âmbito da governança municipal com a colaboração de outras instituições e pesquisadores, visando a formulação e execução de um Programa de gestão ambiental municipal mais efetivo.

Os dados e informações aqui reunidos poderão subsidiar a formulação de políticas públicas, traduzidas em programas e ações de fortalecimento e mitigação das fraquezas e ameaças elencadas, servindo de norteadores do planejamento estratégico da gestão do Parque Municipal da Serra do Piripiri, vez que estudos preliminares à implantação da Unidade de Conservação, bem como escutas sociais se mostraram insuficientes ou, simplesmente, não foram empreendidos.

Isto posto, algumas proposições podem ser elencadas para conhecimento e encaminhamento ao órgão gestor do PMSP e que se aplicam às Unidades de Conservação em geral:

- 1) Quanto ao Plano de Manejo: Revisão nos programas e inserção de indicadores qualitativos e quantitativos para monitoramento do alcance de seus objetivos e metas;
- 2) Quanto ao Modelo de Gestão: Adoção de medidas participativas e implantação de ferramentas e instrumentos que aproximem as pessoas do PMSP, principalmente as comunidades do entorno;
- 3) Quanto aos Recursos Humanos: Ampliar o quadro de pessoal, sem perder de vista a qualificação e formação continuadas dos servidores, incluindo implementação de parcerias interinstitucionais com vistas à admissão de pesquisadores, estagiários e voluntários;

- 4) Quanto aos Recursos Financeiros: Implantação da cobrança por serviços destinados a visitantes, à exemplo de bilheteria, camping e trilhas guiadas por profissionais cadastrados, direcionamento de multas por autos de infração expedidos mediante atos infracionários realizados na área do Parque e em seu entorno, sem perder de vista o repasse de recursos do Orçamento Municipal específicos ao PMSP;
- 5) Quanto ao monitoramento: Estabelecimento de indicadores da estrutura, dos instrumentos de gestão, das ações programadas, objetivos e metas estabelecidas por cada programa instituído;
- 6) Quanto ao Planejamento e Administração geral: Monitoramento das espécies ameaçadas de flora e fauna; ampliação da área física do Parque para fins de proteção de áreas ainda não degradadas e ou com menor pressão de ocupações humanas; instituição de Reuniões Estratégicas de Avaliação periódicas (quadrimestrais, por exemplo); implementação de instrumentos e ferramentas de controle interno com base no PPA, na LOA e nos Serviços prestados ao público, com especial atenção aos Relatórios de atividades mensais, semestrais e anuais, nos quais devem constar informações quantitativas e qualitativas padronizadas conforme os indicadores formulados e acompanhados de memorial fotográfico, sempre que possível, bem como na atenção necessária aos dados imprescindíveis à Nota de Empenho, especialmente aqueles relacionados à especificação detalhada da despesa para evitar situações “imensuráveis”;
- 7) Quanto à tecnologia e informação: Adequação da infraestrutura; desenvolvimento e manutenção de sistemas; implementação de Sistema de Informações que reúnam dados de pesquisas, estudos, monitoramentos, fiscalizações, visitas e demais atividades realizadas no PMSP;
- 8) Quanto à Comunicação: Implantação de canais de educomunicação; implementação de publicações periódicas, em meio impresso e digital, à exemplo das já existentes: Cartilha Ambiental, Turma do Saru, Revista do FAM, entre outras;
- 9) Executar ações de gerenciamento de Risco.

Para além destas recomendações, se faz necessário atentar para o cumprimento das obrigações firmadas junto ao MPBA, dando-lhes a devida publicização.

REFERÊNCIAS

AGRA FILHO, Severino Soares. **Planejamento e gestão ambiental no Brasil: os instrumentos da política nacional de meio ambiente**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Eselvier – Campus. 2014.

AGUIAR, Tereza Coni. **Planejamento ambiental: o desafio da interação sociedade natureza**. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2016.

AHSTRAND, Bruce, LAMPEL, Joseph. & MINTZBERG, Henry. **Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico**. Carlos Alberto Vargas Rossi Lene Belon Ribeiro (Tradutor). Ed. 2. Porto Alegre: Bookman.

ALBUQUERQUE, Carolina. SOUSA, Maria Carolina Chaves. OLIVEIRA, Celso Maran. PARTICIPAÇÃO POPULAR E PERVERSÃO DO DIREITO: Estudo das alterações do Conselho Nacional do Meio Ambiente. **FRONTEIRAS: Journal of social, technological and environmental science**. v. 11. jan-abr. 2022. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/100568/1/5860-Texto%20do%20Manuscrito-24381-1-10-20220429.pdf> Acesso em: 02 Set. 2022.

ALIER, Joan Martinez. **El ecologismo de los pobres**. Conflictos ambientales y lenguajes de valoración. 2. ed. Barcelona: Icaria, 2006.

ALVES, José Eustáquio Diniz. Antropoceno: a Era do colapso ambiental. **Ecodebate**. 10/01/2020. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2020/01/10/antropoceno-a-era-do-colapso-ambiental-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/> Acesso em: 8 Set 2021.

AMORIM, Márcia. **Coleta de dados**. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <gerenciadeprojetos.semema@gmail.com> em 14 abr. 2022. 1 mensagem eletrônica.

BAHIA. Secretaria de desenvolvimento urbano – SEDUR. **Regionalização da gestão integrada dos resíduos sólidos do Estado da Bahia. 2014**. Disponível em: <http://www.sedur.ba.gov.br/arquivos/File/DocumentoSinteseEstudoRegionalizacao.pdf> Acesso em: 15 Mar. 2021.

BAHIA. Secretaria Estadual do Meio Ambiente. **Histórico**. Disponível em: <http://www.meioambiente.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=6> Acesso em: 15 Jul. 2021

BAHIA. Secretaria Estadual do Meio Ambiente. **Órgãos colegiados**. Disponível em: <https://www.meioambiente.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=26> Acesso em: 15 Jul. 2021

BAHIA. **Lei nº 7.799 de 07 de fevereiro de 2001.** Dispõe sobre a política estadual de meio ambiente. Disponível em: <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/85693/lei-7799-01> Acesso em: 02 Jul 2021.

BAHIA. **Lei nº 11.050 de 06 de junho de 2008.** Altera a denominação, a finalidade, a estrutura organizacional e de cargos em comissão da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH e das entidades da Administração Indireta a ela vinculadas, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.seia.ba.gov.br/sites/default/files/legislation/Lei11050.pdf> Acesso em: 02 Jul 2021.

BAHIA. **Lei nº 12.056 DE 7 DE JANEIRO DE 2011.** Institui a Política de Educação Ambiental do Estado da Bahia. Disponível em: <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/1026482/lei-12056-11> Acesso em: 02 Jul 2021.

BARBOSA, Lucas Libarino. VEIGA, Artur José Pires. SILVA, Alane Aparecida de Abreu. Variabilidade da temperatura em Vitória da Conquista-BA, de 2016-2017. **Revista da Pós-graduação em Geografia do Centro de Ciências Humanas e Letras da UFPI.** ISSN 2317-3491 V. 8, n. 2. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/equador/article/view/9225> Acesso em: 16 Mai 2020.

BARCELOS, Valdo. **Educação ambiental:** Sobre princípios, metodologias e atitudes. 4ª Ed. Petrópolis, RJ: Bozes, 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Tradução de Luiz Antero Reto e Augusto Pinheiro. Paris: Presses Universitaire de France, 1977. Lisboa: Edições 70, sd. Distribuidor no Brasil: São Paulo: Livraria Martins Fontes, sd.

BARROS; AZEVEDO; DIAS; OLIVEIRA. **Planejamento urbano, áreas verdes e qualidade de vida:** uma análise comparativa entre os bairros Terra Firme e Cidade Velha – Belém/PA . Revista Eletrônica Geoaraguaia. Barra do Garças-MT. V 7, n.2, p. 68 - 85. Julho/Dezembro. 2017. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/geo/article/view/6971> Acesso em: 12 jul. 2021.

BEZERRA, Giannina Settini Cysneiros Landim. CARVALHO, Renata Maria Caminha Mendes de Oliveira. LYRA, Marília Regina Costa Castro. FRUTUOSO, Maria Núbia Mendes de Araújo. BRANDÃO, Sofia Suely Ferreira. Política pública e o desafio da participação social na gestão de Unidades de Conservação. **HOLOS.** Ano 34, Vol. 06. 2018. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4486> Acesso em: 01 Set. 2022.

BITOUN, Jan. Os embates entre as questões ambientais e sociais no urbano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges. **Dilemas Urbanos**: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003.

BIOPARQUE. Pau Brasil. **Foto**. Disponível em:
<https://www.bioparquebrasil.com.br/arvores/pau-brasil/> Acesso em: 02 Jul 2021.

BNB – Banco do Nordeste do Brasil. **Informações socioeconômicas municipais. Vitória da Conquista** – Bahia. 2020. Disponível em:
<https://www.bnb.gov.br/documents/80223/3021151/Vit%C3%B3ria+da+Conquista-BA-2019.pdf/b7ee262c-362e-9f8b-2dd4-a05b643dace0> Acesso em: 03 Jul 2021

BRANDÃO, Carlos; SIQUEIRA, Hipólita. Interpretations of the underdevelopment in Brazil. *In Oxford Research Encyclopedia of Latin American History*. Oxford University Press. 2020. Disponível em: http://carlosbrandao.org/wp-content/uploads/2020/05/Brandao_Siqueira_2020_Interpretations-of-Underdevelopment-in-Brazil-1.pdf Acesso em: 11 Ago 2021

BRASIL. **Lei Federal nº 6.938 de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-6938-31-agosto-1981-366135-norma-atualizada-pl.pdf](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-6938-31-agosto-1981-366135-norma-1981-366135-norma-atualizada-pl.pdf) Acesso em: 02 Jul 2021.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**. 1988. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 26 Jun 2021

BRASIL. **Lei Federal nº 9.985 de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em: 23 Set. 2019.

BRASIL. **Lei Federal nº 9.433 de 08 de janeiro de 1997**. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19433.htm Acesso em: 15 Jul 2021.

BRASIL. **Lei federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110257.htm. Acesso em: 14 Ago. 2022.

BRASIL. **Lei Federal complementar nº 131 de 27 de maio de 2009**. Acrescenta dispositivos à Lei complementar nº 101 de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de

finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp131.htm Acesso em: 28 Jul 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Tratado de educação ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global**. 1992. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/tratado.pdf>. Acesso em: 28 Mar 2021

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). Conselho Nacional do Meio Ambiente. (CONAMA). **Resolução CONAMA Nº 237**, de 19/12/1997. Dispõe sobre o licenciamento ambiental. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/cecav/images/download/CONAMA%20237_191297.pdf Acesso em: 12 Jan 2021.

BRASIL. **Decreto Nº 11.018**, de 30 De Março De 2022. Altera o Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, para dispor sobre a composição do Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-11.018-de-30-de-marco-de-2022-389606577> Acesso em: 28 Set 2022.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. **Semiárido brasileiro**. <https://www.gov.br/mcti/pt-br/rede-mcti/insa/semiario-brasileiro> Acesso em: 7 jul. 2021

CABRAL, Ione dos Santos Rocha. Entre “esquinas esquisitas” e “nuanças de paredes”: reprodução do espaço e memória na cidade de Vitória da Conquista – BA (2000 – 2016). **Tese de doutorado**. Programa de PósGraduação em Memória: Linguagem e Sociedade. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, 2017.

CALDEIRA, Jorge. SEKULA, Julia Marisa. SCHABIB, Luana. **Brasil: paraíso restaurável**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2020.

CALIXTO, Ângela Jank. (Organizadora). **Meio ambiente e desenvolvimento: 25 anos da declaração do Rio de 1992**. 1ª. Ed. São Paulo: IDG, 2018. E-book: Schafer Editorial.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **A invenção do sujeito ecológico: sentidos e trajetórias em educação ambiental**. Ed. 6. São Paulo: Cortez, 2016.

CETESB-SP. Conformidade ambiental com requisitos técnicos e legais. Turma 2. Escola superior da CETESB. **Gestão do conhecimento ambiental**. Módulo I. Instrumentos de gestão ambiental pública. Disponível em: <https://cetesb.sp.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/Apostila-Instrumentos-de-Gest%C3%A3o-Ambiental-P%C3%BAblica.pdf> Acesso em: 10 Jul 2021.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO - CNMP. **Manual do Ordenador de Despesa**. Brasília: CNMP, 2014.

COEDU-ICMBIO; WWF BRASIL. **Educação ambiental em unidades de conservação: ações voltadas para comunidades escolares no contexto da gestão pública da biodiversidade**. Brasília, Brasil. 2016.

DIAMOND, Jared. **Colapso: Como as sociedades escolhem os fracassos ou o sucesso**. 5ª Ed. Rio de Janeiro, RJ - São Paulo, SP: Editora Record, 2007.

DIAS, Genebaldo Freire. **Percepção Ambiental: Sincretismo, gratidão, tributo e conspiração pela vida na Terra**. E-book Kindle. 2021.

DIAS, Micheline. GOMES, Rahíssa. BATISTA, Samene. CAMPIOLO, Sofia. SCHIAVETTI, Alexandre. Participação popular na criação de unidades de conservação marinha: o caso da Reserva Extrativista de Canavieiras. **Revista Direito FGV**. v. 14. n. 3. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdgv/a/KYDJk5RTjMQVKvcyprK3sbp/abstract/?lang=pt> Acesso em: 01 Set. 2022.

DREW, David. **Processos interativos homem-meio ambiente**. 7ª. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

DUARTE, Geraldo. **Dicionário de administração e negócios**. KBR, 2015.

EMBASA – Empresa bahiana de águas e saneamento. **Ofício s/n**. Vitória da Conquista, BA: EMBASA, 8 jul. 2021.

ERVIN, J. **Metodologia para Avaliação Rápida e a Priorização do Manejo de Unidades de Conservação (RAPPAM)**. WWF: Gland, Suíça, 2003. 70 p.

FERRAZ, Ana Emília de Quadros. **O urbano em construção** – Vitória da Conquista: um retrato de duas décadas. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2001.

FERREIRA, Luana Oliveira. NÓBREGA, Wilker. Violência em áreas naturais protegidas e o papel da governança para a segurança dos visitantes e turistas do Parque estadual do Utinga, estado do Pará/PA. **Revista Turismo Estudos & Práticas - RTEP**. v. 11. n. 1, Jan./Jun. 2022. Disponível em: <https://geplat.com/rtep/index.php/tourism/article/view/990/945> Acesso em: 01 Set 2022.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. 8ª. Edição. São Paulo: Paz & Terra, 2020.

FRIZZO, Taís Cristine Ernst. CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Tão perto e tao longe: escolas próximas a unidades de conservação e os desafios para a ambientalização do currículo. **Revista espaço do currículo**. n° 03, V 11. Setembro/Dezembro, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/ufpb.1983-1589,2018v3n1142333> Acesso em: 28 Ago 2022.

FURTADO, Fátima; PRIORI JR, Luiz; ALCÂNTARA, Edinéa. **Mudanças climáticas e resiliência de cidades**. Recife: Pickimagem, 2015.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da práxis**. São Paulo: Cortez, 1995.

GADOTTI, Moacir. Paulo Freire e a educação popular. São Paulo: **SINDACS**, 2018. Disponível em: <https://sindacs.org.br/novo/wp-content/uploads/2018/06/Paulo-Freire-e-a-Educa%C3%A7%C3%A3o-Popular..pdf> Acesso em: 27 Jul 2021.

G1-BA. **Desapropriação de área pública gera protesto e homem fica ferido na Bahia; trinta casas são demolidas**. Disponível em:

<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/desapropriacao-de-area-publica-gera-protesto-e-homem-fica-ferido-na-bahia-trinta-casas-sao-demolidas.ghtml> Acesso em: 29 Jun 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIMARÃES, Murilo Rodrigues. (organizador). **A Conquista do Futuro: Cenários para o Desenvolvimento Sustentável**. Vitória da Conquista: Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, 2004.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 4ª edição. Petrópolis: Vozes, 2013.

HENRIQUE, Wendel. **O direito à natureza na cidade**. Salvador: EDUFBA, 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil cid@des**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 18 Jul. 2021

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil cid@des**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 18 Jul. 2021

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil cid@des**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 18 Ago 2021

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil cid@des**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 18 Ago 2021

ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; WWF-BRASIL. **Orientações para questionário**. Brasília: ICMBio, 2015.

ICMBIO – Instituto Chico Mendes da Biodiversidade. **Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção**: Volume I. 1. ed. Brasília, DF: ICMBio/MMA, 2018.

IPEA. Instituto de Pesquisa Aplicada. O que é índice de Gini? **Desafios do desenvolvimento**. 2004. Ano 1. Edição 4 - 1/11/2004. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28. Acesso em: 03 Jul 2021.

IPEA. Instituto de Pesquisa Aplicada. **Agenda 2030 – ODS Metas nacionais dos objetivos de desenvolvimento sustentável**. 2018. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180801_ods_metas_nac_dos_obj_de_desenv_susten_propos_de_adequa.pdf Acesso em: 28 Set. 2021.

JAPIASSU, Carlos Eduardo. GUERRA, Isabella Franco. 30 anos do relatório Brundtland: nosso futuro comum e o desenvolvimento sustentável como diretriz constitucional brasileira. **Revista Direito da Cidade**. v. 09, n° 4. 2017. ISSN 2317-7721. DOI: 10.12957/rdc.2017.30287. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/30287/23220> Acesso em: 10 Jan 2022.

KRZYSCZAK, Fábio Roberto. As diferentes concepções de meio ambiente e suas visões. **Revista de educação do IDEAU**. V. 11. n. 23. Jan-Jun/2016. ISSN: 1809-6220. Disponível em: https://www.bage.ideau.com.br/wp-content/files_mf/9c9c1925f63120720408c5260bb0080d355_1.pdf Acesso em: 27 Jun 2021.

LEFÈBVRE, F.; LEFÈBVRE, A M C. **Depoimentos e discursos**: Uma nova proposta de análise em pesquisa social. Brasília: Liberlivro, 2005.

LEFF, Enrique. **A aposta pela vida**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura**: a territorialização da racionalidade ambiental. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LEUZINGER, Marcia Dieguez. SILVA, Solange Teles da. O princípio da participação e a criação e gestão das áreas protegidas na perspectiva do direito ambiental global. **Revista de direito internacional**. RIL Brasília a. 53 n. 211 jul./set. 2016 p. 253-271. Disponível em:

https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/53/211/ril_v53_n211_p253.pdf Acesso em: 15 Ago 2021

MIOLA, Deise. O que é efeito de borda? Artemis ambiental. 07 abr. 2020. Disponível em: <https://www.artemisambiental.com.br/blog/o-que-e-efeito-de-borda#:~:text=O%20efeito%20de%20borda%20%C3%A9%20um%20conjunto%20de,incid%C3%Aancia%20de%20luz%20solar%20no%20entorno%20do%20fragmento>. Acesso em: 28 Ago. 2021

LORENZI, Harri. **Árvores brasileiras**: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil. 2. ed. Nova Odessa, SP: Editora Plantarum, 1998.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; PEREIRA, Celso Sánchez Pereira; ACCIOLY, Inny Bello; COSTA, Rafael Nogueira. (org) **Pensamento Ambientalista numa sociedade em crise**. Macaé, RJ: NUPEM/UFRJ, 2015.

LOUZADA, Rafael Batista. 2012. Revisão taxonômica e filogenia de Orthophytum Beer (Bromeliaceae, Bromelioideae). **Tese de Doutorado**. Universidade de São Paulo, São Paulo. 186p.

MAIA, Meirilane Rodrigues. Zoneamento geoambiental do município de Vitória da Conquista – Ba: um subsídio ao planejamento. **Dissertação de Mestrado**. Programa de pós graduação em Geografia. Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2005. *apud* VITÓRIA DA CONQUISTA. Plano de Manejo do PMSP. Secretaria Municipal do Meio Ambiente, 2019. Disponível em: <http://www.pmvc.ba.gov.br/wp-content/uploads/Plano-de-Manejo-do-Parque-da-Serra-do-Periperi.pdf>. Acesso em: 7 Jul. 2020.

MAIA, Meirilane Rodrigues. LIMA, Expedido Maia. PINTO, Josefa Eliane Santana de Siqueira. Riscos e conflitos socioambientais em episódios de enxurradas e alagamentos em Vitória da Conquista- Ba. *In*: XII Encontro Nacional da ANPEGE, Porto Alegre – RS. Anais [...] Porto Alegre-RS, 2017.v.1, p. 12644-12653. Disponível em: Acesso em: 16 Jul 2021.

MAPIO. Caminho de Santiago do Piripiri no Poço Escuro. **Foto**. Sd. Disponível em: <https://mapio.net/pic/p-108970360/> Acesso em: 02 Jul 2021

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINELLI, Gustavo. MORAES, Miguel Avila. **Livro Vermelho da Flora do Brasil**. 1. ed. - Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://dspace.jbrj.gov.br/jspui/handle/doc/26>. Aceso em: 03 Jul 2021.

MATURANA, Humberto. **Cognição, ciência e vida cotidiana**. 1ª Ed. Belo horizonte: Editora UFMG, 2001.

MCCORMICK, John. **Rumo ao paraíso**: A história do movimento ambientalista. Tradução de Marco Antônio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Relume Durnarã, 1992.

MCKINSEY GLOBAL INSTITUTE. **Urban world**: Meeting the demographic challenge in cities, 2016. Disponível em: https://www.mckinsey.com/~media/mckinsey/featured%20insights/urbanization/urban%20world%20meeting%20the%20demographic%20challenge%20in%20cities/urban-world-demographic-challenge_full-report.pdf Acesso em: 6 jul. 2021.

MEDEIROS, Josué. Crise ambiental e a Rio+20 na visão da sociedade e do governo brasileiro. **Análises e propostas**. Nº. 43. Friedrich Ebert Stiftung 2012. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/09168.pdf> Acesso em: 10 Set 2020.

MEDEIROS, Rui. **A Serra do Piripiri e o Rio Verruga**. Vitória da Conquista, 2015. (MIMEO)

MENEZES, Durval Lemos. **A Conquista dos coronéis**. 3ª Ed. Vitória da Conquista: Eureka, 2010.

MENEZES, Rogério; STRUCHEL, Andrea Cristina de O. (Org) **Gestão ambiental para cidades sustentáveis**. São Paulo: Oficina de Textos, 2019.

MOREIRA, Kátia Soares. JUNQUEIRA JR, José Alves. SOUSA, Paulo Eduardo de Oliveira. MOREIRA, Heitor Soares. BALIZA, Danielle Pereira. 2021 A evolução da legislação ambiental no contexto histórico brasileiro. **Research, Society and Development**. V. 10. Nº. 2. e14010212087, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org> Acesso em: 11 Jan 2022.

MPBA – Ministério Público do Estado da Bahia. Inquérito civil nº 124/14 – IMP SIMP 644.0.181.990/2014. **Documentos públicos**. Disponível em: <https://sicop.sistemas.mpba.mp.br/Modulos/Consulta/ConsultaPublicaProcessos.aspx> Acesso em: 15 Jan. 2022.

MPBA – Ministério Público do Estado da Bahia. Ação civil pública nº 0001073-29.2012.805.0274. **Documentos públicos**. <https://sicop.sistemas.mpba.mp.br/Modulos/Consulta/ConsultaPublicaProcessos.aspx> Acesso em: 15 Jan. 2022.

MPBA – Ministério Público do Estado da Bahia. Procedimento administrativo nº 05/17 – IDEA 644.9.209114/2017. **Documentos públicos**.

<https://sicop.sistemas.mpba.mp.br/Modulos/Consulta/ConsultaPublicaProcessos.aspx> Acesso em: 15 Jan. 2022.

NAJA- Núcleo de Assessoria Jurídica Alternativa da UESB. **Nos barracos da cidade a luta das ocupações cidade bonita e comunidade maravilhosinha à moradia adequada.**

Disponível em: <https://www.blogdoanderson.com/2017/09/20/nos-barracos-da-cidade-luta-das-ocupacoes-cidade-bonita-e-comunidade-maravilhosinha/> Acesso em: 28 Jun 2021.

OLIVEIRA, Marilia de Jesus. SOUZA, Adonias de Lima. ANDRADE, Gislane Nunes de. BARROS, Jeferson Santos. JESUS, Mariana Oliveira de. Parque municipal Serra do Periperi: um breve estudo acerca do (des)cumprimento da legislação ambiental aplicável, IX SBEA + XV ENEEAmb + III FLES, **Blucher Engineering Proceedings**, Volume 4, 2017, p. 152-162, ISSN 2357-7592, <http://dx.doi.org/10.1016/xveneeamb-016> Disponível em: www.proceedings.blucher.com.br/article-details/parque-municipal-serra-do-periperi-um-breve-estudo-acerca-do-descumprimento-da-legislao-ambiental-aplicvel-26686 Acesso em: 28 Jun 2021

ONU HABITAT - Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos. COLAB.

Relatório de resultados consulta cidades sustentáveis. 2019. Disponível em:

https://unhabitat.org/sites/default/files/2019/08/livro_cidades_sustentaveis_-_completo_0.pdf Acesso em: 06 Jul 2021.

ONU PNUMA. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Marcos ambientais:

linha do tempo dos 75 anos da ONU. **Meio ambiente em estudo.** Reportagem. 26 Jun 2020.

Disponível em: <https://www.unep.org/pt-br/news-and-stories/story/environmental-moments-un75-timeline> Acesso em: 15 Nov 2021

OXFORD LANGUAGES AND GOOGLE. **Dicionário de português da Google.**

Especificação. Disponível em: <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/> Acesso em: 01 Set. 2022.

PERLIN, John. **A história das florestas:** a importância da madeira no desenvolvimento da civilização. Trad. Marija Mendes Bezerra. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

PHILLIP JR, Arlindo. **Curso de Gestão Ambiental.** 2ª. Ed. Barueri, SP: Editora Manole, 2014.

PINHEIRO, Gabriel Souto. Unidades de conservação em áreas urbanas: o caso da Reserva do Poço Escuro (Vitória da Conquista). **Dissertação** (Mestrado). Itapetinga-BA: Universidade estadual do sudoeste da Bahia, Programa de pós graduação em Ciências Ambientais, 2016.

PMVC – Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. **Dados estatísticos 2020.** Disponível em: <https://www.pmvc.ba.gov.br/dados-estatisticos/> Acesso em: 02 Jul 2021

PMVC – Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. **Economia 2020**. Disponível em: <https://www.pmvc.ba.gov.br/economia/> Acesso em: 02 Jul 2021

PMVC – Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. Praça da Juventude. **Notícias**. 22. Set. 2013. Disponível em: <https://www.pmvc.ba.gov.br/prefeitura-entrega-praca-da-juventude-com-programacao-especial-nesse-domingo-22/> Acesso em: 02 Jul 2021

PMVC – Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. GAMA: Guarda municipal conta com grupamento especializado de proteção ao meio ambiente. **Notícias**. 1. Set. 2022. Disponível em: <https://www.pmvc.ba.gov.br/gama-guarda-municipal-conta-com-grupamento-especializado-de-protecao-ao-meio-ambiente/> Acesso em: 2 Set 2022

PMVC – Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. Secretaria Municipal da Transparência e do Controle. Portal da Transparência. **Contas públicas**. 2022. Disponível em: <http://vitoriadaconquista-ba.portaltp.com.br/consultas/orcamento.aspx> Acesso em: 13 Fev 2022.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Conceitos. Sd. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos.html> Acesso em: 15 Set 2019.

PORTO, Ana Paula Ferreira. SAMPAIO, Edson Rocha. CONSIDERAÇÕES SOBRE O IMPACTO AMBIENTAL NA SERRA DO PERIPERI EM VITÓRIA DA CONQUISTA-BA. **IX SEAGRUS**. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, VITÓRIA da Conquista, 2019. Disponível em: <http://anais.uesb.br/index.php/seagrus/article/viewFile/9309/9110> Acesso em: 04 Mar 2021.

POTT, Crisla Maciel. ESTRELA, Carina Costa. Histórico ambiental: desastres ambientais e o despertar de um novo pensamento. **Dilemas ambientais e fronteiras do conhecimento II**. Estudos avançados. 31 (89). Jan-Apr 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890021> Acesso em: 19 Dez 2021.

RAMOS, Adriana. Meio Ambiente: Mapeando a situação, problemas e desafios. Curso de Verão: Ano XX. **Ecologia**: cuidar da vida e da integridade da criação. José Oscar (org). São Paulo: CESEP: Paulus, 2006.

ROCHA, Altemar Amaral. A participação do capital e do mercado imobiliário na produção do espaço os reflexos desse processo na cidade de Vitória da Conquista-BA. **GEOPAUTA**, vol. 3, núm. Esp.4, pp. 100-115. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia: Vitória da Conquista, 2019.

ROCHA, Ana Cristina. Cercamentos ambientais: modos de uso dos recursos e conflitos socioambientais no estado do Paraná. **Dissertação** (mestrado) - Universidade Federal de

Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2015.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade?** São Paulo: Brasiliense, 1991.

SANCHEZ, Luis Enrique. **Avaliação de impacto ambiental**. 3ª. ed. São Paulo: Editora Oficina dos Textos, 2020.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 2006.

SANTOS, Milton. **Transformações do espaço ocupado**. São Paulo: HUCITEC, 1989.

SANTOS, Carla Norma Correia dos. BRAGHINI, Claudio Roberto. VILAR, José Wellington Carvalho. **Entre conflitos ambientais e ordenamento territorial diálogos a partir do litoral e unidades de conservação**. Repositório institucional IFS, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ifs.edu.br/biblioteca/bitstream/123456789/1446/1/Entre%20conflitos%20ambientais%20e%20ordenamento%20territorial%20dialogos%20a%20partir%20do%20litoral%20e%20unidades%20de%20conservacao.pdf> Acesso em: 30 Jun 2021

SANTOS, Rozely Ferreira. **Planejamento ambiental: teoria e prática**. Cubatão, SP: Oficina de textos, 2004.

SANTOS, Wanderson Oliveira. Urbanização difusa em cidades médias: expansão urbana em Vitória da conquista – BA nas primeiras décadas do século XXI. **Dissertação de Mestrado**. Programa de pós graduação em geografia - PPGeo. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, 2019.

SEGAUD, Marion. **Antropologia do espaço: Habitar. Fundar. Distribuir. Transformar**. 1ª Ed. São Paulo: Sesc SP, 2017.

SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. **ISO 14001 Sistemas de gestão ambiental – implantação objetiva e econômica**. 5ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

SESTREN-BASTOS, Maria Carmen. VIEIRA, Renata Cardoso. RIBEIRO, Soraya. **Plano de Manejo Resumido do Refúgio de vida Silvestre São Pedro**. Porto Alegre: Secretaria municipal do meio ambiente e da sustentabilidade, 2017.

SHEWHART, Walter A. **Statistical Method from the Viewpoint of Quality Control**. Washington: Department of Agriculture, 1939. *Apud* Soares, Caio Márcio Becker. **A qualidade no mundo – as histórias de Ford e Shewhart**. União Brasileira para a Qualidade (UBQ). Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <https://ubq.org.br/2019/11/06/a-qualidade-no-mundo-ford-e-shewhart/> Acesso em: 15 Ago 2021.

SILVA, Mauricio de Oliveira; LEAL, Thomas Leonardo Marques de Castro; CORRÊA, Michele Martins. Possibilidades e desafios da Serra do Piripiri: Valoração da área verde como espaço de lazer. **UrBa18**. Disponível em:

https://www.academia.edu/37695760/Possibilidades_e_desafios_da_Serra_do_Piripiri_valora%C3%A7%C3%A3o_da_%C3%A1rea_verde_como_esp%C3%A7o_de_lazer Acesso em: 13 Set 2021

SILVA, Maria do Socorro Ferreira; ANUNCIACÃO, Vicentina Socorro; ARAÚJO, Hélio Mário. Desafios na gestão ambiental participativa em unidades de conservação, Brasil.

Revista Geografar. v. 15, n. 1. Jan. a Jun./2020. Disponível em:

<https://revistas.ufpr.br/geografar/article/view/65066/41261> Acesso em: 02 Set. 2022.

SILVA, Maurício de Oliveira. SOUZA, Alday de Oliveira; SÁ-NETO, Raymundo José; CORRÊA, Michele Martins. Percepção ambiental de visitantes de duas áreas do Parque Municipal Serra do Periperi. **Conjecturas**. vol. 22, nº 8. 2022. Disponível em:

<https://conjecturas.org/index.php/edicoes/article/view/1349> Acesso em: 01 Set. 2022.

SILVA, Rozani Uchoa. MELLO, Andréa Hentz. Conflitos socioambientais em unidades de conservação: direitos fundamentais das populações tradicionais versus meio ambiente.

Agroecossistemas. V. 13, N. 2. 2021. Disponível em:

<https://periodicos.ufpa.br/index.php/agroecossistemas/article/view/7861/8320> Acesso em: 1 Set. 2022.

SIRKIS, Alfredo. Cidade. *in* TRIGUEIRO, André. **Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento**. 4ª Edição. Campinas, SP: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2005.

VITÓRIA DA CONQUISTA. **Lei municipal nº 691/92**. Cria a Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Vitória da Conquista: Gabinete civil, 1992.

VITÓRIA DA CONQUISTA. **Decreto Municipal nº 8.595/96**. Declara preservada a Serra do Peri-peri. Vitória da Conquista: Gabinete civil, 1996.

VITÓRIA DA CONQUISTA. **Decreto Municipal nº 9.326/98**. Amplia área e preservação ambiental na Serra do Peri-peri. Vitória da Conquista: Gabinete civil, 1998.

VITÓRIA DA CONQUISTA. **Decreto Municipal nº 9.480/99**. Cria o Parque Municipal da Serra do Periperi. Vitória da Conquista: Gabinete civil, 1999.

VITÓRIA DA CONQUISTA. **Documentos públicos**. Relatórios de atividades e de gestão da Secretaria Municipal do Meio Ambiente 2007 a 2021. Arquivo GEVIP. Vitória da Conquista, SEMMA/GEVIP, 2007-2022.

VITÓRIA DA CONQUISTA. **Lei Municipal nº 1.410/2007**. Cria o Código Municipal de Meio Ambiente. Vitória da Conquista: Câmara Municipal, 2007. Disponível em: http://www.pmvc.ba.gov.br/wp-content/uploads/CODIGOMUNICIPAL_MEIOAMBIENTE.pdf. Acesso em 13 set. 2019

VITÓRIA DA CONQUISTA. **Plano de Manejo do PMSP**. Secretaria Municipal do Meio Ambiente, 2019. Disponível em: <http://www.pmvc.ba.gov.br/wp-content/uploads/Plano-de-Manejo-do-Parque-da-Serra-do-Periperi.pdf>. Acesso em: 7 Dez. 2019.

VITÓRIA DA CONQUISTA. **Lei municipal nº 1.085/2001**. Cria o Conselho Municipal do Meio Ambiente. Vitória da Conquista: Gabinete civil, 2001.

VITÓRIA DA CONQUISTA. **Lei municipal 1.670 de 22 de dezembro de 2009**. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2010 a 2013. Vitória da Conquista: Gabinete civil, 2009.

VITÓRIA DA CONQUISTA. **Lei municipal 1.950 de 26 de novembro de 2013**. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2014 a 2017. Diário oficial do município, Ano 6. ed 1.032, 4/12/2013.

VITÓRIA DA CONQUISTA. **Lei municipal 2.211 de 27 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2018 a 2021. Vitória da Conquista: Diário oficial do município, Ano 11. ed 2.033, 8/1/2018.

VITÓRIA DA CONQUISTA. **Lei municipal 2.582 de 31 de dezembro de 2021**. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2018 a 2021. Vitória da Conquista: Diário oficial do município, Ano 14. ed 3.072, 31/12/2021.

VITÓRIA DA CONQUISTA. Secretaria Municipal de Finanças e Execução Orçamentária. **Ofício s/n**. Vitória da Conquista, BA. Secretaria Municipal de Finanças, 24 Ago. 2021.

VITÓRIA DA CONQUISTA. Secretaria Municipal de Meio Ambiente. **Ofício 001/2022**. Vitória da Conquista, BA. Secretaria Municipal de Meio Ambiente, 10 Fev. 2022.

VITÓRIA DA CONQUISTA. Secretaria Municipal da Transparência e do Controle. Portal da Transparência. **Institucional**. 2022. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/el.com.br/portal/uploads/12420/Organograma/Organograma+Estrutural+Lei+Nova+23-2022.pdf> Acesso em: 13 Jan. 2022.

VOLPATO, G. L. **Ciência: da Filosofia à Publicação**. 6ª. Ed. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica. 2013.

WALKER, Jane. **Processes for effective management: learning from agencies and Warlpiri people involved in managing the Northern Territory Indigenous Protected Area, Australia.** Thesis submitted to the Northern Territory Institute of Advanced Studies Charles Darwin University, December, 2010 *apud* LEUZINGER, Marcia Dieguez. SILVA, Solange Teles da. O princípio da participação e a criação e gestão das áreas protegidas na perspectiva do direito ambiental global. **Revista de direito internacional.** RIL Brasília a. 53 n. 211 jul./set. 2016 p. 253-271. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/53/211/ril_v53_n211_p253.pdf Acesso em: 15 Ago 2021

WWF Brasil. ICMBio. **Avaliação da gestão das unidades de conservação federais (2015): métodos Rappam e Samge.** WWF Brasil: 2017. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/DMAG/avaliacao_da_gestao_das_ucs__rappam__2015__samge__2016_.pdf Acesso em: 20 Jun. 2020

WWF BRASIL. PADDD em Unidades de Conservação na Amazônia. **WWF ESTUDO:** São Paulo, 2019. Disponível em: https://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/padddunidadesconservacaoamazonia_final.pdf Acesso em: 01 Set. 2022

APÊNDICES

APÊNDICE A – Parecer substanciado sobre o projeto, emitido pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Sul da Bahia

APÊNDICE B – Termo de anuência da SEMMA

ANEXOS

Anexo A - Questionário RAPPAM

Anexo B - Questionário eletrônico dirigido aos usuários, visitantes e pesquisadores

Anexo C - Formulário de observação de campo

Anexo D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Anexo E - Termo de Assentimento